

PSS/APASC Arquivo Pessoal de Antão Santos da Cunha

- 0001 Fotografias 1937/1946
- 00001 Carta de Antão Santos da Cunha para o Sub-sec
- 00002 Telegrama de Leandro Monteiro para Antão Sai
- 00003 Telegrama do Barão para Antão Santos da Cunl
- 00004 Telegrama de José Cerqueira Gomes para Antã
- 00005 Ementa de jantar de homenagem oferecido a A
- 00006 Bilhete de José dos Santos Pêra para Antão Sar
- 00007 Diploma de Funções Públicas do Sub-secretaria
- 00008 Carta de R. E. Gruber para Antão Santos da Cun
- 00009 Carta da Delegação de Castelo Branco, Gabinet
- 00010 Ofício do Instituto Nacional do Trabalho e Provi
- 00011 Jornal "Correio do Minho" - artigo "Dr. Antão San
- 00012 "Relatório da actividade da Delegação do I.N.T.
- 00013 Cópia da Sentença proferida nos autos de açoãc
- 00014 Diploma de Funções Públicas do Presidente do
- 00015 Ofício do Director Geral do Instituto Nacional do
- 00016 Diploma de Sócio Honorário da Associação de S
- 00017 Jornal "Notícias da Covilhã" - artigo: "Dr. Antão
- 00018 "Cópia da sentença proferida nos autos de proce
- 00019 Jornal "Diário do Minho" - artigo: "Foi nomeado
- 00020 Diploma de Funções Públicas do Ministro do Int
- 00021 Jornal "Correio do Minho" - artigo: "Dr. Antão Sa
- 00022 Jornal "Beira Baixa" - artigo: "Saudação Viva e S
- 00023 Jornal "Correio do Minho" - artigo: "Realize-se hc
- 00024 Jornal "Correio do Minho" - artigo "Decorreu com
- 00025 Ofício do Director Geral do Instituto Nacional do
- 00026 Jornal "Beira Baixa" - artigo "O Novo Governador
- 00027 Jornal "Beira Baixa" - artigo "O Novo Governador
- 00028 Jornal "Diário do Minho" - artigo "Governador Civ
- 00029 Carta de António Baltazar da Ressurreição, nã

ARQUIVO PESSOAL DE ANTÃO SANTOS DA CUNHA

NÍVEL DE DESCRIÇÃO

Fundo

CÓDIGO DE REFERÊNCIA

PT/ADCTB/PSS/APASC

DATAS DE PRODUÇÃO

1937-00-00 a 1946-00-00

DIMENSÃO E SUPORTE

157 u.i. (156 doc., 1 cx.)

EXTENSÕES

1 Caixas

ENTIDADE DETENTORA

Arquivo Distrital de Castelo Branco

PRODUTOR

Antão Santos da Cunha.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA/BIOGRÁFICA/FAMILIAR

História Biográfica: Antão Santos da Cunha nasceu em Braga e de sua infância, terra-se no Liceu Nacional de Sá de Miranda em Braga; após o que ingressou no curso de Direito, e para o curso em Julho de 1936 com a média final de 16 valores. Fez o estágio profissional em Lisboa estagiar no Instituto Nacional de Trabalho e Previdência onde ingressou em 1937. Em 1938 foi nomeado para o cargo de Secretário de Estado do Trabalho e Previdência em Lisboa. Em 1939 foi nomeado para o cargo de Secretário de Estado do Trabalho e Previdência em Lisboa. Em 1940 foi nomeado para o cargo de Secretário de Estado do Trabalho e Previdência em Lisboa. Em 1941 foi nomeado para o cargo de Secretário de Estado do Trabalho e Previdência em Lisboa. Em 1942 foi nomeado para o cargo de Secretário de Estado do Trabalho e Previdência em Lisboa. Em 1943 foi nomeado para o cargo de Secretário de Estado do Trabalho e Previdência em Lisboa. Em 1944 foi nomeado para o cargo de Secretário de Estado do Trabalho e Previdência em Lisboa. Em 1945 foi nomeado para o cargo de Secretário de Estado do Trabalho e Previdência em Lisboa. Em 1946 foi nomeado para o cargo de Secretário de Estado do Trabalho e Previdência em Lisboa.

Marleny Fátima dos Santos Ferreira

O ARQUIVO DE ANTÃO SANTOS DA CUNHA: o percurso, a organização e a disponibilização de uma fracção da sua documentação pessoal

2012



Faculdade de Letras da
Universidade de Coimbra

O Arquivo de Antão Santos da Cunha: o percurso, a organização e a disponibilização de uma fracção da sua documentação pessoal

Marleny Fátima dos Santos Ferreira

Dissertação de Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Maria Manuel Borges e da Professora Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas.

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2012

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais, ao meu irmão e ao meu namorado, por todo amor, carinho, compreensão.

Agradecimentos

Apesar da elaboração de uma dissertação ser um processo solitário, não poderia deixar de expressar, o meu sincero e profundo agradecimento a todos aqueles que me apoiaram nesta longa caminhada e que de qualquer forma contribuíram para a realização desta dissertação e que não permitiram que este trajecto afinal fosse tão solitário como aparentemente seria.

À Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas pela orientação dada para tornar possível a elaboração desta dissertação, bem como, disponibilidade, ensinamentos e conhecimentos que proporcionou.

À Doutora Maria Manuel Borges pelas breves e sábias orientações.

Ao Arquivo Distrital de Castelo Branco, em especial à Directora do Arquivo, a Dr.^a Maria Clara Baptista Beato Fevereiro pelo acolhimento, pela oportunidade de me dar formação para me tornar uma arquivista de referência, pela compreensão das minhas ausências para a elaboração e conclusão desta dissertação.

Ao Dr. Pedro Santos da Cunha pela disponibilização em me receber pessoalmente, pela infinita ajuda, pela sua sabedoria e conhecimento da vida de Antão Santos da Cunha bem como da época em que este vivera.

Aos meus pais e ao meu irmão por estarem presentes em todos os momentos e por me incentivarem à conclusão desta etapada.

Ao meu namorado pelo seu amor, paciência e compreensão, por estar sempre a meu lado e pelo incentivo para a concretização dos meus sonhos.

A todos os meus amigos do coração pelo apoio e por estarem sempre presentes em todos os momentos, mesmo à distância.

Bem Hajam!

Sumário

Resumo.....	x
Abstract	xi
INTRODUÇÃO.....	1
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	4
1.1 <i>Os arquivos e a profissão de arquivista</i>	4
1.2 <i>Os princípios e os métodos arquivísticos</i>	8
1.3 <i>A questão do acesso nos arquivos</i>	12
1.4 <i>Os arquivos privados e pessoais: enquadramento geral na teoria arquivística</i>	14
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO	19
2.1 <i>Objectivo geral</i>	19
2.2 <i>Objectivos específicos</i>	19
2.3 <i>Descrição dos procedimentos metodológicos gerais e específicos</i>	20
3. O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO ARQUIVO PESSOAL DE ANTÃO SANTOS DA CUNHA.....	23
3.1 <i>Dados biográficos do produtor</i>	23
3.2 <i>O percurso e as características do conjunto documental</i>	25
3.3 <i>Critérios e procedimentos para a organização do fundo</i>	33
3.3.1 <i>Higienização</i>	34
3.3.2 <i>Classificação, ordenação e descrição normalizada</i>	36
3.3.2.1 <i>Descrição manual</i>	46
3.3.2.2 <i>Descrição automatizada</i>	52
3.3.2.2.1 <i>Origens e potencialidades da aplicação DigitArq</i>	52
3.3.2.2.2 <i>Módulo de Descrição Arquivística (MDA)</i>	55
3.3.2.2.3 <i>Módulo de Gestão de Objectos Digitais (MGOD)</i>	72
3.3.2.2.4 <i>Módulo de Publicação de Objectos Digitais (MPOD)</i>	74
3.4 <i>Critérios e procedimentos para a disponibilização do fundo</i>	77
3.4.1 <i>Digitalização</i>	77
3.4.2 <i>Comunicação e acessibilidade</i>	86
CONCLUSÃO	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94
ÍNDICE DE FIGURAS.....	101
ÍNDICE DE QUADROS.....	102

ÍNDICE DE TABELAS	103
ANEXOS	104
APÊNDICE	112

Resumo

O objecto de trabalho desta dissertação é a secção do Fundo do Arquivo Pessoal Antão Santos da Cunha, ligado a esta mesma personalidade, enquanto desempenhou cargos nas cidades da Covilhã e de Castelo Branco (1937-1946), principalmente, quando ocupou o cargo de Governador Civil de Castelo Branco (1944-1946). Esta parcela da documentação a que nos referimos, antes mantida e armazenada pelo próprio autor do fundo, com o propósito de se tornar pública e ser transmitida pelos seus herdeiros, encontra-se na posse do Arquivo Distrital de Castelo Branco.

Esta dissertação tem como objectivo geral traçar o percurso histórico da referida documentação, procedendo à análise e ao tratamento arquivístico. Os aspectos mais relevantes, neste caso, são a abordagem da organização, descrição e disponibilização *online* da documentação nas suas diversas fases de tratamento e divulgação.

Como objectivos específicos, identificamos: a) os dados biográficos do produtor da documentação; b) o percurso e as características do fundo; e c) os procedimentos para a sua organização física e intelectual; conservação e higienização; descrição; disponibilização *online*.

Relativamente à metodologia adoptada neste estudo, procedemos à pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, efectuámos entrevistas semi-estruturadas, análise e prospecção da documentação, higienização e acondicionamento, classificação e descrição arquivística, digitalização e informatização da documentação.

Relativamente à estrutura de classificação, regra geral, esta foi estabelecida através da criação de um quadro de classificação, onde identificamos as divisões e sucessivas subdivisões desta parcela da documentação, até alcançar o nível do documento simples. No que respeita à descrição, esta teve como produto o inventário arquivístico, após o qual procedemos à disponibilização da informação em plataforma digital, de livre acesso aos utilizadores.

Um dos principais resultados deste estudo foi a constatação de que a parcela de documentação tratada faz parte de um conjunto maior, que se encontra distribuído entre diversas instituições portuguesas relacionadas com o seu produtor. Como recomendação principal, destacamos o facto de que este trabalho mostra que há a possibilidade de acompanhar e registar o percurso do referido acervo, mesmo após a sua fragmentação. No entanto, este tipo de fragmentação deve ser evitado.

Palavras-chave: Arquivos privados, Arquivos pessoais, Antão Santos da Cunha, Organização arquivística, automatização de arquivos.

Abstract

The subject of this dissertation is one of the subgroups of the Personal Archive of Antão Santos da Cunha, as he held positions in the cities of Covilhã and Castelo Branco (1937-1946), mainly when he was the Civil Governor of Castelo-Branco (1944-1946). The portion of this documentation was stored and maintained by the author of the documentation, with the purpose to make them public and transmitted one day by his legacy. Nowadays, this subgroup is held by the Castelo Branco Districtal Archives.

This dissertation aims to trace this documentation historic course and proceed to its reviewing and archival treatment. The most relevant points are the approach to the organization, description and online availability of the documentation in its several phases of processing and dissemination.

With specific aims, we identified: a) biographic relevant data of the documentation creator ; b) the course and features of this archival subgroup; c) the procedures for its physical and intellectual organization; conservation and cleaning; description; online availability.

Regarding the methodology, we proceeded to the bibliographic and documentary research, we made semi-structured interviews, documentation exploration and analysis, cleaning and storage, archival description and classification, documentation scanning and automation.

Regarding the classification structure, in general, it was established by the creation of a classification scheme, in what we identified, firstly, the group, subgroups and, secondly, the successive subdivisions of this portion of documentation, including the item level document. Concerning the archival description embraced, this mainly goal was an archive inventory, after which we proceeded to make the documentation available online in a web based archival platform.

The mainly result of this dissertation was that the portion of documentation studied, take part of a much bigger documental group, distributed among several Portuguese institutions, and related to its creator activities.. As a key conclusion and recommendation we highlight the fact that this dissertation is able to shows that there is a possibility to register and follow the entirely course of this documentation, even after its inadvertent fragmentation. However this type of fragmentation should be avoid.

Keywords: Personal archives, Antão Santos da Cunha, Archival description and classification, archives automation.

INTRODUÇÃO

Indo ao encontro das novas necessidades dos utilizadores e tendo em conta as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), os arquivos adaptam assim formas de dar respostas a essas necessidades.

Este estudo é inserido no âmbito Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Média da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e trata de uma fracção do Arquivo Pessoal de Antão Santos da Cunha, personalidade relevante no cenário português que ocupou cargos político-administrativos nas cidades da Covilhã e de Castelo Branco (1937-1946).

A ideia surgiu a partir de uma proposta da Directora do Arquivo Distrital de Castelo Branco, Dr.^a Maria Clara Baptista Beato Fevereiro que nos convidou a tratar o Arquivo Pessoal de Antão Santos da Cunha, visto que nos encontrávamos a desenvolver um programa de Estágio Profissional do Programa de Estágios Profissionais na Administração Central do Estado (PEPAC) naquela instituição.

A parcela de documentação tratada, produzida e acumulada por Antão Santos da Cunha, está actualmente sob a custódia do Arquivo Distrital de Castelo Branco, tendo sido doada pelo Dr. Pedro Santos da Cunha, filho da personalidade em questão, 6 de Outubro de 2009.

Do ponto de vista do conteúdo, essencialmente, esta documentação compõe-se de documentos de várias tipologias referentes aos cargos que ocupou, nomeadamente, o de Delegado do Instituto Nacional do Trabalho, na Covilhã (1937-1946), e o de Governador Civil de Castelo Branco (1944-1946). Sendo a maioria da documentação relativa ao desempenho de funções como Governador Civil de Castelo Branco, destacando-se fotografias, recortes de imprensa, correspondência e discursos.

A presente dissertação tem como objectivo traçar o percurso da parcela da documentação do fundo de Antão Santos da Cunha, essencialmente aquela que está na posse do Arquivo Distrital de Castelo Branco, procedendo à sua organização arquivística e disponibilização integral, em plataforma *online*. Tendo como objectivos

específicos, proceder a uma proposta de classificação, para além de efectuar a ordenação e descrição arquivística, estabelecidas, regra geral, através da identificação das parcelas do fundo e das suas sucessivas subdivisões, até alcançarmos o nível do documento simples. Para a sua preservação, conservação e acesso, o fundo passará pelo processo de acondicionamento, higienização e digitalização.

Este trabalho encontra-se dividido em três capítulos, para além da introdução e da conclusão.

O primeiro capítulo, mais conceptual, onde foi tratada a fundamentação teórica do estudo, sendo o resultado da pesquisa bibliográfica elaborada com vista ao cumprimento dos seguintes objectivos: a) traçar a evolução dos arquivos e da profissão de arquivista, mostrando como se adaptaram ao surgimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação; b) traçar a evolução e caracterizar: os procedimentos teórico-práticos da Arquivística: organização e descrição; o conceito de classificação; os princípios arquivísticos fundamentais (princípio do respeito pelos fundos e princípio da ordem original; c) desenvolver a questão do acesso dos documentos de arquivo; d) diferenciar a evolução dos conceitos de arquivo privado e arquivo pessoal.

O segundo capítulo, relativo ao percurso metodológico do estudo, trata de apresentar o objecto de trabalho desta dissertação, uma fracção do Arquivo Pessoal de Antão Santos da Cunha, personalidade relevante no cenário português que ocupou cargos político-administrativos nas cidades da Covilhã e de Castelo Branco (1937-1946). Para podermos delinear este percurso da documentação e, procedermos à sua organização e disponibilização online, com o fim de alcançarmos o objectivo principal deste trabalho, tivemos que executar as seguintes actividades e/ou procedimentos: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental; entrevistas semi-estruturadas presenciais ou à distância; análise e prospecção documental; higienização e acondicionamento; organização da documentação; e, por fim, a digitalização da documentação e informatização da descrição.

O terceiro capítulo trata do processo de organização e disponibilização do Arquivo Pessoal de Antão Santos da Cunha, onde são apresentados: a) dados biográficos do produtor da documentação; b) percurso e características do conjunto documental; c) critérios e procedimentos para a organização da documentação, tais como, higienização, classificação, ordenação e descrição normalizada; d) critérios e

procedimentos para a disponibilização do fundo, tais como, digitalização, comunicação e acessibilidade.

A conclusão trata de indicar o cumprimento ou não dos objectivos gerais e específicos do estudo, mostrar os resultados, indicar dificuldades em executar as tarefas e/ou procedimentos traçados, indicar recomendações.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os arquivos são templos modernos – templos de memória. Como instituições, tanto como colecções, os arquivos servem como monumentos às pessoas e instituições julgadas merecedoras de serem lembradas (Cook, 1998, p. 143).

1.1 Os arquivos e a profissão de arquivista

Os arquivos sendo “guardadores” de memória, ao longo dos tempos, estiveram sempre sujeitos a alterações em variadíssimos campos, tais como ordenação e organização arquivística; avaliar, seleccionar, conservar e disponibilizar a documentação, seja por factores sociopolíticos e culturais, como pelo aparecimento das Tecnologias da Informação e Comunicação.

Dado o momento em que a escrita começou a estar ao serviço da comunidade humana, verificou-se o surgimento dos arquivos, tal acontecimento, remonta às civilizações do Médio Oriente, locais referenciados como o berço da escrita (Silva *et al*, 1998, p. 45). Mas do Mundo Antigo para a Idade Média verifica-se uma vulgarização do termo arquivo, devido à instabilidade política e social, à fragilidade das instituições, entre outros. (Silva *et al*, 1998, p. 70).

Já no final da Idade Média e início da Idade Moderna, mais precisamente, no século XVI, verifica-se uma recriação dos arquivos centrais da Administração. De acordo com Ribeiro^a (1998, p. 26), com o desenvolvimento dos Estados e administrações públicas e senhoriais, verifica-se uma maior necessidade de organização arquivística, com o aumento considerável do volume e variedade de documentos. Assim, passa a existir a nomeação de arquivistas oficiais nas cortes e surgem os inventários dos acervos.

Na teoria Arquivística, a Revolução Francesa é o marco para todas as alterações evidenciadas, no que diz respeito aos arquivos, tanto a nível prático como teórico, tendo como exemplo a classificação, que se torna muito mais perceptível nos arquivos, a partir deste evento.

De acordo com Ribeiro (2002, p. 98), é com os valores ideológicos, designadamente o de Estado-Nação, e a propagação destes a partir de França para o mundo ocidental, que os arquivos surgem com novos serviços vocacionados para recolher, gerir e disponibilizar documentos de interesse patrimonial. Ainda segundo a autora, é neste contexto que, na segunda metade do século XIX, a Arquivística é entendida, por um lado, como uma “ciência auxiliar” da História e, por outro, como uma área profissional. O chamado arquivista-paleógrafo formado pela *École Nationale des Chartes* é o símbolo mais emblemático desta realidade.

É consensual que a Arquivística torna-se autónoma em finais do século XIX, com a publicação do célebre manual de Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin, *Manual for the Arrangement and Description of Archives*, em 1898. Nesta obra, os autores abordam temas como o conceito de arquivo, a organização dos documentos, a descrição por meio de inventários e o uso de regras.

No âmbito da gestão e organização dos arquivos, ao longo do século XX, são vários os factores que determinam a necessidade de se proceder à avaliação, selecção e eliminação dos documentos. Com a Segunda Guerra Mundial verifica-se um crescente aumento do volume da documentação, o aparecimento de novos suportes de escrita e a evolução dos meios tecnológicos. Estes são motivos que levam ao crescente número de incorporações que se fazem nos arquivos. No entanto, dada a falta de espaço e de armazenamento da documentação, há a necessidade de que sejam implantados processos para reduzir o volume documental, para mais fácil gerir a documentação e valorizar mais o património arquivístico. A gestão passa a ser ferramenta neste contexto.

Neste mesmo contexto, a criação do Conselho Internacional de Arquivos, em 1950, foi um marco importante para a afirmação da identidade da disciplina, focando a classe profissional e a aproximação dos arquivistas em torno de questões técnicas, deixando de lado, o desenvolvimento de um espírito de investigação e de aprofundamento da teoria. (Ribeiro, 2002, p. 99).

Ao longo do século XX, dá-se também a evolução do conceito de arquivo. De tal modo que, na actualidade, a norma NP 4041 (2005, p. 5), define-o como:

“Conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado,

no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou afirmação. É a mais ampla unidade arquivística. A cada proveniência corresponde um arquivo.”.

Tal definição não deixa margem para dúvidas quanto à origem da documentação que pertence, ou não, a um determinado arquivo. E o profissional de arquivos, na actualidade, baseia-se nesta definição para desempenhar o seu papel e desenvolver correctamente o seu trabalho.

O papel do arquivista ao longo do tempo sofreu alterações. Nos seus primórdios, era visto, simplesmente, tendo como funções a conservação e a protecção dos documentos, verificando-se, desta forma, ausência de interesses e de sensibilidade no que diz respeito ao desempenho de outros papéis que hoje são tão evidentes, como o de dar acesso à documentação ao público, por exemplo. Com a Segunda Guerra Mundial e factores tais como a explosão documental e a diversificação de suportes, surge a consciencialização da necessidade de organizar toda esta “nova” grande massa de documentação, e é desta forma que o papel do arquivista começa a despertar a atenção e a ser um elemento valioso nas instituições. Tal papel é desempenhado em concordância com a ética profissional.

Segundo o Código de Ética do Conselho Internacional de Arquivos – CIA, na sua Seção de Associações Profissionais (CIA, 1996, p. 1), a ética sugere um conjunto de princípios morais e de directrizes pelas quais o ser humano rege a sua vida, no desempenho de uma profissão ou actividade. Em Portugal, as Associações e os profissionais de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação e Informação tiveram a necessidade de criar um Código de Ética para os Profissionais de Informação (APBAD, 1999, p.3). Relativamente à área da Arquivística, o código de ética dos arquivistas tem por finalidade fornecer à profissão arquivística regras de conduta de alto nível. Ele deve sensibilizar os novos profissionais a essas regras, lembrar aos arquivistas experientes suas responsabilidades e inspirar ao público confiança na profissão Código de ética. Os arquivistas têm como primeiro dever o de manter a integridade dos documentos, respeitando o esquema de organização original do arquivo. Não permitir que as suas opiniões pessoais interfiram no acesso à informação, sendo assim, objectivos e imparciais, não permitindo interferências exteriores no seu trabalho (CIA, 1996, p. 1).

Assim, se o arquivista do início do século XX tinha como missão fulcral a conservação da documentação, contudo, com a explosão documental e com a emergência das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação, no final deste mesmo século, passa a ter maior realce a fase da produção, da preservação e do acesso aos documentos. É neste ambiente de explosão documental e do crescente número de incorporações, que se verifica a saturação dos depósitos e que surgem os *records management*, que preparavam os documentos que vinham dos serviços da administração e eram integrados nos arquivos históricos.

Segundo Duarte (2006-2007, p. 145)

“O arquivista tem sido orientado para satisfazer necessidades informativas, de modo que a administração desenvolva suas funções com rapidez, eficiência, eficácia e economia, para salvaguardar direitos e deveres das pessoas, contidos nos documentos, e para tornar possíveis a pesquisa e a difusão cultural.”.

Quando as novas tecnologias surgem, no final do século XX, e são associadas aos arquivos, os arquivistas não se mostram muito rendidos aos computadores, verificando-se até uma certa resistência, e o processo de adaptação às novas tecnologias é relativamente lento. Contudo, na actualidade, os arquivistas parecem render-se às novas tecnologias, e hoje em dia parece difícil pensarmos num arquivo sem softwares específicos para responder tanto às suas necessidades, como ir ao encontro das necessidades dos utilizadores.

No entanto, e segundo Borges (2008, p. 5-6), há que ter em conta que, dado o desenvolvimento e uso cada vez mais frequente das novas tecnologias de informação e comunicação, o ser humano tende a deixar a escrita em papel, isso contribuindo para o desaparecimento dos documentos de carácter pessoal dos arquivos pessoais contemporâneos e afectando, grosso modo, nas relações do indivíduo com o seu tempo e com as mudanças de comportamento que decorrem a par de transformações nas esferas pública e privada.

Os arquivistas, no último século, evoluíram de uma posição passiva para uma posição proactiva, ou seja, passaram a ser construtores activos da memória social, tornando-se assim o principal agente da formação da memória. Os arquivistas têm como objecto de trabalho a documentação e como objectivo possibilitar o acesso à informação organizada, através de técnicas e métodos, tais como a classificação, a avaliação e a

descrição da documentação, produzindo instrumentos de pesquisa que resumem e explicam os documentos de arquivo no que respeita à sua gestão, identificação e localização. Através das novas ferramentas tecnológicas, o arquivista tem cada vez mais a possibilidade de colocar a informação *online* acessível a qualquer utilizador, teoricamente, em qualquer momento e em qualquer parte.

1.2 Os princípios e os métodos arquivísticos

Existem dois procedimentos teórico-práticos essenciais na Arquivística: a organização e a descrição. A organização é feita através da ordenação e da classificação dos documentos, permitindo assim, perceber a estrutura do fundo e recuperar a documentação, na sua totalidade ou em parte. A descrição permite que, através de instrumentos de controlo do conteúdo, o utilizador tenha acesso aos documentos que pretende.

No que respeita aos princípios arquivísticos, segundo Rousseau e Couture (1998, p. 79),

“[...] um princípio é uma lei aplicável para tudo, por todos e em todas as instituições.”.

É no século XIX, mais precisamente em 1841, na França, que surge, por Natalis de Wailly, o princípio do respeito pelos fundos, isto é, a separação dos documentos por fundos, atendendo à sua proveniência, e a ordenação por matérias dentro de cada fundo. A norma NP 4041 (2005, p. 16) define o princípio do respeito pelos fundos como, o “Princípio básico da organização, segundo o qual deve ser respeitada a autonomia de cada arquivo, não misturando os seus documentos com os de outros.” (NP 4041, 2005, p. 16).

Segundo Michel Duchein (1986, p. 14), o princípio do respeito pelos fundos

“[...] consiste em manter agrupados, sem misturá-los a outros, os arquivos provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica.”.

Portanto, ao organizar os arquivos, os arquivistas devem seguir, obrigatoriamente, duas linhas de orientação, com base no princípio do respeito pelos fundos: a) manter os documentos de um mesmo fundo agrupados, sem separações; b) não misturar documentos de distintos fundos.

Um outro princípio da Arquivística, o da ordem original, tem como objectivo manter e conservar os documentos de uma entidade colectiva, pessoal ou familiar, tal e qual, como foram produzidos. A norma NP 4041 (2005, p. 16) define o princípio do respeito pela ordem original como o “Princípio básico segundo o qual os documentos de um mesmo arquivo devem conservar a organização estabelecida pela entidade produtora, a fim de preservar as relações entre eles e, conseqüentemente, a sua autenticidade, integridade e valor probatório.”

O trabalho do arquivista, ao organizar um arquivo, deve, pois, seguir os dois princípios mencionados.

No que respeita aos métodos de trabalho, destacamos a classificação. Segundo a NP 4041 (2005, p. 15), a classificação arquivística é definida como a

“Operação que consiste na elaboração e/ou aplicação de um plano ou de um quadro de classificação a unidades arquivísticas, acervos documentais e colecções factícias.”

A classificação é o conjunto das operações intelectuais e materiais que permitem organizar um fundo de arquivos de modo a facilitar ao máximo as consultas, quaisquer que sejam os utilizadores e quaisquer que sejam os temas de suas pesquisas (Ducrot, 1998, p. 151).

A classificação passou por um lento processo de evolução, nos últimos séculos. É o que tentaremos mostrar, nas linhas que se seguem.

No Século XVI, verificam-se grandes concentrações de arquivo e os depósitos de documentos aumentam consideravelmente a partir desta data. Dado o aumento do volume da documentação nos arquivos, o sistema tradicional da classificação é posto em causa. É nesta fase que o trabalho nos arquivos passou a assentar em normas escritas, ainda que de forma muito precária. A partir do Século XVI, Jacob von Rammingen, propôs os seguintes agrupamentos primários para a classificação de documentos: a) documentos relacionados com assuntos de sabedoria territorial, b)

documentos relacionados com assuntos internos e c) documentos relacionados com assuntos externos, sendo todos estes relacionados com assuntos gerais; para além destes, os documentos relacionados com casos de pessoas ou instituições (Sousa^b, 2006, p. 122-123).

No Século XVII e com a Idade Moderna verifica-se uma evolução na prática arquivística, tornando-se esta mais estruturada e surgem os manuais. Relativamente aos arquivos da administração pública e cartórios privados (familiares e eclesiásticos) surge a elaboração de instrumentos de pesquisa (inventários, repertórios e índices); classificações metódicas de base intelectual (classificação por matérias); e a ordenação dos documentos de forma cronológica, mas sem ter em conta o contexto em que os mesmos eram produzidos (Ribeiro^a, 1998, p. 26-27).

Segundo Sousa^b (2006, p. 123), a obra de Jean Mabillon, *De Re Diplomática*, de 1681, marca o aparecimento do conceito de classificação na literatura arquivística. Nesta obra, a classificação é considerada um “método sistemático de investigação para determinar factos e eventos nos quais os documentos se inseriam”, não tratando do assunto da organização ou da descrição da documentação.

Segundo Sousa^b (2006, p. 123), no que respeita às classificações, anteriormente ao período referido, estas eram elaboradas em bases metódicas, com preferência pela ordenação cronológica. No entanto, é na Revolução Francesa que se deu uma grande concentração dos arquivos pondo, de novo, em causa a organização dos documentos. Com a criação de escolas arquivísticas e com os sucessos da Revolução Francesa, declaram os documentos da nação francesa como propriedade pública e dão a possibilidade, aos cidadãos, de a consultarem. É neste ambiente que há uma proliferação da legislação e dos regulamentos, tendo como objectivo, a protecção do contexto documental. Por conseguinte, aumenta a discussão em torno dos princípios de base de classificação dos arquivos, pois a classificação até então era elaborada a partir dos dois critérios previamente mencionados: cronológicos (determinações de períodos) e metódicos (assuntos ou matérias) (Sousa^b, 2006, p. 125).

Segundo Silva *et al* (1998, p. 132), já no século XX, a Segunda Guerra Mundial trouxe consigo o fenómeno da “explosão documental”, ou seja, o aumento da produção dos documentos textuais, tanto no que diz respeito à informação científica como técnica, para além de outras novidades: o aumento de necessidades materiais (infra-estruturas,

equipamento) e a elevada preocupação com a problemática da avaliação e da eliminação dos documentos.

Segundo Sousa^b (2006, p. 138), apesar de elaborados os conceitos dos princípios da ordem original e de proveniência no século XIX, só mais tarde, no século XX, é que estes princípios se encontram consolidados, marcando assim, uma mudança significativa nos fundamentos e práticas da classificação dos documentos arquivísticos.

Portanto, do Século XIX até aos anos 30 do Século XX, dá-se a afirmação da Arquivística, com o aparecimento de manuais especializados, um aumento considerável da produção documental aplicando-se os processos de Avaliação, Selecção e Eliminação. Na década de 60 e 70, há a preocupação de delimitar a Arquivística, com fundamentação teórica¹.

Na actualidade, a organização da documentação é uma tarefa realizada antes de se proceder à descrição. De acordo com Ducrot (1998, p. 151) a organização do fundo faz-se respeitando a sua especificidade e os princípios gerais da arquivística. Tem como objectivo fazer a distinção dos grupos de documentos, permitindo formar dossiers e arrumá-los em caixas atribuindo um código, para então, e somente então, poder-se redigir um instrumento de pesquisa, analítico (mais detalhado) ou sumário (menos detalhado), revelando com clareza as subdivisões sucessivas de um fundo e, dentro dessas subdivisões, apresentar os títulos e o conteúdo das caixas.

Para se poder esboçar um quadro de classificação é necessário que se conheça a tipologia documental, pois esta delimita o tipo as séries que compõem um fundo. A norma NP 4041 (2005, p. 20) define a tipologia documental como a “Categoria em que se insere um documento de arquivo de acordo com a sua forma e as funções a que se destina. Aplica-se a documentos simples e compostos, tal como a documentos primeiros, segundos ou terceiros. Por exemplo: acta, índice onomástico, processo de

¹ Segundo Silva (1998, p. 141), na década de 60, nas discussões internacionais promovidas pelo C. I. A. (Conselho Internacional de Arquivos), destaca-se o tema da liberalização do acesso aos arquivos; a microfilmagem e a missão dos arquivos e o papel dos arquivistas. É nesta década e na seguinte, que é dado destaque à relação entre os arquivos e os seus utilizadores, assistindo-se ao reconhecimento do direito à liberdade de informação *versus* direito à privacidade e confidencialidade e à necessidade de preservação e segurança dos documentos; ainda no 7.º Congresso Internacional de Arquivos (Moscou, 1972), entre os variados assuntos, discutiram a questão dos instrumentos de pesquisa nos arquivos, no 8.º Congresso (Washington, 1976) teve relevância a “revolução no acesso dos arquivos e no 9.º Congresso (Londres, 1980) debateu-se a utilização e a utilidade dos arquivos.

aquisição de serviços por ajuste directo, recenseamento populacional. Algumas tipologias são específicas de determinados autores e/ou épocas.”.

Ao se proceder à descrição, é elaborado um instrumento de pesquisa (inventário, guia, catálogo) capaz de transmitir a informação contida nos fundos e facilitar o acesso à documentação. Consoante o nível de detalhamento da informação, os instrumentos de descrição podem ser gerais ou (descrevem os conjuntos dos fundos) ou particulares (descrevem os fundos individualmente).

O inventário descreve as séries e/ou as subséries de um único fundo de acordo com o plano de classificação. Segundo a norma NP 4041 (2005, p. 18) o inventário define-se do seguinte modo “Instrumento de descrição arquivística que, para efeitos de controlo e comunicação, representa um arquivo: o contexto da sua produção, o(s) plano(s) de classificação (ou, na sua essência o quadro) que presidiu/presidiram à sua organização, os conjuntos documentais que o constituem, respectiva articulação e unidades de instalação que ocupam. No inventário, que deve ser complementado por índices, a descrição não desce a níveis inferiores ao da série e respectivas subdivisões.”

1.3 A questão do acesso nos arquivos

Segundo Duranti (1994, p. 50) os documentos têm a capacidade de:

“[...] capturar os factos, suas causas e consequências, e de preservar e estender no tempo a memória e a evidência desses factos.”.

Quando falamos em ter acesso aos documentos, temos que ter em conta o enquadramento legal, o estado de conservação dos documentos, os espaços disponíveis para possibilitar o acesso à documentação. Para permitir o acesso aos documentos estes têm que estar bem organizados, possuir instrumentos de pesquisa e localização, garantindo assim a acessibilidade, a conservação, a preservação e a recuperação dos documentos.

Segundo a norma NP 4041 (2005, p. 19), o conceito de acessibilidade define-se como sendo a “Disponibilidade dos documentos para consulta, em consequência da sua comunicabilidade e do necessário tratamento arquivístico (descrição arquivística, estado de conservação, etc.).”.

Parece consensual, entre os arquivistas que, com a Revolução Francesa, em 1789, nasce o conceito de acessibilidade no contexto dos arquivos e a documentação torna-se passível de ser acedida por investigadores e público. Ideologia mantida apesar de não se ter verificado concretamente, dado que a acessibilidade à documentação continuou a ser um privilégio de uma pequena elite aristocrática e de historiadores conceituados. Na França, só em 1856 é que se abre a primeira sala de consulta no arquivo Nacional de Paris. Em Portugal, até meados do século XX, o acesso aos arquivos era um privilégio dos académicos (Ribeiro^a, 1998, p.28).

Os direitos ao acesso à informação e liberdade de expressão são consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948.

Em Portugal, o Decreto-Lei n.º 16/93 de 23 de Janeiro, Art.º 17, n.º 2 – Comunicação do património arquivístico, no que diz respeito aos documentos pessoais restringe o acesso à documentação quando esta contém informação de carácter pessoal, judicial, policial ou clínico, dados pessoais que não sejam públicos ou que possam afectar a segurança das pessoas, a sua honra ou a intimidade privada e familiar.

A Revolução das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação provocou um aumento imenso no volume da informação, conseqüentemente, a descentralização, a difusão e a desorganização da informação. O principal suporte para a produção e armazenamento da informação são as tecnologias da informação.

“Um documento arquivístico acessível é aquele que pode ser localizado, recuperado, apresentado e interpretado. [...] para assegurar a acessibilidade, o programa de gestão arquivística deve garantir a transmissão de documentos para outros sistemas sem perda de informação e de funcionalidade. O sistema deve ser capaz de recuperar qualquer documento, em qualquer tempo e de apresentá-lo com a mesma forma que tinha no momento da sua criação.” (BRASIL, 2006, p. 22).

As TIC deram origem a um novo tipo de direitos universais, visto que as potencialidades tecnológicas para processar dados pessoais armazenados em suporte digital tornaram necessárias a implementação de medidas de protecção. (Moura e Garcia, 1998, p. 182). E para se fazer a protecção destes temos a questão da avaliação dos dados pessoais e assegurar a efectiva conservação permanente dos dados pessoais relevantes.

E após a Segunda Guerra Mundial, com a emergência do *Direito à Informação*, em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o acesso aos arquivos passou a ser regulado por legislação específica (Costa, 1998, p. 192). O direito à informação é, portanto, um dos mais novos direitos do Homem. Consiste em poder receber informações e difundi-las sem restrições, e também na possibilidade de opinar e de se exprimir livremente (Costa, 1998, P.192). Há uma grande necessidade de se estabelecerem novos critérios para proteger a privacidade dos dados pessoais, é necessário haver um equilíbrio entre o acesso à documentação com a protecção dos direitos e dos legítimos interesses individuais, tornando-se, simultaneamente, um processo complexo devido ao crescente volume de processos e à crescente tensão entre pedidos de acesso à informação e privacidade pessoal.

1.4 Os arquivos privados e pessoais: enquadramento geral na teoria arquivística

Para a elaboração deste tópico, é essencial que se proceda a um breve apanhado histórico acerca dos arquivos privados e públicos, situando os arquivos pessoais dentro do âmbito dos arquivos privados, e finalizando com a diferenciação que normalmente se estabelece, na literatura específica, entre arquivo familiar e arquivo pessoal.

Segundo Brasil (2004, p. 27), , um arquivo privado é um “Arquivo de entidade colectiva de direito privado, família ou pessoa”. Segundo Cruz (2008, p. 10) um arquivo privado é um “documento biográfico”, onde estão reunidos documentos pessoais, como, por exemplo, cartas, agendas, cadernos de anotações, depoimentos ou diários.

O interesse do Estado pelos fundos de proveniência privada é muito recente; as administrações arquivísticas estabelecem-se e a custódia dos arquivos privados passa a ser objecto de interessados arquivos estatais. Estando bastante difundida a aplicação do princípio da proveniência, passa a haver a preocupação de evitar o desmembramento dos arquivos privados e de os conservar na sua integridade. (Moura e Garcia, 1998, p. 176).

Segundo Prochasson (1998, p. 109), o repentino e crescente interesse pelos arquivos privados está relacionado com dois factores, que por sua vez, estão ligados entre si, por um lado a multiplicação dos trabalhos sobre os intelectuais e , por outro, o

interesse da sociedade por fontes menos seriais e mais qualitativas. Prochasson (1998, p. 107) afirma ainda que, os arquivos privados têm a tendência de mostrar o lado mais íntimo do seu autor, dado que no momento da sua elaboração não atingiram um nível de oficialidade ou de notoriedade. Os intelectuais e, de um modo geral, as elites sociais, deixam muitas vezes os seus documentos pessoais com a finalidade de um dia mais tarde serem lidos e apoiar os historiadores. É neste contexto que as correspondências privadas ganham interesse, cativando muitas vezes quem as lê, existem cartas ou documentos, em que se verifica que o autor, talvez inconsciente, mal disfarça o desejo de tornar esses documentos públicos (Prochasson, 1998, p. 112).

Segundo Ribeiro^a (1998, p. 27-28), a Revolução Francesa promoveu a nacionalização de bens das anteriores classes, e, desta forma, inicia-se um processo de incorporações em massa de documentação de arquivos privados nos depósitos do Estado. E, conforme Moura e Garcia (1998, p. 176), na época contemporânea a custódia dos arquivos privados passou a ser assegurada pelos arquivos estatais, embora alguns arquivos privados continuassem a ser conservados pelas entidades produtoras ou por instituições como bibliotecas, museus, fundações e universidades.

Tanto os arquivos pessoais como os arquivos privados são o resultado de registos derivados de uma actividade que surge dentro de um contexto. Os arquivos privados são acumulações “naturais e necessárias”, são o produto da actividade administrativa; enquanto que os arquivos pessoais são “produtos de um desejo de perpetuar intencionalmente uma certa imagem”, um “(propósito) concebido que, na verdade, se destina à “monumentalização” do próprio indivíduo...” (Cook, 1998, p. 131). Ribeiro^b (1998, p. 35) considera os Arquivos Pessoais como a expressão do desejo de guardar os próprios documentos para um posterior reconhecimento, algo como uma “identidade digna de nota.”

Segundo Cook (1998, p. 131 e 132), a ideia de diferenciação dos arquivos pessoais e públicos sempre foi muito difundida pelo pensamento arquivístico tradicional, muitas vezes, pela negativa. Para este, o Arquivo Público é apresentado como acumulação natural, orgânica, inocente, transparente da informação de um modo imparcial, neutro e objectivo. Enquanto que os Arquivos Pessoais são apresentados como autobiografias e memórias, são artificiais, antinaturais, arbitrários, parciais; são vistos por muitos como material de biblioteca. Desta forma, os arquivistas que

trabalham os Arquivos Pessoais tendem a ser vistos com maior proximidade dos bibliotecários.

O Brasil (2004, p. 26-27) define os diferentes tipos de arquivo da seguinte forma:

- O arquivo público é o “Arquivo de entidade colectiva pública, independente de seu âmbito de acção e sistema de governo do país.”.
- Em contra posição, o arquivo privado é o “Arquivo de entidade colectiva de direito privado, família ou pessoa.”.
- Dentro dos arquivos privados, temos os arquivos pessoais e os arquivos familiares. O arquivo pessoal é o “Arquivo de pessoa física.” e o arquivo de família é o “Arquivo privado de uma família ou de seus membros, relativo às suas actividades públicas e privadas e à administração de seus bens.”.

Relativamente ao modo de caracterizar a documentação privada, consoante a proveniência, Gonçalves (2007, p. 10) refere que em França, a partir de 1949, a documentação era separada por duas “séries”: a série *AP (Archives Privées)*, destinada a receber os documentos de famílias ou pessoas, com carácter político, literário e científico; *AQ (Archives Économiques)*, destinada a receber os documentos dos estabelecimentos bancários, industriais e comerciais. Segundo Costa e Fraiz (2001, p. 5), citado por Oliveira (2009, p. 31), a formação dos arquivos pessoais e familiares, remonta ao século XIV, com o aparecimento da assinatura, anunciadora do indivíduo moderno, a assinatura torna-se obrigatória para o indivíduo responsável pelas transacções entre o Estado e a sociedade. Por conseguinte, esses documentos assinados tornam-se da responsabilidade do indivíduo, e há a necessidade da salvaguarda e organização dos documentos pois é uma forma de prova, e porque, ao mesmo tempo, não deixa de ser fruto das necessidades e dos desejos do produtor dos documentos.

Desde a década de 70, do século XX, que se verifica um crescente interesse nos arquivos pessoais, por parte dos historiadores. Tal acontecimento se verificou, devido ao progresso científico e tecnológico e, ao uso cada vez maior da Internet (Oliveira, 2009, p. 15).

Os arquivos pessoais nem sempre foram considerados arquivos, mas sim colecções, decorrentes do processo de desfragmentação e intervenções sofridas, tanto pelo produtor, como pelo acumulador do arquivo, ou até mesmo por terceiros.

No que respeita ao tratamento deste tipo de arquivos, Terry Cook, citado por Bellotto (1998, p. 202) questiona a aplicabilidade dos princípios arquivísticos tradicionais desenvolvidos para o uso em arquivos públicos e institucionais em arquivos de pessoas e de famílias; sugere a possibilidade de um quadro conceitual comum para arquivos institucionais e arquivos pessoais; com isto, há a necessidade de reformular a avaliação da documentação, e os sistemas de classificação e descrição requerem nova feição teórica.

Segundo Rousseau e Couture (1998, p. 55),

“[...] as tecnologias da informação desenvolvem-se para responder às novas necessidades de troca, de acesso e de difusão. As telecomunicações simplificam-se e popularizam-se. A velocidade de transmissão aumenta [e] os arquivos mudam de forma.”.

Por fim, segundo Beattie (2007), citado por Freitas (2009, p.20), na actual era das tecnologias de informação e comunicação, surge uma classe especial de arquivos pessoais, os “*weblogs*”. No trabalho de Rodrigues (2006, p. 27), os *blogs* (abreviatura de *weblogs*) têm como características a liberdade criativa, a instantaneidade, a interactividade e a ausência de constrangimentos económicos, sendo um espaço em que o público e o privado se sobrepõem e convergem. Quem vai ao encontro dos *blogs* tende a ir ao encontro de utilizadores com interesses, pensamentos, objectivos, valores comuns. Segundo Rodrigues (2006, p. 26) os *weblogs* são autênticos diários, mas em formato electrónico; há uma necessidade do autor existir online para ser conhecido.

Segundo Cook (1998, p. 131), os arquivistas no acto de descrição, armazenamento físico, conservação e disponibilização da documentação, com o fim de pesquisa, executam procedimentos técnicos e métodos muito semelhantes. Para encarar estes tipos de arquivos (pessoais e privados), o perfil do arquivista tem que ser obrigatoriamente modificado; devendo integrar o subjectivo (a mente, o processo, a função) com o objectivo (a matéria, o registo, o sistema de informação). É neste ponto que se distancia

do mito alimentado pelo famoso arquivista dos anos 30, Sir Hilary Jenkinson, que defendia a objectividade e a imparcialidade do arquivista; é a substituição da arquivística funcional pela arquivística descritiva.

No decorrer dos tempos, verificou-se um aumento explosivo dos arquivos pessoais, contribuindo para este factor, a necessidade, o desejo e a vontade que o indivíduo tem em dar a conhecer-se, deixar uma marca, um contributo na sociedade; pelo interesse que se verifica por parte dos utilizadores em relação a este tipo de arquivos; e porque, nomeadamente, um dos factores que mais contribuiu para o surgimento de uma nova classe de arquivos pessoais foi a evolução e o desenvolvimento das tecnologias da informação.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

2.1 *Objectivo geral*

O objecto de trabalho desta dissertação trata-se de uma fracção do Arquivo Pessoal de Antão Santos da Cunha, personalidade relevante no cenário português que ocupou cargos político-administrativos nas cidades da Covilhã e de Castelo Branco (1937-1946). A documentação refere-se, principalmente, ao período em que o mesmo ocupa o cargo de Governador Civil de Castelo Branco (1944-1946). Esta documentação antes mantida e armazenada pelo próprio produtor do fundo, com o propósito de se tornar pública e de ser transmitida pelos seus herdeiros encontra-se custodiada pelo Arquivo Distrital de Castelo Branco.

A ideia original deste estudo surgiu a partir de uma proposta feita pela Directora do Arquivo Distrital de Castelo Branco², no momento, em que nos encontrávamos a cumprir o Estágio Profissional do Programa de Estágios Profissionais na Administração Central do Estado (PEPAC), naquela instituição³.

Inicialmente, este estudo tinha como objectivo geral proceder ao tratamento do fundo pessoal da personalidade referida, com o fim de elaborar um inventário/catálogo e disponibilizar a documentação *online*. No entanto, dadas as lacunas com que nos deparámos, no momento da recolha de dados, o nosso objectivo foi reformulado, passando a fazer parte das nossas pretensões a reconstrução do percurso da documentação, desde que esta saiu da posse do herdeiro legítimo e passou para as mãos, não apenas do Arquivo Distrital de Castelo Branco mas também de outras instituições portuguesas, conforme viemos a descobrir ao longo deste estudo.

2.2 *Objectivos específicos*

Para podermos delinear este percurso da documentação e, procedermos à sua organização e disponibilização online, com o fim de alcançarmos o objectivo principal

² A Dr.^a Maria Clara Baptista Beato Fevereiro.

³ Na data de 1 de Julho de 2010 a 30 de Junho de 2011.

deste trabalho, tivemos que executar as seguintes actividades e/ou procedimentos, cumprindo assim os seus respectivos objectivos específicos:

1. Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, tendo em vista a identificação dos dados biográficos do produtor, relevantes, respectivamente, para o conhecimento dos aspectos teóricos que dão sustentação ao estudo e para a formulação da proposta de tratamento do conjunto pertinentes;
2. Entrevistas semi-estruturadas, presenciais ou à distância, tendo em vista a identificação, tanto do percurso como das particularidades da documentação;
3. Análise e prospecção documental, tendo em vista a recolha de elementos para proceder à proposta de organização do conjunto;
4. Higienização e acondicionamento, tendo em vista a promoção da conservação e preservação da documentação;
5. Organização da documentação, tendo em vista a classificação, descrição arquivística;
6. Digitalização da documentação e informatização da descrição, tendo vista a sua disponibilização online.

2.3 Descrição dos procedimentos metodológicos gerais e específicos

Antes de proceder à análise da documentação, foi feita uma revisão de textos fundamentais da literatura arquivística para uma maior contextualização de princípios, métodos, técnicas e procedimentos a conhecer e aplicar. Relativamente à selecção bibliografia foram privilegiados artigos científicos, pesquisas online e monografias relacionadas com os itens a serem abordados na dissertação. A partir destes textos foi elaborado o capítulo de fundamentação teórica deste estudo, tendo em conta, o tema do tratamento dos arquivos pessoais e privados.

A pesquisa documental foi realizada com o objectivo de fazer um levantamento dos documentos e legislação, necessários, para o estudo e contextualização da documentação a tratar. Buscando, neste último caso, informação pertinente sobre Governadores Civis, Legião Portuguesa e o próprio Antão Santos da Cunha, personalidade retratada neste estudo.

No que se refere à biografia do produtor da documentação, juntamente com os documentos doados também veio anexado um documento contendo informações suficientemente úteis a este respeito (ANEXO I). Dado que não existia até à data de elaboração desta parte do estudo nenhuma bibliografia que tratasse da biografia do produtor, recorreremos à pesquisa na internet, onde encontramos um documento biográfico (ANEXO II).

Para uma maior contextualização deste fundo e para alcançar toda a informação necessária a respeito do seu tratamento e disponibilização, optámos por efectuar uma entrevista ao Dr. Pedro Antão Santos da Cunha, filho e herdeiro de Antão Santos da Cunha, doador da documentação ao Arquivo Distrital de Castelo Branco, colmatando lacunas de informação como se pode verificar no guião da entrevista no APÊNDICE I.

De seguida foi efectuada uma entrevista informal à Directora do Arquivo Distrital de Castelo Branco, a Dr.^a Maria Clara Baptista Beato Fevereiro, indo encontro ao preenchimento de lacunas referentes à organização e ao acondicionamento da documentação, no momento em que esta passa para a posse do Arquivo Distrital de Castelo Branco.

Por fim, contactámos os diversos locais para onde, conforme viemos a descobrir no decorrer do estudo, outras fracções do mesmo fundo haviam sido doadas, com o fim, de confirmar a sua existência e perceber em que estado a mesma se encontrava (tratamento, conservação e acesso).

No que respeita aos procedimentos de classificação e descrição, regra geral, estes foram: identificação do fundo e das suas sucessivas subdivisões, até alcançarmos o nível do documento simples, visando a criação de um inventário analítico. Na descrição multinível desta forma obtida, procurámos reflectir a estrutura dos conjuntos e subconjuntos, de forma hierárquica, facultando um maior grau de profundidade de informação ao utilizador, dado tratar-se de um conjunto de pequenas dimensões. Para proporcionar melhores condições de preservação, conservação e acesso, o conjunto intervencionado passou por um processo de acondicionamento, higienização e digitalização.

No que concerne à descrição arquivística, de forma automatizada, e a posterior integração de imagens digitalizadas dos documentos, tendo em vista a sua disponibilização *online*, tais tarefas foram executadas através da plataforma DigitArq, No capítulo 3 voltaremos a abordar esta questão.

Finalmente, cumpre apresentar o cronograma que elaborámos para o estudo, no qual estimámos que fossem necessários, aproximadamente, 10 meses, para a completa e total implementação de todas as actividades descritas, com uma carga horária de 3 horas diárias de trabalho (QUADRO 1).

QUADRO 1- Quadro-síntese da metodologia adoptada no estudo, conforma o cronograma cumprido no decorrer do projecto de dissertação.

PROCEDIMENTOS	OBJECTIVOS RELACIONADOS	CRONOGRAMA			
		09 a 10/2010	11/2010 a 02/2011	03 a 05/2011	06/2011
Pesquisa Bibliográfica e pesquisa documental	Identificação dos dados biográficos do produtor, relevantes para o conhecimento dos aspectos teóricos que dão sustentação ao estudo e para a formulação da proposta de tratamento do conjunto .				
Entrevistas semi-estruturadas	Identificação tanto do percurso como das particularidades da documentação.				
Análise e prospecção da documentação	Recolha de elementos para proceder à proposta de organização do conjunto.				
Higienização e acondicionamento	Promoção da conservação e preservação da documentação.				
Classificação e descrição arquivística	Organização da documentação.				
Digitalização	Digitalização da documentação, tendo em vista a sua disponibilização <i>online</i> .				
Informatização	Informatização da descrição, tendo em vista a sua disponibilização <i>online</i> .				

Fonte – Elaboração própria.

3. O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO ARQUIVO PESSOAL DE ANTÃO SANTOS DA CUNHA.

3.1 *Dados biográficos do produtor*⁴

Antão Santos da Cunha nasceu em Braga a 1 de Junho de 1914 e faleceu no Porto a 25 de Fevereiro de 1971. Era filho de Sebastião Santos da Cunha e de Libânia Fernandes. Foi casado com Isabel Maria Leite Braga Vareta Ramalhete, também já falecida, com quem teve seis filhos.⁵

Estudou no Liceu Nacional de Sá de Miranda em Braga, após o que ingressou na Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra onde concluiu o curso em Julho de 1936 com a média final de 16 valores. Fez o estágio profissional em Braga, depois segue para Lisboa onde passa a estagiar no Instituto Nacional de Trabalho e Previdência ingressando como Subdelegado (1937), sendo colocado na cidade do Porto. Após três meses é convidado para assumir a Delegação do Instituto da Covilhã onde se manterá como Delegado do INTP durante sete anos (ANEXO I).

Em 1944 é nomeado Juiz do Tribunal de Trabalho na cidade de Vila Real (1944), onde exerce o cargo por um período curto (seis meses), dado que entretanto é convidado para ocupar o cargo de Governador Civil de Castelo Branco (de 09/10/1944 a 16/05/1946). Assume também o cargo de Delegado do Comissariado de Desemprego de Castelo Branco. Daqui transita para o Porto onde passa a exercer o cargo de Subdirector da Polícia Judiciária (Novembro de 1947). Após as eleições Presidenciais de 1949 (Marechal Carmona versus General Norton de Matos) deixa o Governo Civil (Fevereiro de 1950) e ingressa na carreira profissional como Advogado. Em Julho de 1950 volta à Função Pública para ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração Borges & Irmão, S. A., função que desempenha, a par do exercício da Advocacia, até ao

⁴ Todos os dados biográficos que são apresentados neste item foram consultados de:

- 1) Consult. 13 de Janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=1214769>;
- 2) Consult. 13 de Janeiro de 2012. Disponível em: <http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/cunha_antao_santos_da.pdf>;
- 3) Documento biográfico entregue pelo Dr. Pedro Santos da Cunha, juntamente com os documentos doados ao Arquivo Distrital de Castelo Branco (ANEXO I).

⁵ Consult. 13 de Janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=1214769>.

seu falecimento. Foi ainda: Director do Centro Académico de Coimbra, Alferes Miliciano de Infantaria, Comandante de Terço da Legião Portuguesa, Oficial da Ordem Militar de Cristo e Cruz de Mérito Naval de Espanha (ANEXO I).

No que diz respeito à carreira parlamentar, Antão Santos da Cunha participou nas intervenções parlamentares da V Legislatura (1949-1953), VI Legislatura (1953-1957), VII Legislatura (1957-1961), VIII Legislatura (1961-1965), IX Legislatura (1965-1969) e, X Legislatura (1969-1973); acabando por falecer durante a Segunda Sessão Legislativa, em 25 de Fevereiro de 1971 (ANEXO II).

O quadro (QUADRO 2) que se segue mostra uma síntese da história biográfica de Antão Santos da Cunha.

QUADRO 2 - Síntese biográfica de Antão Santos da Cunha.

Cronologia	Factos
1936	Conclusão de Licenciatura na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com média de 16 valores.
1937	Estágio profissional em Braga em Escritório de Advogado; depois vai para Lisboa estagiar no Instituto Nacional de Trabalho e Previdência onde ingressa como Sub-Delegado, sendo colocado na cidade do Porto. Três meses depois é convidado para assumir a Delegação do Instituto na Covilhã onde se manteve como Delegado do INT durante 7 anos.
1944	É nomeado Juiz do Tribunal de Trabalho na cidade de Vila Real, onde exerce o cargo por um período curto (6 meses), dado que entretanto é convidado para ocupar o cargo de Governador Civil de Castelo Branco. Assume também o cargo de Delegado do Comissariado de Desemprego de Castelo Branco.
Junho de 1946	Transita para o Porto onde passa a exercer o cargo de Subdirector da Polícia Judiciária do Porto
Novembro de 1947	Nomeado Governador Civil do Porto

Desde 1949	Deputado à Assembleia Nacional pelo Distrito de Braga
1949-1953	Participação em Legislatura Parlamentar, V Legislatura.
Fevereiro de 1950	Deixa o Governo Civil e ingressa na carreira profissional como Advogado.
Julho de 1950	Volta à Função Pública ocupando o cargo de Presidente do Conselho de Administração dos Portos do Douro e de Leixões (onde permaneceu 17 anos); ao mesmo tempo, dedicou-se à sua profissão de Advogado, especializando-se em Direito Comercial e das Empresas.
1953-1957	Participação em Legislatura Parlamentar, VI Legislatura.
1957-1961	Participação em Legislatura Parlamentar, VII Legislatura.
1961-1965	Participação em Legislatura Parlamentar, VIII Legislatura.
1965-1969	Participação em Legislatura Parlamentar, IX Legislatura.
1968	Deixa os Serviços do Estado e é nomeado para o Conselho de Administração do Banco Borges & Irmão, S.A., funções que desempenha, a par do exercício da Advocacia, até ao seu falecimento.
Desde 1969	Deputado à Assembleia Nacional pelo Distrito do Porto e novamente pelo Distrito de Braga
1969-1973	Participação em Legislatura Parlamentar, X Legislatura.
Outros dados	Director do Centro Académico de Coimbra; Alferes Miliciano de Infantaria; Comandante de Terço da Legião Portuguesa; Oficial da Ordem Militar de Cristo e Cruz de Mérito Naval de Espanha

Fonte: Elaboração própria a partir de documento doado ao ADCTB (ANEXO I) aquando da entrega da documentação e de pesquisa *online* (ANEXOII).

Recuperado de:< http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=1214769>. Consultado em 13 de Janeiro de 2012.

3.2 O percurso e as características do conjunto documental

Aos seis dias do mês de Outubro do ano de 2009, foi doada ao Arquivo Distrital de Castelo Branco, uma fracção da documentação do que se estima tenha sido o arquivo

completo de Antão Santos da Cunha. A doação foi realizada por seu filho e herdeiro legítimo Pedro Santos da Cunha (ANEXO III).

O conjunto que actualmente se encontra na posse do Arquivo Distrital de Castelo Branco é constituído por documentos de diversas tipologias referentes essencialmente ao período em que o produtor desempenhou funções como Governador Civil de Castelo Branco (1944-1946), destacando-se fotografias, recortes de imprensa, correspondência e discursos. O período de documentação vai de 1937 a 1946, aquando este desempenha os cargos de Delegado do INTP na Covilhã (1937-1944) e de Governador Civil de Castelo Branco.

Relativamente à documentação, esta caracteriza-se:

- a) Quanto ao conteúdo, é constituído por correspondência privada e pessoais tais como, cartas, bilhetes, telegramas e ofícios; actas; diplomas; homenagens; relatórios; alocuções; documentos diversos; sentenças, e; impressos, tais como, jornais, recortes de jornais e panfletos;
- b) Quanto ao suporte⁶, são documentos em papel e papel vegetal, de diferentes formatos;
- c) Quanto ao estágio de produção documental, além de uma maioria de documentos originais⁷, existem alguns exemplares considerados cópias⁸ e/ou rascunhos⁹;
- d) Quanto à natureza dos documentos estes são documentos textuais¹⁰, dactilografados¹¹ e impressos¹²;

⁶ O suporte é o “Material adequado ao registo de informação. Os documentos de arquivo podem encontrar-se em diferentes suportes: pedra, argila, papiro, papel, metal, pergaminho, tecido, madeira, película fotossensível, poliéster, fita ou disco magnético, disco óptico, etc. O suporte pode apresentar diferentes formatos (A4, A5, ¾ de polegada, etc.) e qualidades (seda, papel vegetal, cartolina, etc.)” (Portugal, 2007, p. 306).

⁷ O documento original é o “Documento onde é consignada pela primeira vez, sob a forma definitiva, a vontade expressa do seu autor, conservado no suporte e formato em que foi emitido e com os devidos sinais de validação.” (NP 4041, 2005, p. 8).

⁸ A cópia de um documento é o “documento resultante da reprodução, simultaneamente ou não, total ou parcial, de um original, obtida directa ou indirectamente e, em regra, definida pela sua função (cópia de arquivo, cópia de complemento, cópia de consulta, cópia de referência, cópia de segurança, cópia de substituição, etc), pelo processo de obtenção (cópia manuscrita, fotocópia, microcópia, etc) ou pela autenticidade (cópia autêntica por oposição a fac-símile, por exemplo.” (NP 4041, 2005, p. 8).

⁹ Um rascunho é uma “Versão preliminar de um documento ainda sujeito a alterações e correcções. Pode corresponder a um documento que não foi transmitido ou que o foi com um conteúdo e/ou uma forma diferentes.” (NP 4041, 2005, p.8).

- e) Quanto à espécie documental, trata-se, na maioria de correspondências, periódicos e fotografias.

Como documentos em que se verifica mais do que a existência de um único exemplar, temos:

- 1) PT/ADCTB/PSS/APASC/00026 e PT/ADCTB/PSS/APASC/00027, estes documentos são dois exemplares do mesmo jornal, como se pode ver no título dos dois registos:

Registo PT/ADCTB/PSS/APASC/00093

Título: Jornal “Beira Baixa” – artigo “O Novo Governador Civil de Castelo Branco: o distrito de Castelo Branco representado pelos melhores valores, apresenta cumprimentos ao Ex.º Sr. Dr. Antão Santos da Cunha, como representante do Governo Nacional: Grande Parada Nacionalista”.

Unidade de descrição relacionadas: Existe outro exemplar - PT/ADCTB/PSS/APASC/00027.

Registo PT/ADCTB/PSS/APASC/00094

Título: Jornal “Beira Baixa” – artigo “O Novo Governador Civil de Castelo Branco: o distrito de Castelo Branco representado pelos melhores valores, apresenta cumprimentos ao Ex.º Sr. Dr. Antão Santos da Cunha, como representante do Governo Nacional: Grande Parada Nacionalista”.

Unidade de descrição relacionadas: Existe outro exemplar - PT/ADCTB/PSS/APASC/00026.

- 2) PT/ADCTB/PSS/APASC/00093 e PT/ADCTB/PSS/APASC/00094, estes documentos são dois exemplares do mesmo recorte de jornal, como se pode ver no título dos dois registos:

Registo PT/ADCTB/PSS/APASC/00093

Título: Recorte do Jornal “Vitória” – Artigo “Balanço de um debate político”.

¹⁰ O documento textual é o “Documento cuja informação é veiculada através da escrita.” (NP 4041, 2005, p. 7).

¹¹ Relativamente ao conceito de documento dactilografado, Brasil (2004, p. 113), na definição de documento manuscrito, aparece: “Texto escrito à mão. Termo que, utilizado genericamente, engloba textos datilografados e digitados.”.

¹² O documento iconográfico é o “Documento cuja informação é veiculada através de imagens (a duas ou a três dimensões), como desenho, fotografia, gravura, maquete, etc.” (NP 4041, 2005 p. 7).

Unidade de descrição relacionadas: Existe outro recorte de jornal -
PT/ADCTB/PSS/APASC/00094.

Registro PT/ADCTB/PSS/APASC/00094

Título: Recorte do Jornal “Vitória” – Artigo “Balanço de um debate político”.

Unidade de descrição relacionadas: Existe outro recorte de jornal -
PT/ADCTB/PSS/APASC/00093.

3) PT/ADCTB/PSS/APASC/00123 e PT/ADCTB/PSS/APASC/00124, estes documentos são dois exemplares do mesmo recorte de jornal, como se pode ver no título dos dois registros:

Registro PT/ADCTB/PSS/APASC/00123

Título: Recorte do jornal “Reconquista” – Artigo “Dr. Antão dos Santos Cunha”.

Unidade de descrição relacionadas: Existe outro recorte de jornal -
PT/ADCTB/PSS/APASC/00124.

Registro PT/ADCTB/PSS/APASC/00123

Título: Recorte do jornal “Reconquista” – Artigo “Dr. Antão dos Santos Cunha”.

Unidade de descrição relacionadas: Existe outro recorte de jornal -
PT/ADCTB/PSS/APASC/00123.

Como se pode verificar no seguinte quadro (QUADRO 3) esquematizado:

QUADRO 3 - Relação dos documentos em que existe mais do que um exemplar.

Exemplares	
Código de Referência	Código de Referência
PT/ADCTB/PSS/APASC/00026	PT/ADCTB/PSS/APASC/00027
PT/ADCTB/PSS/APASC/00093	PT/ADCTB/PSS/APASC/00094
PT/ADCTB/PSS/APASC/00123	PT/ADCTB/PSS/APASC/00124

Fonte – Elaboração própria, com base na consulta do inventário da documentação.

No seguinte quadro (QUADRO 4), são indicados os documentos que são rotulados como cópias e os documentos que são rascunhos. Na coluna do lado esquerdo

mostramos os documentos que são cópias; na coluna do lado direito mostramos os documentos que são considerados rascunhos.

QUADRO 4 - Documentos rotulados como cópias e como rascunhos.

Cópias	Rascunhos
Código de Referência	Código de Referência
PT/ADCTB/PSS/APASC/00013	PT/ADCTB/PSS/APASC/00031
PT/ADCTB/PSS/APASC/00018	PT/ADCTB/PSS/APASC/00045
PT/ADCTB/PSS/APASC/00044	PT/ADCTB/PSS/APASC/00048
PT/ADCTB/PSS/APASC/00048	PT/ADCTB/PSS/APASC/00104
PT/ADCTB/PSS/APASC/00076	PT/ADCTB/PSS/APASC/00120
PT/ADCTB/PSS/APASC/00084	PT/ADCTB/PSS/APASC/00128
PT/ADCTB/PSS/APASC/00085	PT/ADCTB/PSS/APASC/00130
PT/ADCTB/PSS/APASC/00092	PT/ADCTB/PSS/APASC/00135
PT/ADCTB/PSS/APASC/00096	PT/ADCTB/PSS/APASC/00136
PT/ADCTB/PSS/APASC/00098	PT/ADCTB/PSS/APASC/00142
PT/ADCTB/PSS/APASC/00099	PT/ADCTB/PSS/APASC/00148
PT/ADCTB/PSS/APASC/00100	PT/ADCTB/PSS/APASC/00152
PT/ADCTB/PSS/APASC/00103	
PT/ADCTB/PSS/APASC/00105	
PT/ADCTB/PSS/APASC/00106	
PT/ADCTB/PSS/APASC/00111	
PT/ADCTB/PSS/APASC/00113	
PT/ADCTB/PSS/APASC/00139	
PT/ADCTB/PSS/APASC/00140	

Fonte – Elaboração própria, com base na consulta do inventário da documentação.

No que concerne à natureza dos documentos, estes caracterizam-se na sua maioria como textuais, neste caso em particular, manuscritos (FIGURA 1), dactilografados (FIGURA 2) e impressos (FIGURA 3). Brasil (2007, p. 301) define o documento textual como o “*documento no qual a informação é veiculada através da escrita (manuscritos, dactilografados, impressos, apresentação (display de dados), legíveis com ou sem intervenção de máquina.*”.

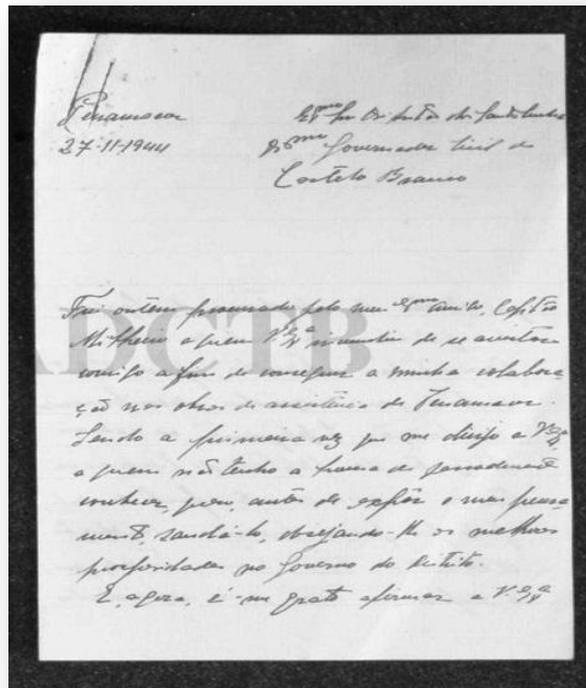


Figura 1 - Documento manuscrito.

Fonte: Recuperado de: <<http://digitalq.adctb.dgarq.gov.pt/viewer?id=1057028>>.

Consultado em 13 de Janeiro de 2012.

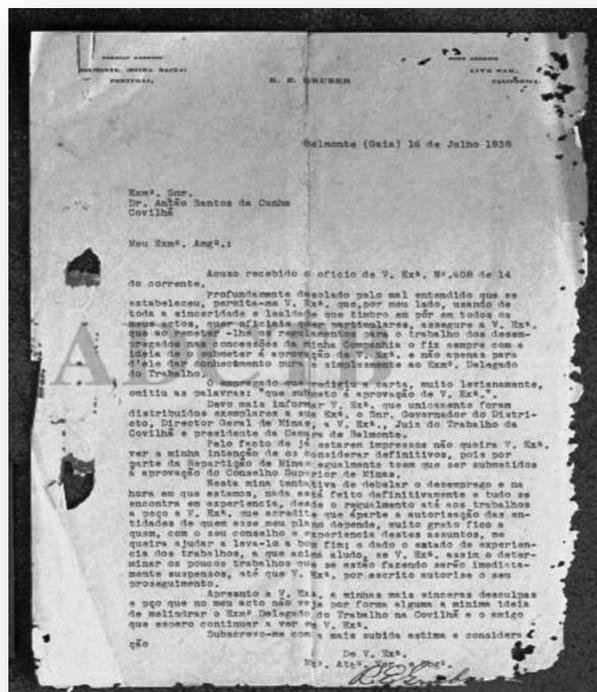


Figura 2 - Documento dactilografado.

Fonte: Recuperado de: <<http://digitalq.adctb.dgarq.gov.pt/viewer?id=1057007>>.

Consultado em 13 de Janeiro de 2012.



Figura 3 - Documento impresso.

Fonte: Recuperado de: <<http://digitarq.adctb.dgarq.gov.pt/viewer?id=1057021>>.

Consultado em: 13 de Janeiro de 2012.

Quanto à espécie documental, no que diz respeito aos periódicos existem 32 jornais e recortes de jornais; 38 fotografias; e a maioria dos restantes documentos são correspondências.

No que respeita às condições em que se encontrava a documentação, ao ser doada, na entrevista realizada com o Dr.º Pedro Antão Santos da Cunha, ficámos a saber que:

- Foi o próprio Antão Santos da Cunha que reuniu a informação enquanto vivo;
- Toda a documentação reunida em vida por Antão Santos da Cunha encontrava-se guardada num total de 5 a 6 caixas;
- A documentação encontrava-se simplesmente em caixas de cartão;
- A documentação não apresentava qualquer tipo de organização;
- A temática da documentação é muito variada, visto que, Antão Santos da Cunha ocupou diversos cargos.

Porventura o motivo da reunião da documentação deve-se ao facto de Antão Santos da Cunha ter o propósito de, mais tarde, ver essa documentação ser doada e tornada pública.

Ainda, de acordo com a entrevista realizada, ficámos a saber que, dado que a documentação apresentava grande valor histórico, o Dr. Pedro Santos da Cunha entendeu, assim, doar a documentação a diversas Entidades consoante o cargo que Antão Santos da Cunha ocupou. Deste modo, a documentação foi doada:

- ao Arquivo Distrital de Castelo Branco, dado que foi Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência na Covilhã, Governador Civil de Castelo Branco;
- ao Arquivo Distrital do Porto, dado que foi Governador Civil do Porto;
- ao Museu da Polícia Judiciária do Porto, dado que foi Subdirector da Polícia Judiciária do Porto;
- à Sociedade Histórica da Independência de Portugal, dado que foi membro da Juventude Nacionalista Sindicalista;
- à Administração de Portos do Douro e Leixões, SA (APDL), dado que, ocupou o cargo de Presidente do Conselho de Administração dos Portos do Porto e Leixões;
- ao Museu da Associação Académica, já que, foi Director do Centro Académico de Coimbra.

Na figura que se segue (FIGURA 4), podemos verificar um quadro-síntese da localização da documentação.

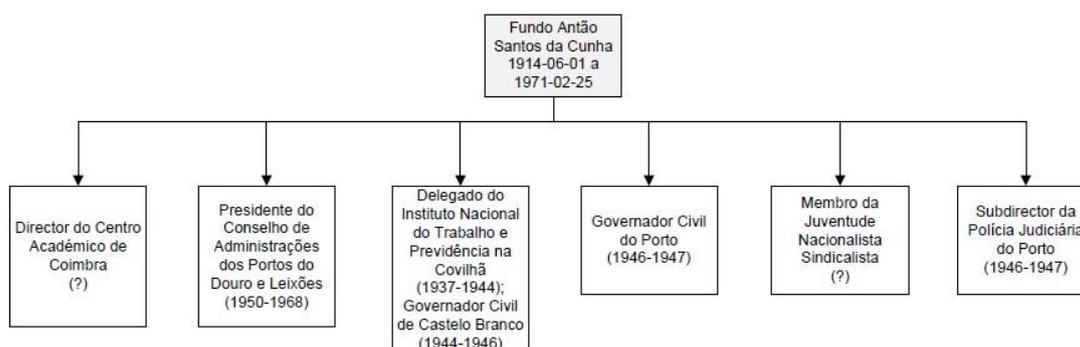


Figura 4 - Quadro-síntese das secções da documentação, conforme localização.
Fonte – Elaboração própria, com base na entrevista realizada com o Dr. Pedro Santos da Cunha.

3.3 Critérios e procedimentos para a organização do fundo

Antes de procedermos à organização e descrição da documentação de Antão Santos da Cunha, efectuámos um estudo dos conceitos teóricos da Arquivística para estabelecermos a metodologia de trabalho mais adequada a ser aplicada. O primeiro ponto diz respeito ao tratamento físico, a higienização e o acondicionamento da documentação. No segundo ponto, antes de dar início ao tratamento arquivístico da documentação foi identificada e contextualizada, tal como acabámos de descrever, esta fracção de documentação doada ao Arquivo Distrital de Castelo Branco, que, na verdade, faz parte da totalidade do Fundo de Antão Santos da Cunha. A partir desta informação, num segundo ponto, procedemos à elaboração do quadro de classificação nos seus elementos estruturantes. Por fim, no terceiro e último ponto, realizámos a descrição manual e automatizada da documentação, finalizando com a digitalização e disponibilização online.

A norma NP 4041 (2005, p. 16) define o conceito de organização, como o “Conjunto de operações de classificação e ordenação de um acervo documental ou parte dele. É aplicável a qualquer unidade arquivística, mas a organização dos arquivos intermédios e definitivos tem de atender aos princípios da proveniência e do respeito pela ordem original.”. A organização concebida como a sistematização dos fundos documentais tem como objectivo conservar a documentação e permitir o acesso e a recuperação da informação, atendendo aos princípios referidos, tendo como procedimentos a classificação e a ordenação dos fundos. Um dos resultados da organização intelectual do arquivista é a elaboração do quadro de classificação.

Como acções de preservação e tratamento arquivístico desenvolvidas nesta fracção do fundo de Antão Santos da Cunha, temos:

- Higienizar e acondicionar;
- Inscrever cotas em cada documento simples (número sequencial documento a documento);
- Digitalizar;
- Criar registos no Módulo de Descrição Arquivística, do DigitArq, consoante a tipologia documental, de modo a obter a descrição dos elementos de

informação segundo as Orientações para a Descrição Arquivística – ODA, emanadas da DGARQ;

- Comparar a descrição feita com a própria documentação a fim de verificar a sua rectidão e integridade;
- Registrar a existência de elementos iconográficos;
- Incorporar as imagens digitalizadas e associá-las às descrições já feitas obtendo os objectos digitais, através do Módulo de Gestão de Objectos Digitais, do DigitArq;
- Disponibilizar online dos objectos digitais, através do Módulo de Publicação de Objectos Digitais.

No fim do processo de tratamento arquivístico da documentação do Arquivo Pessoal Antão Santos da Cunha pretendíamos, conforme o exposto no capítulo 2 desta dissertação, que a documentação encontra-se na plataforma *online* do DigitArq com os registos descritos e com as imagens digitais associadas. Tal pretensão foi, de facto, cumprida, da maneira como a descreveremos¹³.

3.3.1 Higienização

Para prevenir a possível deterioração do acervo, demos início ao processo de higienização dos documentos, para retirar possíveis poeiras, resquícios de ferrugem e objectos estranhos.

Quanto ao processo de higienização e ao de acondicionamento, feito por nós, cada documento foi higienizado e acondicionado. Os documentos foram acondicionados em conjunto, em caixas e pastas de papel *acid free*. Foram retirados todos os clips e agrafos, colocando-se uma mecha de *acid free* entre cada documento e um clip plastificado para manter os documentos, que assim o exigiam, unidos. Resultando num total de 156 documentos acondicionados deste modo.

¹³Consult. 13 de Janeiro de 2012. Disponível em: < <http://digitarq.adctb.dgarq.gov.pt/details?id=1056999>>.

A documentação foi higienizada numa máquina de limpeza de documentos¹⁴ (FIGURA 5), e os mesmos foram acondicionados consoante o tamanho tendo sempre em vista garantir a preservação da documentação a longo prazo. Relativamente às fotografias estas foram mantidas em bolsas plásticas transparentes, pois permitem que os utilizadores possam ver a imagem, reduzindo, assim, a possibilidade de a danificar pelo manuseio directo.



Figura 5 - Máquina de limpeza de documentos.
Fonte – Elaboração própria.

No que diz respeito ao estado de conservação podemos considerar que se encontra em bom estado, não necessitando de intervenções de restauro. Devido à diferença de formatos, a documentação foi guardada em duas pastas e duas caixas, ambas em papel de *acid-free*. A caixa 1 contém 135 documentos de diversos tamanhos, sendo estes os de menor dimensão; a caixa 2 contém as fotografias (38); a pasta 1 contém 14 documentos de tamanho médio; e, a caixa 2 contém 7 documentos de tamanho grande.

¹⁴ O nome da máquina de limpeza é Soplador Bomba Soplador Aspiracion, TecniHispania, S.L., modelo 31.5.

3.3.2 Classificação, ordenação e descrição normalizada

Relativamente aos procedimentos de classificação e descrição, estes foram estabelecidos através da identificação dos conjuntos principais e da sua sucessiva subdivisão, até se alcançar o nível do documento simples.

Inicialmente, foi efectuada a prospecção/análise documental, com vista à caracterização da documentação sob o ponto de vista diplomático (quanto ao género, natureza, estádios de produção documental), para a sua posterior descrição arquivística, higienização, acondicionamento e digitalização dos documentos.

Como ponto de partida, antes de dar início ao tratamento da documentação, e para um total de 156 documentos, que compõem esta fracção do que considerámos ser o arquivo pessoal de Antão Santos da Cunha, a identificação dos seus elementos estruturantes que serviram de base para a descrição multinível, foi a seguinte:

- Produtor do Fundo/fracção do Fundo – 1
- Secções – 6
- Subsecções – 2
- Séries – 12
- Subséries – 10
- Documentos simples – 156

Relativamente aos termos arquivísticos mencionados, estes são definidos do seguinte modo:

1. Fundo como o “Conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação. É a mais ampla unidade arquivística. A cada proveniência corresponde um arquivo.” (NP 4041, 2005, p. 5).
2. Secção é a “Unidade arquivística constituída pela primeira subdivisão de um arquivo, determinada pela sua ordem original, ou, na ausência, por critérios orgânico-funcionais.” (NP 4041, 2005, p. 7).
3. Subsecção é a “Subdivisão da secção.” (Portugal, 2007, p. 305).

4. Série é a “Unidade arquivística constituída por um conjunto de documentos simples ou compostos a que, originariamente, foi dada uma ordenação sequencial, de acordo com um sistema de recuperação da informação. Em princípio, os documentos de cada série correspondem ao exercício de uma mesma função ou actividade, dentro de uma mesma área de actuação. Pode contemplar vários níveis de subdivisão.” (NP 4041, 2005, p. 7).
5. Subsérie é a “Primeira subdivisão de uma série, determinada pela sua ordem original ou por exigências de preservação.” (NP 4041, 2005, p. 7).
6. Documento simples é o “Documento de arquivo, autónomo quanto ao processamento da sua produção (autor, código de comunicação, data, destinatário, etc.) mas não necessariamente quanto à informação veiculada ou ao suporte. O documento simples é susceptível de descrição individualizada, mas pode não corresponder à totalidade de um procedimento ou trâmite.” (NP 4041, 2005, p. 6).

Dado que a maioria da documentação tratada refere-se a Antão Santos da Cunha enquanto Governador Civil de Castelo Branco, e dado que se sabe da existência de documentação referente a esta personalidade noutros locais, conforme ficou patente no depoimento recolhido na entrevista pessoal realizada com o herdeiro e doador do acervo, esta foi, neste caso, a primeira secção identificada e fixada aquilo que consideramos ser o conjunto completo, ou Fundo. As demais secções foram identificadas, seguindo as informações que nos foram concedidas pelo entrevistado.

Indo ao encontro dessas informações, e com o fim, de combater a existência de lacunas de informação neste estudo, passámos a contactar as instituições às quais foram doados os documentos, tentando recolher o máximo de informação possível referente ao estado de tratamento, e o tipo de documentação existente em sua posse. Assim, ficámos a saber que:

- No Arquivo Distrital do Porto, a documentação encontra-se a ser tratada por um técnico, não tendo sido possível retratar todo o seu conteúdo. Sabe-se que a documentação é de cariz privado, que existem correspondências, jornais, recortes de jornais, um ou outro manual, fotografias. Dado que se encontra na fase de tratamento, não está acessível ao público.

- No Museu Académico de Coimbra, encontra-se uma caixa de documentação variada, não tratada, onde consta, pelo que soubemos, registos da República, o estojo de Direito, o diploma de fim de curso, a pasta académica.
- Relativamente à Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA., a entidade informa que não existem dados relativos ao Sr. Antão Santos da Cunha (ANEXO IV).
- No Museu da Polícia Judiciária do Porto a documentação é de volume pequeno: duas a três cartas de agradecimento, cartas escritas à mão, diploma da posse do cargo como Subdirector da Polícia Judiciária do Porto, duas ou três fotografias. É suposto, no início do ano de 2012, a apresentação de um livro biográfico de todos os directores da Polícia Judiciária do Porto, inclusive de Antão Santos da Cunha, desde o surgimento da primeira lei orgânica da polícia judiciária, em 1945.
- Na Sociedade Histórica da Independência de Portugal, a documentação encontra-se no Arquivo Reservado, tendo como principal temática, a Juventude Nacionalista Sindicalista.

Como não pudemos confrontar com precisão esta informação com outros dados, visto que, a documentação não se encontra tratada nas diversas instituições, e pelas tentativas de contacto via mail e telefone junto às entidades detentoras das demais secções (QUADRO 5), como se pode verificar no quadro de classificação elaborado (FIGURA 6), seguem com as devidas interrogações, as quais significam a existência de lacunas de informação no que respeita ao caso estudado.

QUADRO 5 - Tentativas de contacto junto às entidades detentoras das demais secções.

Instituições detentoras da documentação	Meio de contacto	Número de tentativas
Arquivo Distrital do Porto	Mail e Telefone	3
Museu Académico de Coimbra	Mail e Telefone	4
Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA	Mail e Telefone	4

Museu da Polícia Judiciária do Porto	Mail e Telefone	3
Sociedade Histórica da Independência de Portugal	Mail e Telefone	5

Fonte – Elaboração própria.

A seguir à fixação das secções, o que teve em conta todas as informações resgatas com as instituições mencionadas no QUADRO 5 e, de acordo com a pesquisa documental da fracção da documentação pertencente ao Arquivo Distrital de Castelo Branco, procedemos à identificação daquilo que seriam as subsecções do Fundo.

Deste modo, após a análise preliminar do conteúdo da documentação do Arquivo Distrital de Castelo Branco, ficaram patentes duas subsecções principais.

Na primeira subsecção, designada “Actividade Pessoal”, que diz respeito ao exercício de actividades de cariz pessoal, por parte do produtor da documentação, incluímos a série documental designada “Correspondências”, na qual, por sua vez incluímos as seguintes subséries, com as respectivas datas extremas identificadas: a) “Bilhetes” (1937-1946), b) “Cartas” (1937-1946) e c) “Telegramas” (1946).

Na segunda subsecção, designada “Actividade Pública”, que diz respeito ao exercício de actividades de cariz público, por parte do produtor da documentação, incluímos as seguintes séries documentais:

1. “Correspondência”, na qual, por sua vez incluímos as seguintes subséries, com as respectivas datas extremas identificadas: a) “Cartas” (1937-1946), b) “Ofícios” (1942, 1944-1946), c) “Telegramas” (1937, 1945-1946), d) “Bilhetes” (1937-1946);
2. “Actas” (1946);
3. “Diplomas” (1937, 1944, 1946);
4. “Homenagens” (1937-, 1945-1946);
5. “Relatórios” (1937-1946);
6. “Memoriais” (1945);
7. “Alocações” (1945);
8. “Documentos Diversos” (1937-1946);
9. “Sentenças” (1943-1944);

10. “Impressos” (1937-1946), na qual, por sua vez incluímos as seguintes subséries, com as respectivas datas extremas identificadas: a) “Jornais” (1944-1946), b) “Recortes de Jornais” (1937-1946), c) “Panfletos” (1945);
11. “Fotografias” (1937-1946).

Relativamente a esta subsecção, “Actividade Pública”, constatámos que reúne documentação tipologicamente diversa, contendo correspondências com cartas/rascunhos de cartas de assuntos como crise da época (1937), Inauguração da Colónia Infantil da Montanha (1938), agradecimentos pelo cargo de Governador Civil (1944); União Nacional (1937-1946); Câmara e Hospital de Penamacor (1945); candidaturas a deputado (1946), homenagens pelo desempenho do cargo de Governador Civil de Castelo Branco (1946), benefícios de Antão Santos da Cunha que dispensou à Santa Casa da Misericórdia da Covilhã (1946), confraternização das cidades de Castelo Branco e Covilhã (1937-1946), direcção do Grémio (1937-1946); telegramas com assuntos mais direccionados a saudações e a homenagens (1937) e sobre a União Nacional (1945); no que diz respeito aos jornais/recortes de jornais tratam de assuntos como, Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (1937-1946), transferência de Antão Santos da Cunha da Covilhã para Vila Real (1944), ocupação do cargo de Governador Civil de Castelo Branco por parte de Antão Santos da Cunha (1944), homenagens (1945-1946), confraternização das cidades de Castelo Branco e Covilhã, (1946), Antão Santos da Cunha deixa a chefia de Governador Civil de Castelo Branco para ocupar as funções de Director da Polícia Judiciária do Porto (1946), a ocupação do cargo do novo Governador Civil de Castelo Branco por parte do Dr. José de Carvalho (1946); por último, nos documentos diversos estes são compostos por bilhetes, diplomas, relatórios, cópias de sentenças, ofício, panfletos, homenagens.

De referir que o quadro de classificação que disponibilizamos na página seguinte (FIGURA 6)¹⁵ foi elaborado para atender a um dos objectivos fulcrais desta investigação: a organização intelectual do Fundo. A sua elaboração justifica-se pelo facto de que, no âmbito da teoria arquivística, o referido instrumento é um ponto de partida para a realização da descrição documental.

De referir, igualmente, que a organização dos documentos desta parcela do Fundo Antão Santos da Cunha, não reflecte integralmente a estrutura disponibilizada na

¹⁵ Elaborado a partir dos dados obtidos com a prospecção documental e as entrevistas realizadas.

FIGURA 6, dado que as orientações institucionais, neste caso específico, nos conduziram para uma proposta de descrição algo distinta da nossa (enquanto a nossa proposta baseou-se na reunião de conjuntos documentais, a proposta da instituição assentou-se na descrição ao nível do documento simples, sem a formação dos referidos conjuntos maiores).

De qualquer modo, acreditamos que o quadro elaborado, na medida em que recompõe as diversas fracções deste fundo documental, dando primazia à integridade do conjunto, poderá servir de base para que, no futuro, as diversas instituições detentoras desta documentação possam fornecer mais informação e assim melhor atender às necessidades de informação de eventuais utilizadores. De igual modo, nada impede que o mesmo instrumento seja utilizado na hipótese de que venha a ser necessária a reformulação da actual organização dada pelo Arquivo Distrital de Castelo Branco.

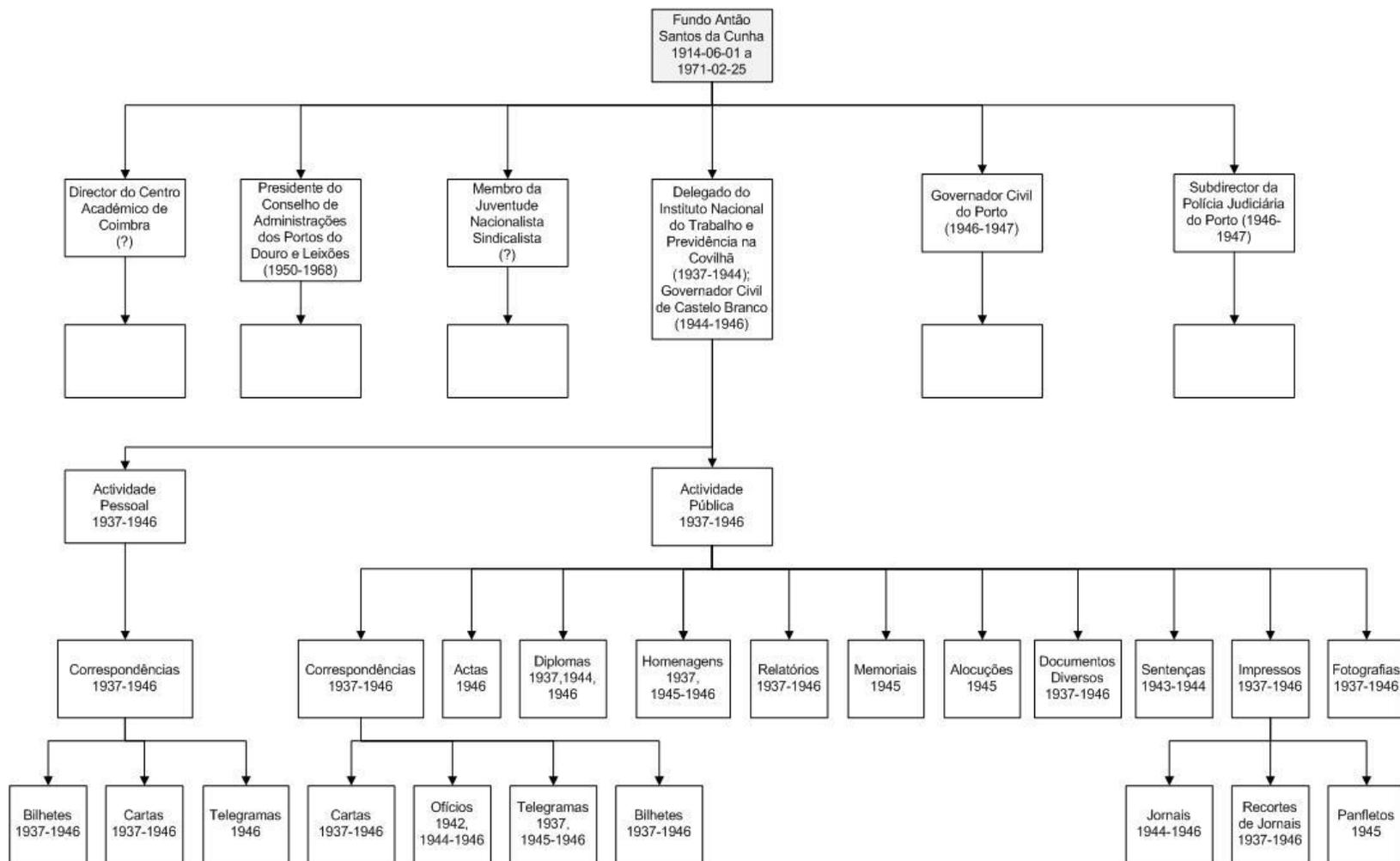


Figura 6 - Proposta de quadro de classificação do Fundo “Arquivo Pessoal Antão Santos da Cunha – APASC”.

Fonte – Elaboração própria, com base na prospecção documental.

No que se refere às quantidades, os documentos desta parcela do fundo encontram-se subdivididos consoante o que se informa no QUADRO 6. Desta forma, o utilizador passa a ter uma percepção mais clara do conteúdo da documentação.

QUADRO 6 - otalidade de documentos referente a cada tipologia documental.

Tipologia Documental	Totalidade
Actividade Pessoal	
Bilhetes	3
Cartas	12
Telegramas	2
Actividade Pública	
Cartas	48
Ofícios	22
Telegramas	10
Bilhetes	2
Actas	2
Diplomas	5
Homenagens	3
Relatórios	4
Memoriais	1
Alocações	1
Documentos Diversos	6
Sentenças	2
Publicações	14
Recortes de jornais	18
Panfletos	1

Fonte – Elaboração própria, com base na análise preliminar do conteúdo da documentação do Arquivo Distrital de Castelo Branco.

No que diz respeito à descrição arquivística, esta define-se sendo a:

“[...] elaboração de uma representação exacta de uma unidade de descrição e das partes que a compõem, caso existam, através da recolha, análise, organização e registo de informação que sirva para identificar, gerir localizar e explicar a documentação de arquivo, assim

como o contexto e o sistema de arquivo que a produziu.” (Portugal, 2007, p.300).

A descrição arquivística vai ao encontro das exigências do utilizador e permite ao arquivista uma maior facilidade no acto da pesquisa. Para uma descrição arquivística rigorosa e objectiva, foram elaboradas, internacionalmente, as normas *General International Standart Archival Description (ISAD(G))*, *International Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families (ISAAR (CPF))*.

Segundo Lacerda (2007, p. 3), a normalização da descrição em arquivos surge pela imposição da informática, pelo desenvolvimento das tecnologias; pela tradição bibliográfica e pela racionalização dos processos. As normas garantem consistência à informação disponibilizada ao utilizador; representam consenso dos profissionais sobre as melhores práticas, incentivam a racionalização dos processos, permitem e potenciam a troca de informação e garantem a permanência de informação contra a obsolescência tecnológica. Os seus objectivos fundamentais são: assegurar a produção de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas; facilitar a recuperação e troca de informação sobre documentos de arquivo; possibilitar a partilha de dados de autoridade; tornar possível a integração de descrições provenientes de diferentes entidades detentoras num sistema unificado de informação.

No que respeita ao tratamento do fundo ASC, antes de se proceder à descrição do conteúdo informacional, foi atribuído um código de classificação para cada um dos documentos do fundo (neste caso um número) e, no acto da descrição propriamente dita, foi atribuído um código de referência por ordem cronológica. A documentação foi descrita na plataforma DigitArq, consoante as datas que os documentos apresentavam, em ordem crescente, de 1937 até 1946. Os documentos com datas incertas, incompletas ou ausentes foram descritos por último.

Exemplo:

PT/ADCTB/PSS/APASC/00001¹⁶

Datas de produção: 1937-09-23.

¹⁶ Ao ser atribuído o código de referência, este deve de integrar os seguintes elementos, por esta sequência: código do país; código da entidade detentora; código da unidade de descrição, número do documento; que neste caso resultou do seguinte modo: PT/ADCTB/PSS/ASC/00001, por exemplo.

PT/ADCTB/PSS/APASC/00002

*Datas de produção:*1937-09-23.

PT/ADCTB/PSS/APASC/00154

Datas de produção: (1944?).

PT/ADCTB/PSS/APASC/00155

Datas de produção: (1937? a 1946?)

No âmbito das decisões tomadas para, a uniformização do processo de descrição da documentação em causa, destacamos os seguintes:

- a) Conservação das diversas formas de nome (tanto quanto destinatário como remetente); os acrónimos foram mantidos tal e qual como surgiram no documento.
- b) Foi atribuído um título aos documentos, quando estes não o apresentaram, procurando que este título fosse o mais fidedigno no documento em questão.
- c) No caso das datas, às ilegíveis ou incompletas foi atribuído ao documento a data do Fundo (1937-1946).
- d) Quando existiam folhas em branco estas também eram mencionadas.

No que diz respeito à ordenação interna dos documentos, é de referir que quando foi doada a documentação à Dr.^a Maria Clara Baptista Beato Fevereiro pelo Dr.^o Pedro Santos da Cunha, a mesma não apresentava uma ordem pré-definida. Deste modo, os documentos foram organizados numa caixa e numa pasta, consoante o seu próprio formato. A documentação foi ordenada, dentro das unidades de arquivagem, consoante o seu formato e pela atribuição de um número sequencial.

A documentação foi, desta forma, estruturada, efectuando-se uma descrição do mais geral (parcela do fundo) e do mais específico (documento simples), permitindo a criação de registos manuais e informáticos.

A descrição propriamente dita foi efectuada em duas etapas:

- a) Descrição manual: para procedermos à descrição da documentação, tivemos que aprofundar os nossos conhecimentos no que diz respeito ao autor do fundo, à época da documentação e aos diversos assuntos retratados nos documentos, para uma maior contextualização da documentação; passando pela análise do conteúdo, classificação e descrição da documentação; resultando num inventário.
- b) Descrição automatizada: a partir do inventário, atrás referido, elaborado manualmente e depois convertido para a aplicação Word, copiámos todos os campos para a plataforma DigitArq, criando assim os registos.

3.3.2.1 Descrição manual

A descrição manual consistiu na elaboração de um documento em papel onde foram extraídos todos os elementos de informação correspondentes aos campos de preenchimento obrigatório ou opcional, segundo as ODA. A cada documento foi atribuído um número sequencial e o nível de descrição, como dissemos alcançou o documento simples.

O quadro que se segue (QUADRO 7) retrata a descrição efectuada apenas ao nível do Fundo. Dada a extensão do inventário realizado, o mesmo poderá ser visualizado no APÊNDICE II deste trabalho.

QUADRO 7 - Nível de descrição: fundo.

Nível de descrição	Fundo
Código de referência	PT/ADCTB/PSS/APASC
Datas de produção	1937? a 1946?
Dimensão e suporte	157 u.i. (156 doc., 1 cx.)
Entidade detentora	Arquivo Distrital de Castelo Branco
Produtor	Antão Santos da Cunha
História administrativa/biográfica/familiar	História Biográfica: Antão Santos da Cunha nasceu em Braga a 1 de Junho de 1914 e faleceu no Porto a 25 de Fevereiro de 1971. Estudou no Liceu Nacional de Sá de Miranda em Braga, após o que ingressou na Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra onde concluiu o curso em Julho de 1936 com a média

	<p>final de 16 valores. Fez o estágio profissional em Braga no Escritório de Advogado, após o que vai para Lisboa estagiar no Instituto Nacional de Trabalho e Previdência onde ingressa como Subdelegado (1937), sendo colocado na cidade do Porto. Após 3 meses é convidado para assumir a Delegação do Instituto da Covilhã onde se manterá como Delegado do INT durante 7 anos. Em 1944 é nomeado Juiz do Tribunal de Trabalho na cidade de Vila Real (1944), onde exerce o cargo por um período curto (6mesme), dado que entretanto é convidado para ocupar o cargo de Governador Civil de Castelo Branco. Assume também o cargo de Delegado do Comissariado de Desemprego de Castelo Branco. Daqui transita para o Porto onde passa a exercer o cargo de Subdirector da Polícia Judiciária do Porto (Novembro de 1947). Após as eleições Presidenciais de 1949 (Marechal Carmona versus General Norton de Matos) deixa o Governo Civil (Fevereiro de 1950) e ingressa na carreira profissional como Advogado. Em Julho de 1950 volta à Função Pública para ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração Borges & Irmão, S. A., funções que desempenha, a par do exercício da Advocacia, até ao seu falecimento. Foi ainda: Director do Centro Académico de Coimbra, Alferes Miliciano de Infantaria, Comandante de Terço da Legião Portuguesa, Oficial da Ordem Militar de Cristo e Cruz de Mérito Naval de Espanha.</p>
<p>História custodial e arquivística</p>	<p>Documentação pertencente ao arquivo de Antão Santos da Cunha na posse de Seu filho, Dr. Pedro Santos da Cunha.</p>
<p>Fonte imediata de aquisição ou transferência</p>	<p>Doação efectuada em 6 de Outubro de 2009 pelo Dr. Pedro Santos da Cunha, filho de Antão Santos da</p>

	Cunha.
Âmbito e conteúdo	Correspondência recebida e expedida no decurso da sua actividade privada e/ou pessoal; periódicos da época; diplomas. Uma caixa de fotografias da época (38) parcialmente tratadas.
Ingressos adicionais	Fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.
Sistema de organização	Ordenação cronológica.
Condições de acesso	Comunicáveis mediante o definido no Decreto-Lei n.º 16/93 de 23 de Janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 1, 2 e 3, Diário da República, I Série A. 19 - Regime geral de arquivos e do património arquivístico e na Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, Art.º 73, Diário da República, I Série A. 209 - Lei de bases do património cultural.
Condições de reprodução	Condicionada ao estado de conservação dos documentos e determinações legais. Sujeito à Tabela de Emolumentos.
Idioma e escrita	Português.
Instrumentos de pesquisa	Inventário e catálogo.
Unidade de descrição relacionadas	Fundo do Governo Civil de Castelo Branco – PT/ADCTB/ACD/ADCTB
Notas	Notas às datas: existem lapsos na datação.

Fonte – Elaboração própria, com base na descrição.

Para procedermos à descrição das fotografias, tivemos que efectuar um enquadramento de como se processa a descrição deste tipo especial de documentos, isto é, a documentação iconográfica.

A fotografia é um dos bens pessoais mais guardados pelo ser humano, pois transmite emoções, lembranças, sendo um modo de preservar memórias. Segundo Mustardo (2004) a fotografia define-se como uma imagem produzida pela acção química da luz sobre uma superfície sensível à luz. Enquanto a imagem digital define-se

como sendo uma imagem baseada no computador, criada directamente dentro dele, ou produzida através da digitalização de uma imagem.

Ao fazermos a descrição de fotografias temos que ter em conta os seguintes processos:

- Efectuar o levantamento do estado de conservação dos documentos;
- Propor o tratamento da documentação fotográfica (higienização, acondicionamento);
- Indicar meios para a salvaguarda das fotografias.

Segundo o texto de Baruki & Coury (2004, p. 1-2), para efectuarmos o levantamento do estado de conservação dos documentos temos que enumerar as características de deterioração das fotografias por grupos (fotografias, negativos, álbuns) e pela diferença predominante de tamanhos. Quanto à deterioração fotográfica devemos ter em conta as causas extrínsecas e causas intrínsecas. Entendemos por causas extrínsecas aquelas que se devem ao mau manuseamento do documento; aos materiais acessórios (clipes, adesivos); sistemas de acondicionamento inadequados; ambiente (temperatura e humidade elevadas); os poluentes ambientais; localização, materiais de construção e modo de construção do edifício. Entendemos por causas intrínsecas aquelas que se devem às características do próprio material fotográfico.

De acordo com Baruki & Coury (2004, p. 2), no que diz respeito ao tratamento de conservação fotográfica, afirma que, a documentação deve ser higienizada através da técnica do pincel soprador e de trinchas macias, também se pode optar por outras técnicas, como é o exemplo da aplicação de pó e de borracha plástica branca, apenas no verso da fotografia apenas no verso da fotografia. Após estas técnicas, e se necessário, procedemos a uma higienização química, isto é, a utilização de solventes. Nos casos de fotografias rasgadas, dobradas, devemos ter em especial atenção, pois carecem de maiores medidas de conservação e preservação, de forma a estabilizar o documento. Dado que a fotografia tem maior facilidade em deteriorar-se, temos que ter em conta a o seu manuseamento, o formato das fotografias, o espaço que esta vai ocupar nas prateleiras, e a diversidade de factores externos que sobre estas recaem.

Para Pavão (2004, p. 8) a observação e a descrição são os primeiros passos a dar aquando o início do tratamento do fundo fotográfico, para tal, temos que ter em conta o

conteúdo, a sua forma física, o volume da documentação e possíveis danos nas fotografias. Ao fazermos a primeira avaliação da documentação devemos fazer um pré-relatório onde conste: quantidades, formatos, processos fotográficos a desenvolver, organização original, temática geral, fazer o levantamento do material fotográfico danificado, estipular como este vai ser acondicionado, bem como se é necessário proceder aos processos de reprodução ou duplicação. Ainda, quanto à descrição, esta apresenta métodos de recolha, análise, organização e registo de informação. As fotografias são observadas individualmente ou em grupo, sendo registado o formato, o acondicionamento, tratamento necessário, localização no arquivo, atribuição de uma cota, seguido do processo de higienização.

O facto de fundo estar bem organizado e identificado, é uma mais-valia para a preservação da documentação.

No que diz respeito à descrição manual das fotografias, e tendo como suporte as ODA, e segundo os campos para a descrição e a entrevista feita ao Dr. Pedro Santos da Cunha, pouco esclarecedora, neste sentido, verificámos que a maioria das fotografias apresentava dados insuficientes para a descrição¹⁷. Assim no QUADRO 8 apresentamos apenas as fotografias que pudemos descrever, ainda que sumariamente. De referir que estas fotografias foram encaixadas numa série documental individual, tal como, pode ser visto no quadro de classificação da FIGURA 6.

QUADRO 8 - Descrição das fotografias.

Fotografia 16	
Título	“Romagem de Saudade. Grandes festas de Confraternização dos antigos alunos e professores do Liceu de Castelo Branco em 2, 3 e 4 de Maio de 1946.”
Data	1946-05-02 a 1946-05-04.
Cidade	Castelo Branco.
Fotografia 21	
Título	“Romagem de Saudade. Grandes festas de Confraternização dos antigos alunos e professores do Liceu de Castelo Branco em 2, 3 e 4 de Maio de 1946.”
Data	1946-05-02 a 1946-05-04.
Cidade	Castelo Branco.

¹⁷ O Dr. Pedro nasceu em 1943, portanto, nem o próprio consegue identificar locais, pessoas, a ocasião do momento da foto.

Fotografia 22	
Título	“Romagem de Saudade. Grandes festas de Confraternização dos antigos alunos e professores do Liceu de Castelo Branco em 2, 3 e 4 de Maio de 1946.”
Datas	1946-05-02 a 1946-05-04.
Cidade	Castelo Branco.
Fotografia 23	
Título	“Romagem de Saudade. Grandes festas de Confraternização dos antigos alunos e professores do Liceu de Castelo Branco em 2, 3 e 4 de Maio de 1946.”
Datas	1946-05-02 a 1946-05-04.
Cidade	Castelo Branco.
Fotografia 23	
Título	“Romagem de Saudade. Grandes festas de Confraternização dos antigos alunos e professores do Liceu de Castelo Branco em 2, 3 e 4 de Maio de 1946.”
Datas	1946-05-02 a 1946-05-04.
Cidade	Castelo Branco.

Fonte – Elaboração própria, com base na descrição das fotografias.

Toda a descrição realizada, tantos dos documentos textuais como iconográficos (fotografias sensivelmente), resultaram num total de 158 registos, como se pode verificar no quadro seguinte. (TABELA 1)

TABELA 1 - Totalidade de registos criados.

Nível	N.º de Registos
Fundo	1
Documento Simples	156
Unidade de Instalação	1
Total	158

Fonte – Elaboração própria, com base na descrição automatizada.

Para finalizar esta etapa da descrição manual, foi elaborada uma folha com todos os dados, na aplicação Excel, onde relacionamos: data do documento, cota actual do

documento, código de referência do documento, código da imagem¹⁸ e o total de imagens por documento.

3.3.2.2 Descrição automatizada

Conforme indicámos antes, a segunda fase da descrição dos documentos da parcela do Fundo Antão Santos da Cunha esteve relacionada com um objectivo de promover o acesso *online*, através da automatização dos dados do inventário do acervo, realizado no decorrer da descrição manual (vide APÊNDICE II), automatização esta que foi efectuada recorrendo à aplicação informática DigitArq, pelas razões expostas adiante.

3.3.2.2.1 Origens e potencialidades da aplicação DigitArq¹⁹

Indo ao encontro das novas necessidades dos novos utilizadores e tendo em conta as Novas Tecnologias da Comunicação, os arquivos adaptam assim formas de dar respostas a essas necessidades. Surge, deste modo, a plataforma DigitArq que vem combater esta lacuna numa Sociedade de Informação “faminta” de nova e mais informação. Em particular, para os módulos de gestão e publicação de objectos digitais, tivemos como base de trabalho o *Manual de utilização do Módulo de Gestão de Objectos Digitais (GOD)* e *Módulo de Publicação de Objectos Digitais (POD)*.

A aplicação DigitArq surge integrada no Projecto DigitArq, em 2004²⁰, desenvolvido pelo Arquivo Distrital do Porto sob a administração da Direcção-Geral de

¹⁸ Ao ser atribuído o código de imagem, este deve de integrar os mesmos elementos que o código de referência, por esta sequência: código do país; código da entidade detentora; código da unidade de descrição, número do documento; que neste caso resultou do seguinte modo. Facilitando assim, mais tarde a associação do documento à imagem.

Exemplo:

Código de referência: : PT/ADCTB/PSS/ASC/00001.

Código da imagem: : PT-ADCTB-PSS-ASC-00001.

¹⁹ Como fonte de obtenção de informação para este item e para os subitens, utilizámos documentos explicativos acerca do DigitArq, da KeepSolutions.

²⁰ Consult. 13 de Janeiro de 2011. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>>.

Arquivos e sob a coordenação técnica da Universidade do Minho, financiado pelo Programa Operacional para a Cultura (POC) promovido pelo Governo Português. Este projecto foi premiado pela Agência para a Sociedade do Conhecimento, com o prémio Fernandes Costa, sendo o projecto que mais teve em conta a inovação e contributo para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal, na opinião de Barbedo (2010, p. 2). Tendo como objectivos principais: a simplificação e optimização do trabalho num arquivo definitivo tanto ao nível operacional como ao nível da gestão²¹ e servir de primeira abordagem à constituição de um Arquivo Digital. É uma base de dados que contém as descrições arquivísticas, nos seus diferentes níveis desde a estrutura orgânico-funcional aos documentos. A primeira versão da plataforma é livre e gratuita, mas as restantes já não o são. É uma plataforma constituída por seis plataformas, que vão desde, *a produção de auxiliares de pesquisa, à publicação na Web do catálogo de descrição e objectos digitais, passando pela digitalização e gestão de produtividade*.³⁸ O DigitArq rege-se por quatro normas arquivísticas, que são:

- ISAD(G) – International Standard Archival Description
- EAD – Encoded Archival Description
- ISSAR – International Standard Archival Authorities Records (Corporate, Persons, Families)
- EAC – Encoded Archival Context

As duas primeiras normas destinam-se a suportar a descrição e o processo de descrição arquivística; e as duas últimas, visam o apoio à produção de registos de autoridade. Tem como principais características e funcionalidades: uma interface gráfica dividida em duas áreas distintas (uma constituída pela “árvore de descrições” representativa do fundo e outra onde são apresentados os elementos para preencher o registo seleccionado (formulário)); revisão automática de fundos (permite contabilizar e localizar erros); actualização, normalização e codificação automática (incorporações); desenvolvimento de relatórios à produção de instrumentos de trabalho, normalização da codificação; implementação de formatos de importação e exportação abertos de forma a

²¹ PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura. Direcção-Geral de Arquivos – DGARQ [200?] – *DIGITARQ: solução integrada para arquivos definitivos* [Em linha]. Lisboa: DGARQ. [Consult 7 de Julho de 2011]. Disponível em WWW:<URL:http://www.keep.pt/sites/default/files/digitarq2-flyer-0.4_1.pdf>.

permitir inclusão de quase todo o tipo de estrutura de dados e a troca de informação normalizada; estruturas de dados relativos a registos de autoridades.²²

“Num contexto de afirmação da Sociedade da Informação em Portugal, a crescente exigência dos cidadãos obriga a que se perspetive o trabalho de forma inovadora e se planifique esse trabalho em função das reais necessidades da sociedade.” (Lima, 2004, p. 1).

Existem duas versões da plataforma DigitArq:

- Versão DigitArq monoposto: *“destina-se a pessoas individuais ou pequenos arquivos com poucos recursos e/ou requisitos em termos de produção, gestão e disseminação de informação. É ideal para investigadores individuais que procuram uma solução simples e eficaz para gerir os seus fundos documentais”*. (Ferreira, 2010, p. 4)
- Versão DigitArq cliente-servidor: *“destina-se a arquivos de média e grande dimensão e oferece um conjunto de funcionalidades avançadas como o trabalho colaborativo, gestão de utilizadores, avaliação de produtividade, publicação de informação na Web, entre outras”*. (Ferreira, 2010, p. 4)

A plataforma *DigitArq* é composta por seis módulos independentes, que são utilizados consoante as necessidades de cada Arquivo, que são:

1. Módulo de Descrição Arquivística (MDA);
2. Módulo de Gestão de Objectos Digitais (MGOD);
3. Módulo de Gestão de Utilizadores (MGU);
4. Módulo de Publicação de Objectos Digitais (MPOD);
5. Módulo de Disseminação, Navegação e Pesquisa (MDNP);
6. Módulo de Gestão de Produtividade (MGP).

Neste caso, como o ADCTB é um arquivo pequeno, a versão adaptada foi a DigitArq monoposto, que tem como módulos incluídos: MDA, MGOD e MPOD. Dado

²² PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura. Direcção-Geral de Arquivos – DGARQ [200?] – *DIGITARQ: solução integrada para arquivos definitivos* [Em linha]. Lisboa: DGARQ. [Consult 7 de Julho de 2011]. Disponível em WWW:<URL:http://www.keep.pt/sites/default/files/digitarq2-flyer-0.4_1.pdf>.

que mais à frente será explicado com uma maior exatidão o MDA, MGOD e MPOD, faremos uma breve definição dos restantes Módulos:

- Módulo de Gestão de Utilizadores (MGU): é o módulo responsável pelo registo, gestão e autenticação dos utilizadores.
- Módulo de Disseminação, Navegação e Pesquisa (MDNP): é o módulo responsável por estabelecer a ponte entre o arquivo e o utilizador.
- Módulo de Gestão de Produtividade (MGP): é o módulo que auxilia a gestão do arquivo.

“O DigitArq encontra-se perfeitamente enquadrado com a visão orientadora de um Governo Electrónico e de uma Sociedade da Informação, onde cada vez mais as actividades e os processos de negócio dos organismos públicos são suportados por mecanismos electrónicos que agilizam e asseguram um serviço mais rápido, completo e transparente para o cidadão.” (Ferreira, 2010, p. 2).

Segundo Ferreira (2010, p. 7), o DigitArq tem como vantagens:

- Não possuir custos de licenciamento;
- Gestão de todo o ciclo de vida de um arquivo definitivo;
- Adaptável a todos os cenários;
- Desenvolvimento contínuo;
- Altamente disseminado;
- Compatível com o Portal Português de Arquivos;
- Publicação na Internet de forma simples e gratuita.

3.3.2.2.2 Módulo de Descrição Arquivística (MDA)

Sendo o Módulo de Descrição Arquivística (MDA) o responsável pela produção e gestão da metainformação, vamos tentar transferir esta experiência para o caso prático da secção do Arquivo Privado de Antão Santos da Cunha, mostrando e explicando os passos e os procedimentos que tomámos para a descrição arquivística no MDA.

O Módulo de Descrição Arquivística é essencial para a produção e gestão da meta informação, baseado nas normas ISAD(G). Este módulo implementa diversas funcionalidades avançadas, como por exemplo: gestão automática de identificadores, validação automática de descrições, gestão de espaço físico do arquivo, emissão de relatórios, importação/exportação de auxiliares de pesquisa para EAD (*Encoded Archival Description*).

Para podermos aceder à plataforma MDA, o primeiro menu a aparecer será o de autenticação (FIGURA 7). Desta forma, é introduzido o nome do utilizador seguido da respectiva senha.



Figura 7- Autenticação no Módulo de Descrição Arquivística.
Fonte: MDA, DigitArq, Arquivo Distrital de Castelo Branco.

De seguida a plataforma abre, e passaremos ao passo seguinte: a criação de um novo Fundo (FIGURA 8). Na barra de ferramentas clicamos com o cursor em “Fundos”, dentro das várias opções que nos surgem, clicamos em “Novo”.

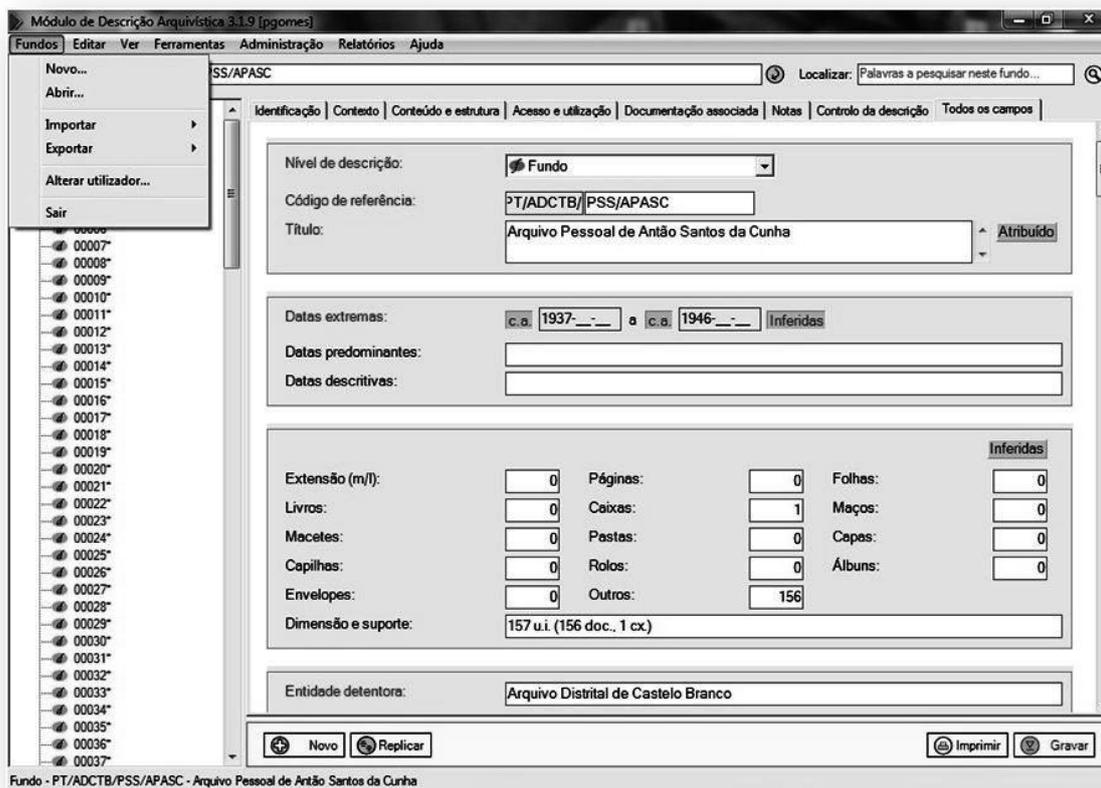


Figura 8 - No menu Fundos temos a possibilidade de executar diversas tarefas.

Fonte: MDA, DigitArq, Arquivo Distrital de Castelo Branco.

Seguidamente, surgirá um menu (FIGURA 9) que terá os seguintes campos a ser devidamente preenchidos:

- Código do país: *PT*.
- Código da instituição: *ADCTB*.
- Instituição: *Arquivo Distrital de Castelo Branco*.
- Referência fundo: *PSS/APASC*.
- Título: *Arquivo Pessoal de Antão Santos da Cunha*.

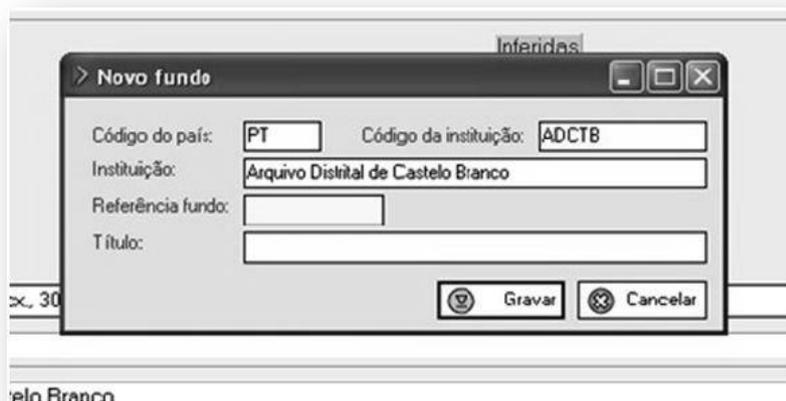


Figura 9 - Criação do novo Fundo.
 Fonte: MDA, DigitArq, Arquivo Distrital de Castelo Branco.

De seguida clica-se em *Gravar* para poder ficar registado e gravado o novo fundo e poder-se passar à descrição propriamente dita (FIGURA 10).

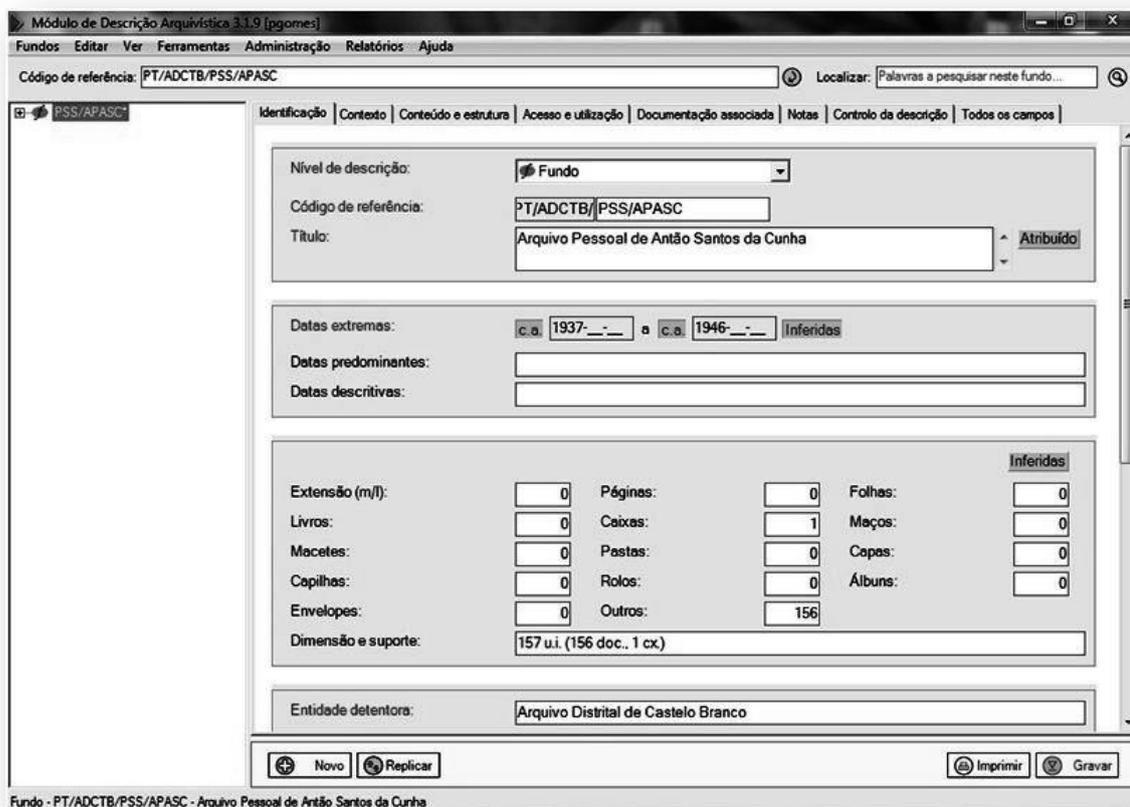


Figura 10 - Painel de edição.
 Fonte: MDA, DigitArq, Arquivo Distrital de Castelo Branco.

De um modo geral, para descrever o Fundo Antão Santos da Cunha, nos três níveis, foram preenchidos os seguintes campos, em conformidade com as ODA:

- 1) O campo **nível de descrição**, campo este que é a “*posição de uma unidade de descrição na hierarquia de um fundo*” (Portugal, 2007, p. 303); é um campo de preenchimento obrigatório em todos os níveis de descrição. Segundo Portugal (2007, p. 55) os níveis de descrição são os seguintes: fundo²³, subfundo²⁴, secção²⁵, subsecção²⁶, série²⁷, subsérie²⁸, documento composto²⁹, documento simples³⁰, e ainda, grupo de fundos³¹, colecção³², unidade de instalação³³. Para este caso em particular preenchemos o nível do fundo para descrever a sua totalidade. Dado o volume relativamente pequeno da documentação, fomos orientadas para efectuar a descrição, ao nível do documento simples. Quanto às

²³ Segundo Portugal (2007, p. 302), fundo é o conjunto de documentos de arquivo, independentemente da sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa singular, família ou pessoa colectiva, no decurso das suas actividades e funções.

²⁴ Segundo Portugal (2007, p. 305), subfundo é subdivisão de um fundo que corresponde a subdivisões administrativas ou familiares da entidade produtora, com um elevado grau de autonomia.

²⁵ Segundo Portugal (2007, p. 305), secção é a subdivisão de um fundo ou de um subfundo contendo um conjunto de documentos relacionados que corresponde a subdivisões administrativas não autónomas da entidade produtora ou, quando tal não se verifica/é possível, correspondendo a uma divisão geográfica, cronológica, funcional, a rubricas ou classes de um plano/quadro de classificação ou agrupamentos similares dos próprios documentos.

²⁶ Segundo Portugal (2007, p. 305) subsecção é a subdivisão da secção.

²⁷ Segundo Portugal (2007, p. 305), série é o conjunto de documentos organizados de acordo com um sistema de arquivagem e conservados como uma unidade, por resultarem de um mesmo processo de acumulação, do exercício de uma mesma actividade, por terem uma tipologia particular, ou devido a qualquer outro tipo de relação resultante do processo de produção, recepção ou utilização.

²⁸ Segundo Portugal (2007, p. 306), subsérie é a subdivisão da série.

²⁹ Segundo Portugal (2007, p. 300), documento composto é a unidade organizada de documentos, agrupados quer para utilização corrente pelo seu produtor, quer no decurso da organização arquivística, por se referirem a um mesmo assunto, actividade, transacção ou tamição própria.

³⁰ Segundo Portugal (2007, p. 301), documento simples é a mais pequena unidade arquivística intelectualmente indivisível.

³¹ Segundo Portugal (2007, p. 302), o grupo de fundos é o conjunto de fundos de natureza idêntica ou referentes a matéria análoga, provenientes de administrações idênticas ou afins. Constitui-se para efeitos de avaliação ou descrição ou, de um modo genérico, gestão de arquivos.

³² Segundo Portugal (2007, p. 297), colecção é o conjunto de documentos reunidos artificialmente em função de qualquer característica comum, independentemente da sua proveniência.

³³ Segundo Portugal (2007, p. 307), unidade de instalação é o conjunto de documentos agrupados ou conservados numa mesma unidade física de cotação, instalação e inventariação.

fotografias, considerando-se a impossibilidade de identificação da maioria dos itens individuais, a opção da instituição foi pela descrição da unidade de instalação, na sua totalidade.

- 2) O campo **código de referência** tem como objectivo identificar de forma unívoca, a unidade de descrição e estabelecer uma ligação com a descrição que apresenta; é um campo de preenchimento obrigatório em todos os níveis de descrição. O código de referência pode ainda: representar as relações da unidade de descrição com outras unidades; representar a hierarquia dos níveis de descrição; servir como meio de controlo da unidade de descrição; ser utilizado na recuperação da unidade de descrição; ser utilizado para a elaboração das referências da unidade de descrição. O código de referência deve integrar os seguintes elementos, respeitando esta ordem: 1) Código do país, de acordo com a *ISO 3116: Codes for the representation of names of countries*, neste caso específico, PT. 2) Código da entidade detentora, de acordo com a norma nacional de codificação das entidades detentoras, outro identificador específico de localização, podendo para este efeito, utilizar-se a *Codificação do nome dos municípios e das freguesias*³⁴. O código do Arquivo Distrital de Castelo Branco é ADCTB. 3) Um topónimo (notarial, paroquial, judicial, pessoal), dado que é um arquivo pessoal, este tem como topónimo “PSS” (Pessoal). 4) Um código de referência local unívoco, um número de controlo, outro identificador único. Para este fundo, o código de referência usado foi constituído pela primeira letra de cada palavra “APASC” (Arquivo Pessoal de Antão Santos da Cunha). **Exemplos:** a) PT/ADCTB/PSS/APASC (Fundo) *Portugal, Arquivo Distrital de Castelo Branco, Arquivo Pessoal, Arquivo Pessoal Antão Santos da Cunha*. b) PT/ADCTB/PSS/APASC/0001 (Unidade de descrição) *Portugal, Arquivo Distrital de Castelo Branco, Arquivo Pessoal, Arquivo Pessoal Antão Santos da Cunha*. c) PT/ADCTB/PSS/ADCTB/00001 (Documento simples) *Portugal, Arquivo Distrital de Castelo Branco, Arquivo Pessoal, Arquivo Pessoal Antão Santos da Cunha*.

³⁴PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura. Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo. Programa de normalização da descrição em arquivo (2006) – *Codificação do nome dos municípios e das freguesias* [Em linha]. 3.º v. Lisboa: IAN/TT, 2006. [Consult 18 Janeiro]. Disponível em WWW: <URL: http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/09/cod_mun_freg.pdf>.

- 3) O campo **título** tem como objectivo denominar a unidade de descrição, este título sendo formal ou um título atribuído deve ser sempre conciso, para não se dar a perda de informação importante, visto que, o título pode constituir um dos principais pontos de acesso à documentação; é um campo de preenchimento obrigatório em todos os níveis de descrição. Segundo Portugal (2007, p. 32) o título pode ser: formal³⁵, paralelo³⁶, atribuído³⁷ e controlado³⁸. Quanto ao nível do fundo deu-se como título “*Arquivo Pessoal de Antão Santos da Cunha*”, sendo este o produtor do fundo. Quanto ao nível da unidade de instalação este apresenta um conjunto de 38 fotografias da época, demos como título “*Fotografias*”. Quanto ao nível do documento simples, sempre que possível foi atribuído o título formal, quando os documentos não apresentavam título formal era dado um título atribuído onde se fazia a menção ao autor, o destinatário, o assunto do documento simples, instituição, do serviço, órgão e/ou cargo respectivo. **Exemplos:** *Título Formal:* “Relatório da actividade da Delegação do I. N. T. P. do distrito de Castelo Branco (Covilhã), referente ao ano de 1943.”. *Título Atribuído:* Ofício do Instituto Nacional do Trabalho e Providência, o Secretário Interino para Antão Santos da Cunha, Delegado do I.N.T.P. em Castelo Branco.
- 4) O campo **datas** tem como objectivo identificar e registar as datas da unidade de descrição; é um campo de preenchimento obrigatório em todos os níveis de descrição. As datas podem ser de vários tipos: produção³⁹; acumulação⁴⁰;

³⁵ Segundo Portugal (2007, p. 306), o título formal é o título que corresponde ao nome oficial ou legal de uma unidade de descrição, ou que nela aparece proeminente ou explicitamente, transcrito sem modificações substanciais.

³⁶ Segundo Portugal (2007, p. 307), o título paralelo é o título formal que se encontra noutra língua na fonte principal de informação.

³⁷ Segundo Portugal (2007, p.306), o título atribuído é o título dado pelo arquivista a uma unidade de descrição que não dispõe de título formal, ou cujo título formal não é pertinente, ou quando corresponde ao nome consagrado pelo uso.

³⁸ Segundo Portugal (2007, p. 306), o título controlado é o título elaborado segundo regras ou convenções específicas.

³⁹ Segundo Portugal (2007, p. 299), as datas de produção correspondem às datas em que os documentos da unidade de descrição foram produzidos.

singulares⁴¹, extremas⁴²; exactas⁴³, predominantes⁴⁴, críticas⁴⁵; tópicas⁴⁶. No caso, da unidade de descrição não apresentar data, devemos de registar uma data aproximada ou provável. As datas podem ser registadas de acordo com as normas: *ISO 8601*⁴⁷ e a correspondente *NP EN 28601*⁴⁸. Nesta caso, as datas extremas do Fundo são compreendidas entre 1937-1946, existindo, no entanto, lapsos na datação; ao nível da unidade de instalação (as fotografias) foram atribuídas as mesmas datas que ao nível do fundo. Ao nível do documento simples registavam-se os elemento cronológicos desta forma: AAAA-MM-DD. **Exemplo:** *Data de produção:* 1937-09-23. Nos casos em que, nos documentos estavam presentes elementos tópicos, estes apareceram primeiro seguidos dos elementos cronológicos. **Exemplo:** *Data de produção:* Covilhã, 1944-04-20. Nos casos em que as datas estavam ilegíveis ou nos documentos não datados, foram atribuídas as datas do fundo e registada a informação no campo *Notas*. **Exemplo:** *Notas:* Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo. Um recorte de jornal tinha a seguinte data: “Ano XVIII da Revolução Nacional”, neste caso, deve-se expressar a data no sistema de datação actual, devendo ser convertida, e colocar a data original e os sistemas de datação no elemento de informação *Notas*. **Exemplo:** *Datas de produção:* 1944 ? a 1944? *Notas:* Notas às datas: o documento apresenta a data

⁴⁰ Segundo Portugal (2007, p. 299), as datas de acumulação correspondem às datas que os documentos da unidade de descrição foram reunidos, acumulados, mantidos e usados por um produtor, enquanto todo, no decurso das suas actividades e funções, todas inter-relacionadas.

⁴¹ Segundo Portugal (2007, p. 299), as datas singulares registam apenas um elemento cronológico.

⁴² Segundo Portugal (2007, p. 299), as datas extremas registam dois elementos cronológicos que delimitam a unidade de descrição.

⁴³ Segundo Portugal (2007, p. 299), as datas exactas registam o ano, o mês e o dia.

⁴⁴ Segundo Portugal (2007, p. 299), as datas predominantes registam, para além das datas extremas, as datas prevalecentes.

⁴⁵ Segundo Portugal (2007, p. 299), as datas críticas registam informação cronológica não retirada directamente das unidades de descrição, mas antes deduzida do seu conteúdo ou de fontes externas.

⁴⁶ Segundo Portugal (2007, p. 48), as datas tópicas, são aquelas onde na data incluem o local de produção da unidade de descrição.

⁴⁷ *ISO 8601, Data elements and interchange formats – Information interchange: representation of dates and times*. [Em linha]. 3.ª ed. Geneva: International Standart Organization, 2004. [Consult 20 Abril]. Disponível na Internet: <URL: http://dotat.at/tmp/ISO_8601-2004_E.pdf>.

⁴⁸ *NP EN 28601: Dados e formatos de troca. Troca de informação: representação de datas e horas*. Lisboa: Instituto Português de Qualidade, 1996.

“Ano XVIII da Revolução Nacional”, a data atribuída foi calculada tendo em conta o ano de 1926 (Revolução Nacional).

- 5) O campo **dimensão e suporte** tem como objectivo identificar e registar a dimensão física ou lógica e o suporte da unidade de descrição; é um campo de preenchimento obrigatório em todos os níveis de descrição. Quanto à natureza dos documentos estes podem ser: textuais; iconográficos⁴⁹; cartográficos⁵⁰; desenhos técnicos e arquitectónicos⁵¹; audiovisuais⁵²; sonoros⁵³; não-lineares⁵⁴. Quanto à dimensão esta pode ser: física, que é geralmente quantificada no sistema métrico; e, lógica, que pode ser quantificada segundo diferentes tipos: livros, cadernos, maços, fotografias, caixas, entre outros. Entende-se por suporte o material adequado ao registo de informação, como por exemplo, pedra, argila, papiro, pergaminho, papel, metal tecido, madeira, película fotossensível, poliéster, entre outros. O suporte pode apresentar diversos formatos (A4, A5, por exemplo) e qualidades (seda, papel vegetal, por exemplo). Podemos registar a designação das unidades físicas e do suporte por extenso ou de forma abreviada; neste último caso, podemos utilizar as abreviaturas existentes na *NP 3680*⁵⁵. Ao nível do fundo a dimensão deve ser o mais precisa possível, ou seja, indicar o número de documentos ou de unidades físicas (maços, caixas, pastas, volumes, entre outros). **Exemplos:** *Dimensão e suporte:* 157 u. i. (156 doc., 1 cx.). (F). Ao nível da unidade de descrição e documento simples, a dimensão deve

⁴⁹ Segundo Portugal (2007, p. 300), o documento iconográfico é o documento no qual a informação é veiculada essencialmente através de um código de imagens.

⁵⁰ Segundo Portugal (2007, p. 300), o documento cartográfico é o documento da qual a informação é veiculada por um código de imagens que, sob forma gráfica ou fotogramétrica, representa a superfície terrestre ou um corpo celeste.

⁵¹ Segundo Portugal (2007, p. 301), o documento técnico e arquitectónico é o documentos na qual a informação é veiculada por um código de imagens.

⁵² Segundo Portugal (2007, p. 300), o documento audiovisual é o documento no qual a informação é veiculada através de um código de imagens, fixas ou móveis, e de sons, carecendo de equipamento apropriado para ser visto e ouvido.

⁵³ Segundo Portugal (2007, p. 301), o documento sonoro é o documento no qual a informação é veiculada através de um código de sons que necessita de equipamento apropriado para ser ouvido.

⁵⁴ Segundo Portugal (2007, p. 300), o documento não linear é o documento que congrega em si diferentes tipos de objectos digitais, ou comportam links dinâmicos com outros documentos de diferente natureza.

⁵⁵ *NP 3680, Documentação – Descrição e referências bibliográficas: abreviaturas de palavras típicas.* Lisboa: IPQ, 1989.

contemplar a altura x a profundidade, ou a altura x a largura. **Exemplos:** *Dimensão e suporte:* 1 cx. (U.I.). *Dimensão e suporte:* 1 doc. (6f. Num. 212 x 135mm); papel. (D). *Dimensão e suporte:* 1 doc. (1f., 280 x 220mm); papel vegetal.

- 6) O campo **entidade detentora**, segundo Portugal (2007, p. 301) é qualquer entidade que detenha custódia sobre documentação de arquivo. Neste caso, em específico, é o ADCTB.
- 7) O campo **produtor** tem como objectivo identificar o produtor da unidade de descrição. Segundo a Portugal (2007, p. 304), o produtor é a pessoa colectiva, singular ou a família que produziu, acumulou e/ou conservou documentos de arquivo no decurso da sua actividade. O nome do produtor constitui o primeiro ponto de acesso normalizado à documentação. É um campo de preenchimento obrigatório ao nível do fundo e obrigatório caso seja aplicável nos restantes níveis. Nesta caso específico, o nome do produtor deve-se registar no campo *Produtor* mesmo que este já se encontre mencionado no campo *Título*. **Exemplo:** *Título:* Carta de Antão Santos da Cunha para o Sub-secretário de Estado. *Produtor:* Antão Santos da Cunha. Nos níveis de unidade de instalação e documento simples, estes herdam o nome do produtor dos níveis superiores, neste caso, do nível *Fundo*.
- 8) O campo **história administrativa/biográfica/familiar** tem como objectivo facultar a história administrativa ou dados biográficos do produtor da unidade de descrição, para contextualizar os documentos do arquivo e torná-los mais esclarecedores. É um campo de preenchimento obrigatório ao nível do fundo e opcional nos restantes níveis. Geralmente, e verificou-se neste caso, que os níveis abaixo do fundo herdam a *História administrativa / biográfica / familiar*.
- 9) O campo **história custodial e arquivística** tem como objectivo facultar informação acerca da história da unidade de descrição que é significativa para a sua autenticidade, integridade e interpretação. Entende-se por custódia a responsabilidade pela conservação de documentos de arquivo, baseada na sua guarda física. A custódia nem sempre implica a propriedade legal ou o direito de

controlar o acesso aos documentos. É um campo de preenchimento obrigatório ao nível do fundo e opcional nos restantes níveis. Este Fundo foi doado em 6 de Outubro de 2009 pelo Dr. Pedro Santos da Cunha, filho de Antão Santos da Cunha.

- 10) O campo do **âmbito e conteúdo** tem como objectivo permitir aos utilizadores avaliar a potencial relevância da unidade de descrição. É um campo de preenchimento obrigatório ao nível do fundo e opcional nos restantes níveis.
- 11) O campo do **sistema de organização** tem como objectivo facilitar informação sobre a estrutura interna, classificação e ordenação da unidade de descrição. É um campo de preenchimento obrigatório ao nível do fundo e opcional nos restantes níveis.
- 12) O campo **ingressos adicionais** têm como objectivo informar o utilizador sobre entradas complementares de documentação previstas relativas à unidade de descrição. É um campo de preenchimento obrigatório se aplicável ao nível do fundo e da série e opcional nos restantes níveis. Relativamente aos *Ingressos adicionais*, não estão previstos ingressos adicionais. **Exemplo:** *Ingressos adicionais*: Fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.
- 13) O campo **condições de acesso** tem como objectivo fornecer informação sobre o estatuto legal ou outras disposições que restrinjam ou afectem o acesso à unidade de descrição; é um campo de preenchimento obrigatório se aplicável em todos os níveis de descrição. Quanto à comunicação do património arquivístico foi aplicado o Decreto-Lei n.º 16/93 de 23 de Janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 1, 2 e 3, Diário da República, I Série A. 19 – Regime geral de arquivos e do património arquivístico. Também foi aplicada a Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, art.º 73, Diário da República, I Série A. 209 – Lei de bases do património cultural, relativamente ao acesso à documentação.
- 14) O campo **condições de reprodução** tem como objectivo identificar quaisquer restrições à reprodução da unidade de descrição; é um campo de preenchimento obrigatório se aplicável ao nível do fundo, documento composto e documento simples e opcional nos restantes níveis de descrição. Neste caso as condições de

reprodução estão condicionadas ao estado de conservação dos documentos e determinações legais; estando sujeitas à tabela de Emolumentos.

- 15) O campo de **idioma/escrita** tem como objectivo identificar idiomas, escritas e sistemas de símbolos utilizados na unidade de descrição; é um campo de preenchimento obrigatório se aplicável ao nível do fundo, documento composto e documento simples e opcional nos restantes níveis de descrição. Para os códigos de idioma/escrita podemos usar a ISO 639-2⁵⁶ e a ISO 15924⁵⁷. Nos níveis de unidade de instalação e documento simples, estes herdam o campo *Idioma/escrita* dos níveis superiores, neste caso, do nível *Fundo*.
- 16) O campo **instrumentos de descrição** tem como objectivo identificar os instrumentos de descrição relativos à unidade de descrição. Segundo Portugal (2007, p. 302), instrumento de descrição “*é um termo genérico que se aplica a qualquer instrumento que descreve e/ou referencia as unidades arquivísticas, quantifica as respectivas unidades de instalação, com vista ao controlo administrativo ou intelectual dos documentos de arquivo, podendo ser elaborado pelo produtor da documentação ou por uma entidade detentora ou serviço de arquivo.*”. Trata-se um campo de preenchimento obrigatório ao nível do fundo, obrigatório se possível ao nível da série e subsérie e, opcional nos restantes níveis de descrição. Neste Fundo temos como instrumentos de pesquisa o inventário e o catálogo.
- 17) O campo das **unidades de descrição relacionadas** tem como objectivo identificar as unidades de descrição relacionadas; é um campo de preenchimento opcional em todos os níveis de descrição. Neste caso, o fundo relacionado é o Fundo do Governo Civil de Castelo Branco – PT/ADCTB/ACD/GCCTB. Relativamente à informação de que há documentos em que se verifica mais do que a existência de um único exemplar, temos como exemplo: *Unidade de descrição relacionadas*: Fundo do Governo Civil de Castelo Branco – PT/ADCTB/ACD/GCCTG. Existe outro exemplar – PT/ADCTB/PSS/APASC/00027. Ou, quando há uma relação entre a

⁵⁶ ISO639-2: *Codes for the representation of names of languages, alpha – 3 code*. Geneve: ISO, 1998.

⁵⁷ ISO 15924: *Codes for the representation of names scripts*. Geneva: ISO, 2001.

documentação, como por exemplo: *Unidade de descrição relacionada*: Fundo do Governo Civil de Castelo Branco – PT/ADCTB/ACD/GCCTG. Ver também PT/ADCTB/PSS/APASC/00018.

- 18) O campo das **notas**, tem como objectivo facultar informação que não possa ser incluída em qualquer das outras zonas; é um campo de preenchimento opcional em todos os níveis de descrição. Neste caso, foram registadas as notas referentes ao campo das *Datas*. **Exemplo:** *Notas*: Notas às datas: Existem lapsos na datação (*F*). *Notas*: Notas às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo (*D*).
- 19) O campo **nota do arquivista** tem como objectivo explicitar como, ou seja, com base em que fontes, e por quem, foi elaborada a descrição ou a respectiva revisão ou revisões; é um campo de preenchimento obrigatório ao nível do fundo e opcional nos restantes níveis de descrição
- 20) O campo **regras ou convenções** tem como objectivo identificar as regras ou convenções em que se baseia a descrição; é um campo de preenchimento obrigatório ao nível do fundo e opcional nos restantes níveis de descrição.
- 21) O campo **data de descrição** tem como objectivo indicar a data em que a descrição foi elaborada e/ou revista. é um campo de preenchimento obrigatório ao nível do fundo e opcional nos restantes níveis de descrição.

No que respeita à visualização *online* das descrições efectuadas, no lado esquerdo da imagem a seguir (FIGURA 11), podemos verificar a “Árvore de descrições” representativa do fundo em causa, tal como foi descrito, ou seja, vemos o fundo, a única unidade de instalação descrita e os diversos documentos simples igualmente descritos.

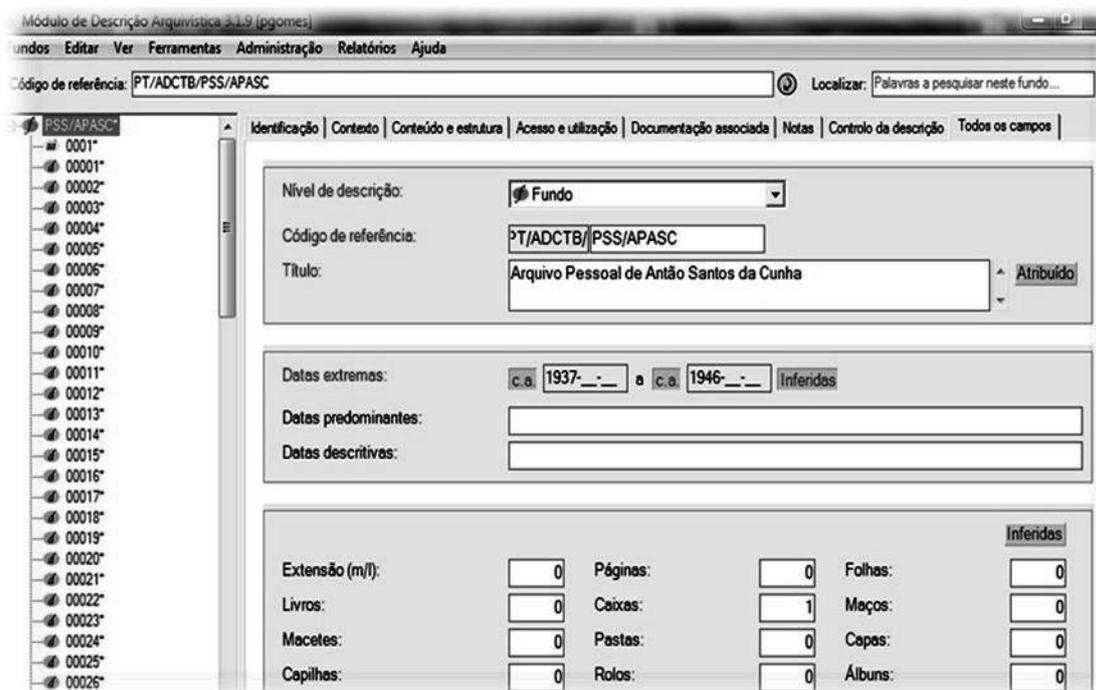


Figura 11 - “Árvore de descrições” representativa do fundo.
 Fonte: MDA, DigitArq, Arquivo Distrital de Castelo Branco.

Esta Plataforma tem como desvantagem, não mostrar toda a informação que é inserida pelo arquivista. Na FIGURA 12 podemos verificar um registo de descrição com os campos preenchidos pelo arquivista.

Campo	Valor
Código de referência:	PT/ADCTB/PSS/APASC/00003
Nível de descrição:	Documento (Simples)
Título:	Telegrama de Leandro Monteiro para Antão Santos da Cunha.
Datas extremas:	1937-11-03/1937-11-03
Datas descritivas:	Braga, 1937-11-03.
Outros:	1
Dimensão e suporte:	1 doc. (1 f., 192 x 212 mm); papel.
Entidade detentora:	Arquivo Distrital de Castelo Branco
Tipologia e suporte:	Manuscrito.
Produtor/autor:	Leandro Monteiro.
Morada:	Braga.
Destinatário:	Antão Santos da Cunha.
Morada:	Hotel Aliança, Braga.
História custodial e arquivística:	Documentação pertencente ao arquivo de Antão Santos da Cunha na posse de Seu filho, Dr. Pedro Santos da Cunha.
Fonte imediata de aquisição ou transferência:	Doação efectuada em 6 de Outubro de 2009 pelo Dr. Pedro Santos da Cunha, filho de Antão Santos da Cunha.
Âmbito e conteúdo:	Telegrama número 59. "Saudações afectuosas sinceros parabéns merecida homenagem".
Sistema de organização:	Cronológico.
Condições de acesso:	Comunicáveis mediante o definido no Decreto-Lei n.º 16/93 de 23 de Janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 1, 2 e 3, Diário da República, I Série A, 19 - Regime geral de arquivos e do património arquivístico e na Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, Art.º 73, Diário da República, I Série A, 209 - Lei de bases do património cultural.
Condições de reprodução:	Condicionada ao estado de conservação dos documentos e determinações legais. Sujeita à Tabela de Emolumentos.
Idioma/escrita:	Português.
Cota actual:	Doc. 93, cx. 1.
Unidades de descrição relacionadas:	Fundo do Governo Civil de Castelo Branco (PT/ADCTB/ACD/GCCTB).
Nota do arquivista:	Marleny Ferreira Data da descrição: 2011-05-03.
Arquivista:	pgomes
Data da descrição:	2011-05-03

Figura 12 - Registo de descrição.
Fonte: MDA, DigitArq, Arquivo Distrital de Castelo Branco.

Nas próximas imagens (FIGURAS 13 e 14), verifica-se que nem toda a informação é disponível ao utilizador. Como, por exemplo, os campos: datas descritivas, tipologia e suporte (do documento a ser descrito), morada do produtor/autor; e outros campos que se repetem nos diversos registos, tais como: entidade detentora; nota do arquivista; arquivista; data da descrição.

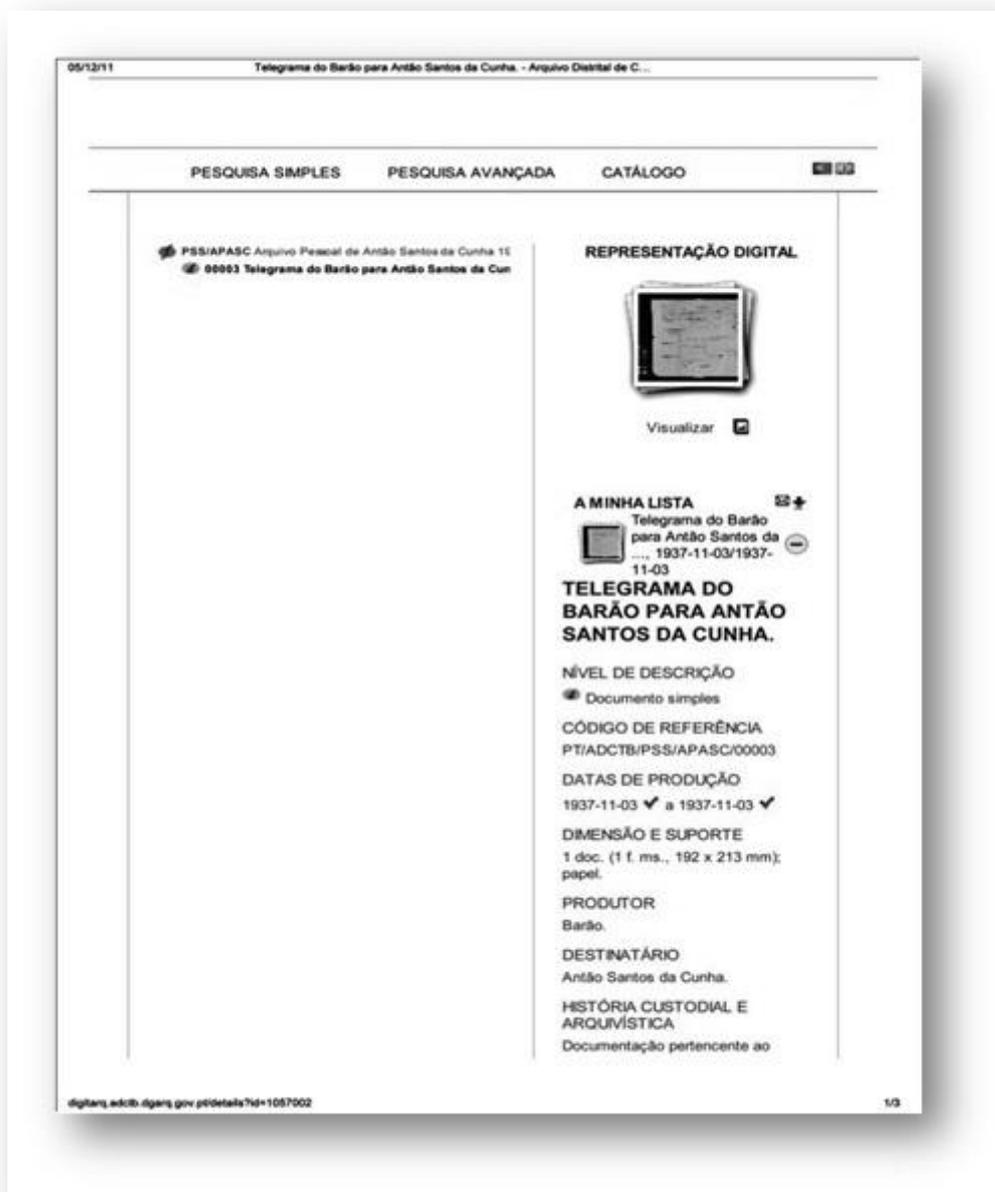


Figura 13 - Registo online.

Fonte: Recuperado de:<<http://digitarq.adctb.dgarq.gov.pt/details?id=1057002>>.

Consultado em 1 de Junho de 2011.

arquivo de Antão Santos da Cunha na posse de Seu filho, Dr. Pedro Santos da Cunha.

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

Doação efectuada em 6 de Outubro de 2009 pelo Dr. Pedro Santos da Cunha, filho de Antão Santos da Cunha.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Telegrama número 61. "Pessoal nova Brasileira cumprimenta V. Ex.ª". Contém selo de abertura.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

Cronológico.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Comunicáveis mediante o definido no Decreto-Lei n.º 16/93 de 23 de Janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 1, 2 e 3, Diário da República, I Série A, 19 - Regime geral de arquivos e do património arquivístico e na Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, Art.º 73, Diário da República, I Série A, 209 - Lei de bases do património cultural.

CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO

Condicionada ao estado de conservação dos documentos e determinações legais.

Sujeita à Tabela de Emolumentos.

COTA ACTUAL

doc. 94, cx. 1.

IDIOMA E ESCRITA

Português.

TIPO U.I.

Outro

UNIDADE DE DESCRIÇÃO RELACIONADAS

Fundo do Governo Civil de Castelo Branco - PT/ADCTB/ACD/GCCTB.

[Adicionar à minha lista](#)

Figura 14 - Registo online.

Fonte: Recuperado de <:http://digitarq.adctb.dgarq.gov.pt/details?id=1057002>.

Consultado em 1 de Junho de 2011.

3.3.2.2.3 Módulo de Gestão de Objectos Digitais (MGOD)

Sendo o Módulo Gestão de Objectos Digitais (MGOD) o responsável pela gestão de projectos de incorporação da documentação digital, para tal, incorporamos as imagens previamente digitalizadas criando, deste modo, os Objectos Digitais (OD).

Segundo Ribeiro e Magalhães (2009, p. 4), no Manual de Utilização do MPOD e MPOD, a aplicação MPOD é o módulo para a gestão de objectos digitais do sistema *DigitArq*, que permite gerar imagens derivadas do formato JPEG, bem como incorporar imagens e gerir a respectiva ligação com as descrições existentes na base de dados do *DigitArq*. Este módulo permite que as imagens possam ser publicadas na Intranet/Internet permitindo deste modo a pesquisa de descrições e a visualização das imagens correspondentes. A configuração da marca de água, a aparecer nas imagens derivadas, deverá ser usada por cada entidade detentora da documentação.

Para podermos aceder à plataforma MPOD, o primeiro menu a aparecer será o de autenticação. Desta forma, é introduzido o nome do utilizador seguido da respectiva senha. Quando a plataforma abre esta deverá apresentar logo o menu dos “Perfis de incorporação digital”. Quando este menu abre, há a possibilidade de criar um novo perfil, visualizar a listagem dos perfis de incorporações já feitas, aceder a um perfil já criado ou editar um perfil já criado e a criação de diversos objectos digitais.

Para criarmos um novo perfil de incorporação, no menu perfis de incorporação vamos a “Perfis”, “Novo”. Nessa página preenchemos os campos com o respectivo conteúdo:

- Designação: *PT/ADCTB/PSS/APASC*.
- Responsável: *cfevereiro*.
- Data de criação: *14-06-2011*.
- Última alteração: *25-06-2011*.
- Descrição: *Fundo Pessoal Antão Santos da Cunha*.

E de seguida clicamos em gravar para o perfil ficar guardado e pronto para começar o processo de incorporação.

Quando passamos para o ponto da criação de objectos digitais (FIGURA 15), há duas formas para se criar o fazer:

1. A primeira, através do modo “*Drag-and-Drop*”, arrastando assim a última pasta que contém as imagens que pretendemos integrar na janela do lado esquerdo no separador “Não publicados”; sendo o nome da pasta o mesmo que objecto digital. O “*Drag-and-Drop*” é uma das vantagens do DigitArq, pois simplifica a função da incorporação das imagens.
2. A segunda forma passa por criar primeiro o objecto digital e só depois arrastar as imagens pretendidas para dentro da janela do lado direito; desta forma, é sempre possível mudar o nome do objecto digital, acedendo ao separador “meta informação” e alterando o nome no campo “Nome”.

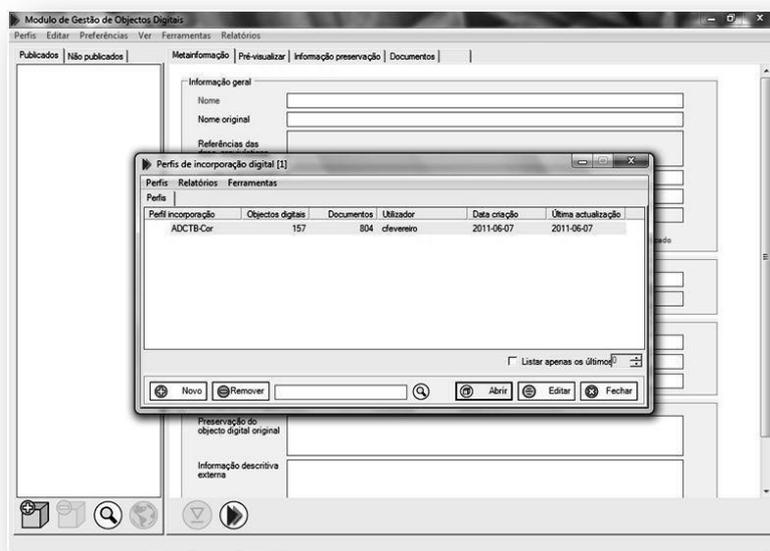


Figura 15- Abrir o perfil para começar o processo de incorporação das imagens digitalizadas.

Fonte: MGOD, DigitArq, Arquivo Distrital de Castelo Branco.

Além de ser possível de alterar o nome do objecto digital no separador da “Meta informação” (FIGURA 16), existem ainda mais alguns elementos que devem ser preenchidos pelo operador que criou esse mesmo objecto digital, que são os seguintes:

- a) Entidade responsável: *ADCTB*;
- b) Entidade produtora: *ADCTB*,
- c) Nome do operador: *Marlenny*.

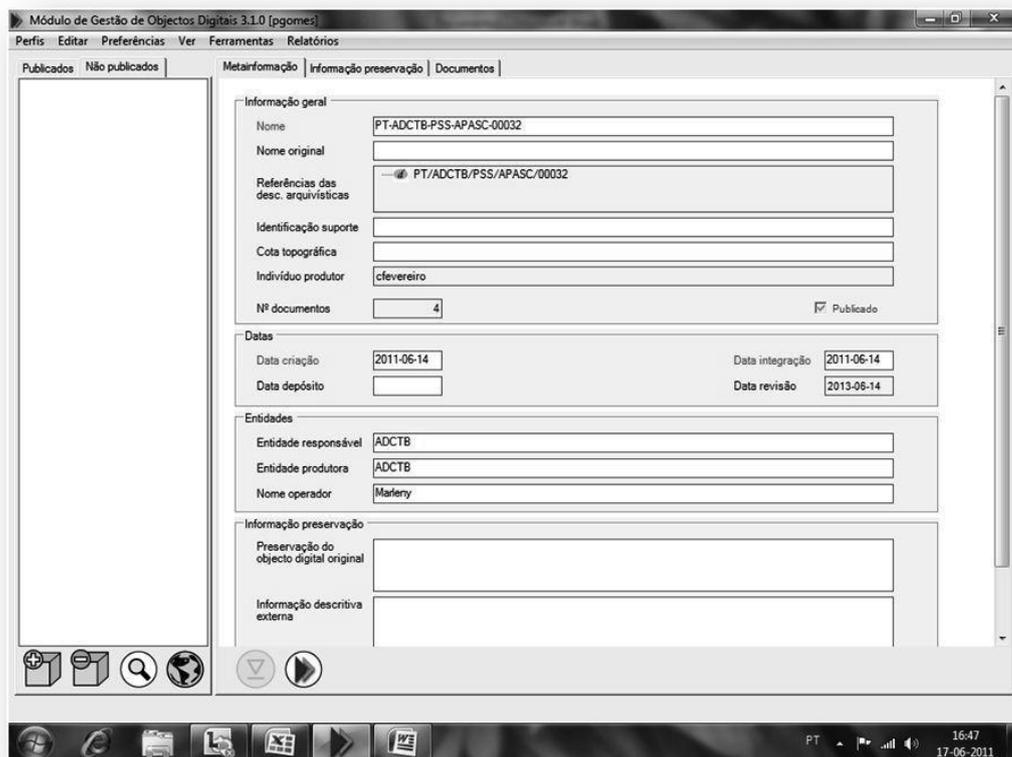


Figura 16 - Preenchimento da Meta informação.
 Fonte: MGOD, DigitArq, Arquivo Distrital de Castelo Branco.

3.3.2.2.4 Módulo de Publicação de Objectos Digitais (MPOD)

Após a criação do objecto digital este tem que ser publicado para ficar visível, caso contrário não associa o código da descrição previamente já feita no MDA e já disponível com o código do objecto digital. Para publicarmos os objectos digitais, esta operação pode ser efectuada de duas formas:

1. Selecção de OD a OD, bastando seleccionar o OD que pretendemos publicar.
2. Ou, na barra de ferramentas no menu “Editar”, e escolher a opção “Seleccionar todos os objectos digitais”.

Depois de todos os objectos digitais associados temos que clicar no botão da Publicação de objectos digitais . De seguida, para associarmos os objectos digitais às descrições arquivísticas devemos clicar neste símbolo  para abrir o MPOD.

Sendo o Módulo de Publicação de Objectos Digitais (MPOD) o responsável pela associação dos objectos digitais, a aplicação MPOD tem como principal objectivo a associação das referências digitais (as digitalizações, neste caso) com a descrição já inserida, para ser publicada na intranet/Internet.

Depois de abirmos o programa MPOD, na coluna da esquerda ser-nos-ão apresentados os fundos já existentes no DigitArq, bem como os objectos digitais do perfil que estávamos a trabalhar.

Dado que o programa apresenta diversos objectos digitais do nosso perfil, é necessário filtrar essa lista dos objectos digitais para me apresentar os objectos digitais que ainda não foram associados, permitindo desta forma que só fiquem visíveis os objectos digitais que ainda não foram associados.

O passo seguinte é o de escolher o fundo que pretendemos chamar para trabalhar (FIGURA 17); ao cimo da listagem dos fundos existe um espaço que permite escrever o nome do fundo, escreve-se o nome do fundo pretendido, clica-se na tecla “*Enter*”, e é nos apresentado o fundo. Clicamos 2 vezes em cima do fundo para abrir o fundo e mostrar-nos a estrutura deste.

De seguida vamos ao menu da aplicação e escolhemos o menu “Ferramentas” e escolhemos a opção “Seleção Automática”, permite que o programa procure as respectivas associações entre códigos de referência e o código dos objectos digitais (FIGURA 18).

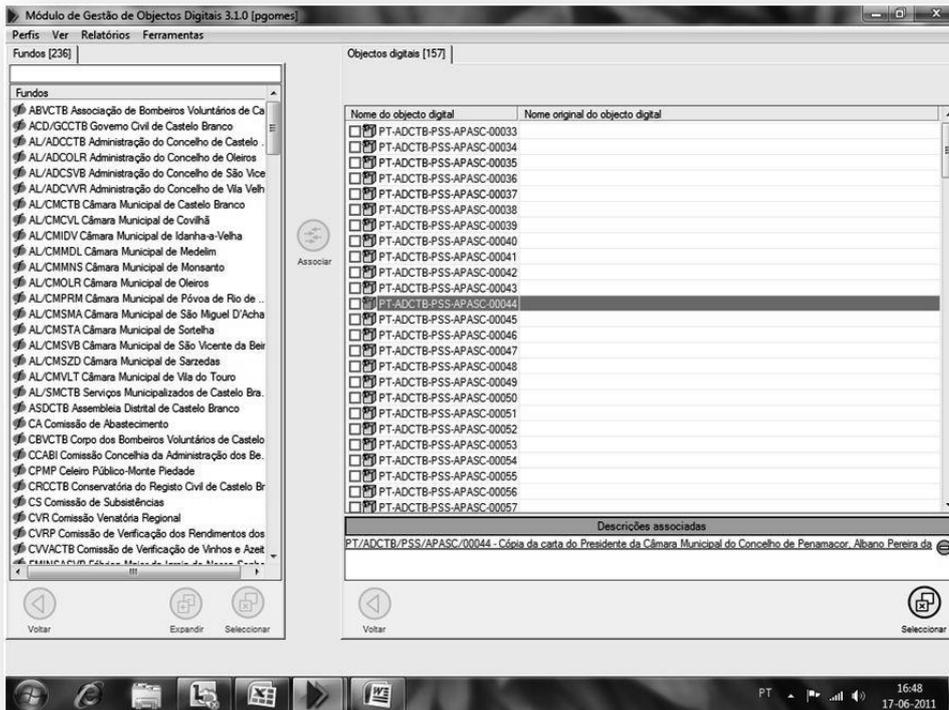


Figura 17 - Selecção do fundo a trabalhar.
 Fonte: MOPD, DigitArq, Arquivo Distrital de Castelo Branco.

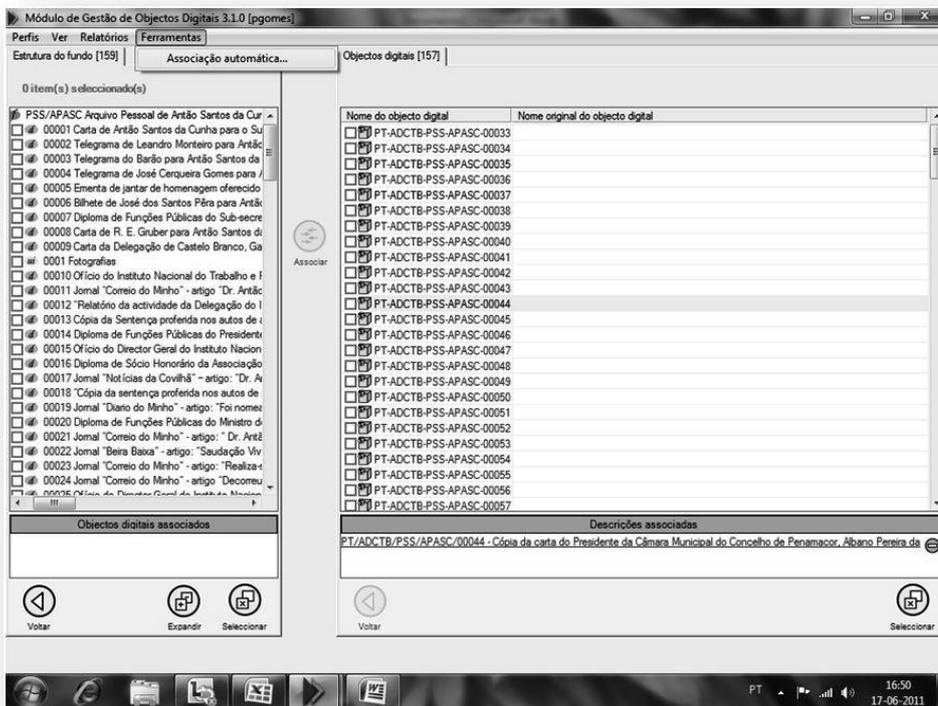


Figura 18 - Selecção automática.
 Fonte: MOPD, DigitArq, Arquivo Distrital de Castelo Branco.

Quanto a este ponto, podemos concluir que o DigitArq, nos três módulos utilizados, é uma plataforma de fácil manuseamento, muito embora tenhamos sentido alguma dificuldade no seu manuseamento, dado que nunca havíamos efectuado a descrição documental anteriormente. No entanto, este obstáculo foi rapidamente ultrapassado. Esta plataforma torna-se uma mais-valia para qualquer arquivo, pelo facto de promover uma maior interacção e interligação com os utilizadores permitindo uma maior divulgação do trabalho executado nos arquivos, bem como, uma exposição do seu espólio.

A digitalização permite um maior controlo, gestão e recuperação da informação, com o fim de permitir o acesso aos documentos via Intranet/Internet, prevenindo, assim a degradação física causada pelo manuseamento excessivo da documentação e mantendo a integridade física do património documental. A digitalização ao permitir que utilizador o tenha acesso às imagens digitalizadas, faz com que, se verifique o aumento da sua acessibilidade por parte utilizadores, em qualquer momento e em qualquer lugar, podendo ainda solicitar a informação digital de que necessita.

3.4 Critérios e procedimentos para a disponibilização do fundo

“A digitalização de acervos é uma das ferramentas essenciais ao acesso e à difusão dos acervos arquivísticos, além de contribuir para a sua preservação, uma vez que restringe o manuseio aos originais, constituindo-se como instrumento capaz de dar acesso simultâneo local ou remoto aos seus representantes digitais como os documentos textuais, cartográficos e iconográficos em suportes convencionais, objecto desta recomendação.” (Brasil, 2010, p. 4)

3.4.1 Digitalização

A digitalização em arquivos exige uma primeira etapa de trabalhos técnicos a desenvolver, na qual se deve assegurar a preparação física e intelectual da documentação. É de realçar que num processo de digitalização em que se vise a

disponibilização, torna-se imprescindível que a documentação se encontre descrita de forma automatizada e em base de dados.

A caracterização da documentação, no âmbito da digitalização, visa o conhecimento pormenorizado da documentação com o objecto de se tomarem decisões em matéria da sua preparação física, no sentido desta pode ser manuseada em segurança, bem como para se definir aspectos tecnológicos, como: especificidades técnicas de captura; tipo de tecnologia a utilizar na captura e disponibilização da informação; velocidade de produção, entre outros. Desta informação está dependente o sucesso de um trabalho/projecto porque nos permite identificar todas as variáveis a incluir no mesmo.

Para tonar acessível a documentação deste fundo, tanto presencialmente como via *online*, este teve que passar pelos seguintes processos:

- Higienização, acondicionamento e digitalização;
- Inscrever cotas em cada documento simples (número sequencial documento a documento);
- Criar registos no Módulo de Descrição Arquivística, do DigitArq, consoante a tipologia documental, de modo a obter a descrição dos elementos de informação segundo as ODA;
- Comparar a descrição feita com a própria documentação a fim de verificar a sua rectidão e integridade;
- Registrar a existência de elementos iconográficos;

Incorporar as imagens digitalizadas e associá-las às descrições já feitas obtendo os objectos digitais, através do Módulo de Gestão de Objectos Digitais, do DigitArq, para então disponibilizá-los *online*, através do Módulo de Publicação de Objectos Digitais.

Antes do processo de digitalização, temos que passar por procedimentos de preparação da documentação que depende da natureza dos documentos e da finalidade que se pretende. Não existe um conjunto de especificações individuais para garantir a qualidade da imagem de todos documentos a digitalizar porque estas dependem da sua diversidade. No entanto, existe literatura científica da área que já apresenta parâmetros para a obtenção de qualidade das imagens digitais, como é o exemplo do texto do

CONARQ, *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos*⁵⁸. As decisões de preparação de documentos devem ser tomadas em função da política de preservação da organização e da natureza do material.

No que diz respeito a este fundo em concreto, a documentação apresenta dificuldades em se perceber assinaturas (FIGURA 20), datas incompletas (FIGURA 21), escrita ilegível (FIGURA 19), mais precisamente, não havendo a necessidade de recorrer aos processos acima descritos.

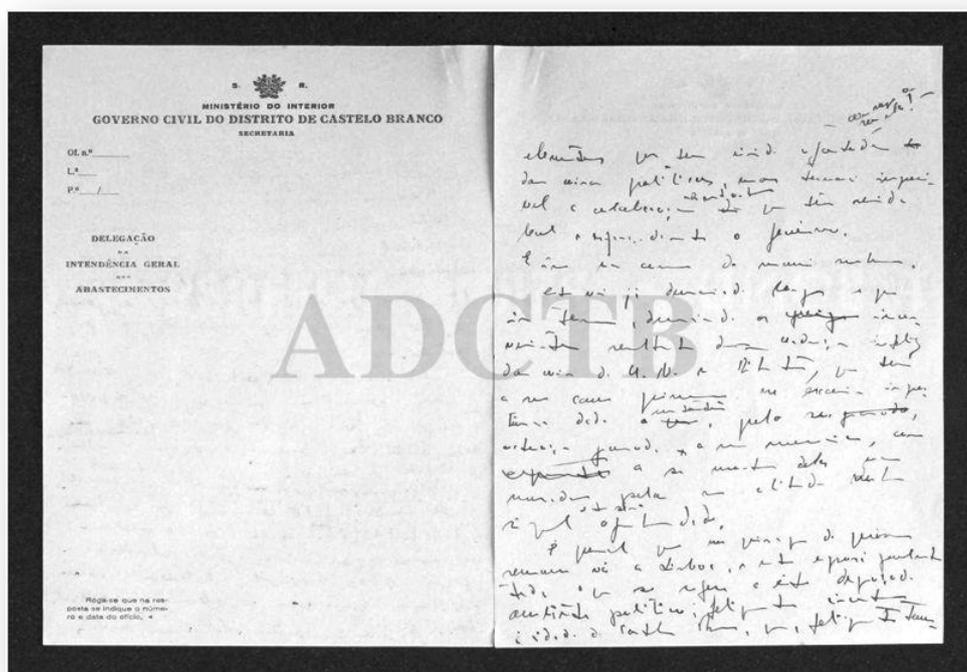


Figura 19 - Letra ilegível.

Fonte: Recuperado de: <<http://digitarq.adctb.dgarq.gov.pt/viewer?id=1057305>>.

Consultado em 1 de Junho de 2011.

⁵⁸ Consult. 13 de Janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes_para_digitalizao.pdf>.

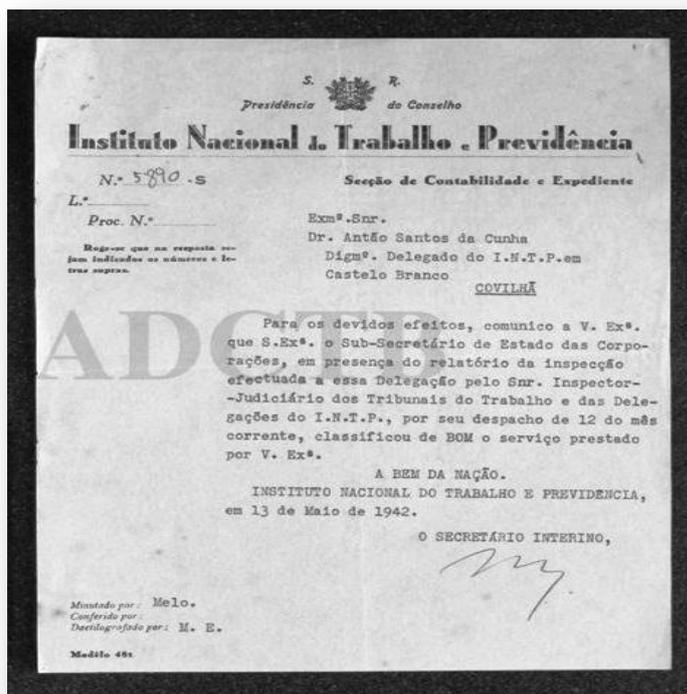


Figura 20 - Assinatura ilegível.

Fonte: Recuperado de: <<http://digitarq.adctb.dgarq.gov.pt/viewer?id=1057009>>
Consultado em 1 de Junho de 2011.

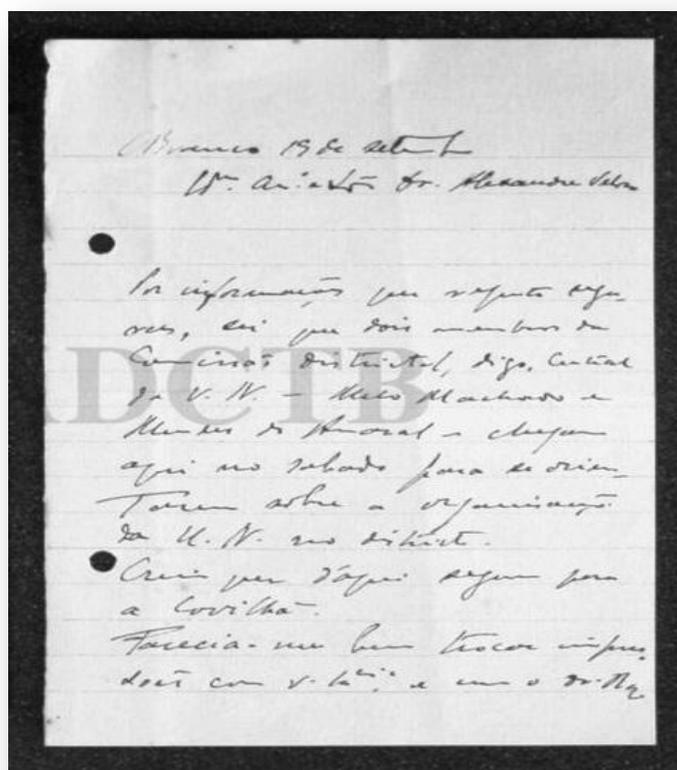


Figura 21 - Data incompleta.

Fonte: Recuperado de: <<http://digitarq.adctb.dgarq.gov.pt/viewer?id=1057009>>
Consultado em 1 de Junho de 2011.

Relativamente à questão de que se deve ou não digitalizar versos em branco? Neste caso, foram digitalizadas todas as páginas em branco garantido a integridade do documento (FIGURA 22).

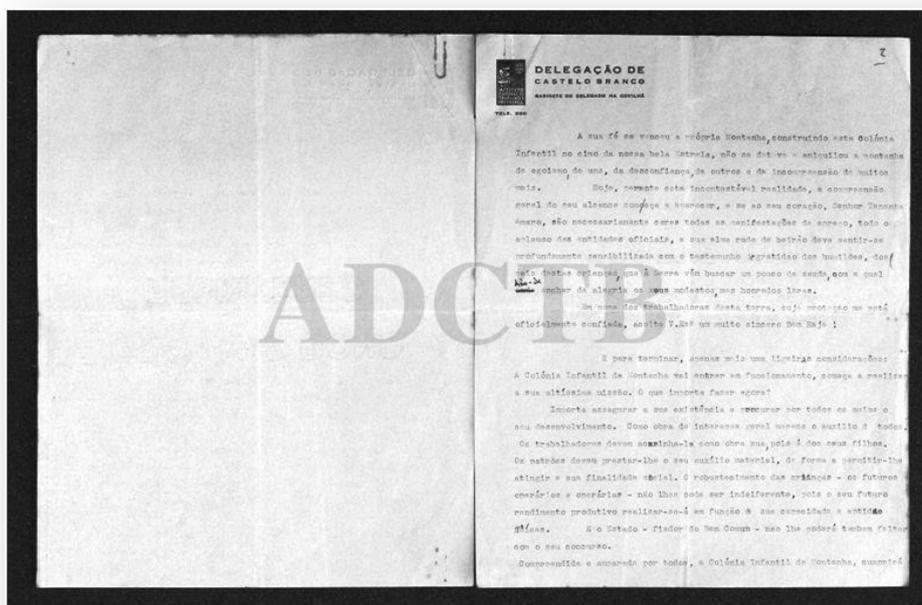


Figura 22 - Digitalização das páginas em branco.

Fonte: Recuperado de:<<http://digitalq.adctb.dgarq.gov.pt/viewer?id=1057008>>. Consultado em 1 de Junho de 2011.

Quanto ao processo de digitalização, este processo foi desenvolvido nas instalações da instituição e foi utilizado um digitalizador planetário, *Solar Copybook* (FIGURA 23).

Um digitalizador planetário, é um tipo de equipamento que:

“[...] utiliza uma unidade de captura semelhante a uma câmara fotográfica, uma mesa de reprodução que define a área de escaneamento e uma fonte de luz. São usados para a digitalização de documentos planos em folhas simples, de documentos encadernados que necessitem de compressão de lombada, de forma a garantir a integridade física dos mesmos, bem como para os documentos fisicamente frágeis, já que não ocorre nenhuma forma de tração ou pressão mecânica sobre os documentos.” (Brasil, 2010, p. 9).

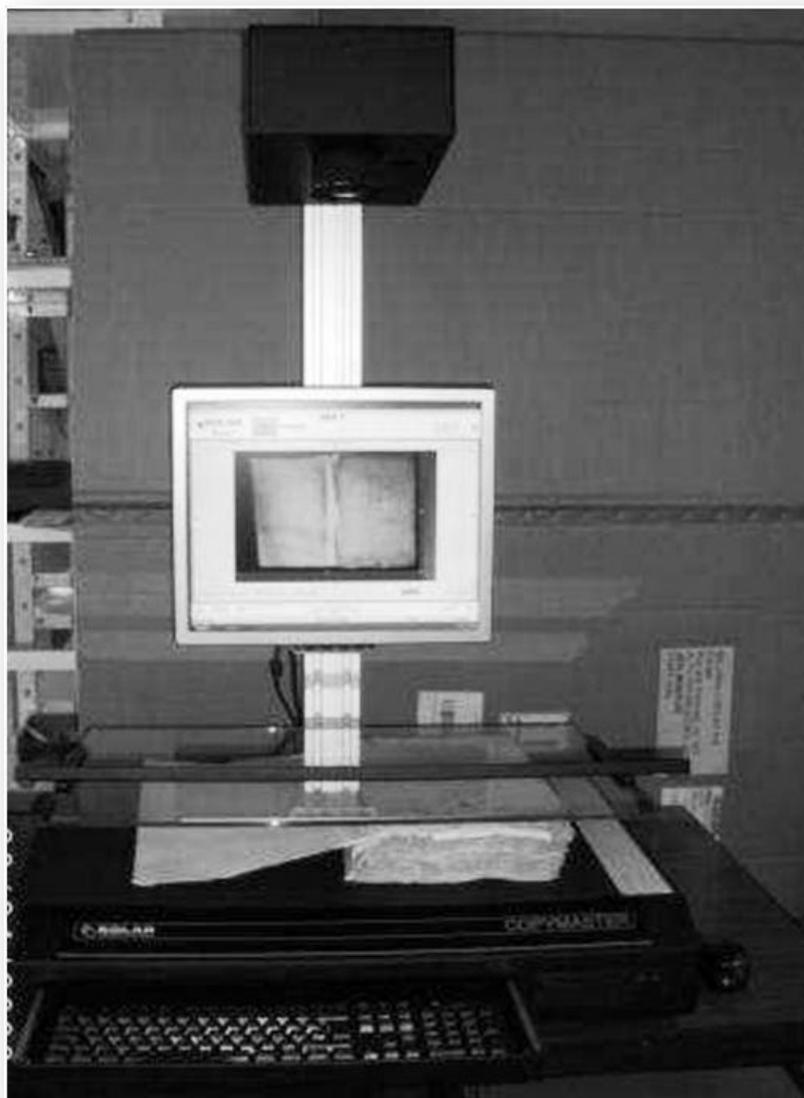


Figura 23 - Digitalizador Solar, Copybook.
Fonte: Formação: Digitalização.

Antes de se proceder ao processo de digitalização, um dos primeiros actos é a criação de uma pasta com o nome do fundo para aí serem guardadas todas as imagens referentes aquele fundo; será atribuído um código à imagem a ser digitalizada, de acordo com, a descrição que se irá fazer. Assim, será criado um código da imagem digitalizada idêntico ao código de referência do documento descrito, para que mais tarde quando se fizerem as associações dos documentos descritos com os objectos digitais, estes coincidam, permitindo assim que seja possível fazer a associação de ambos.

Segundo Brasil (2010, p. 13), para se gerarem matrizes e derivadas em formatos de arquivo digitais, recomenda-se sempre a adopção de formatos *open sources*, permitindo, assim, as melhores condições de acesso e preservação a longo prazo, e uma menor dependência de *software* e *hardware*. O CONARQ afirma, ainda, que o melhor formato a adoptar é o formato TIFF (*Tagged Image File Format*), pois apresenta elevada definição de cores e é utilizado para a partilha de imagens pelas diversas plataformas de tecnologia da informação existentes.

Na digitalização dos documentos da parcela do Fundo Antão Santos da Cunha, colocámos, primeiramente, uma escala de cores na primeira página escrita do documento (FIGURA 24), para assegurar a cor das imagens.

O código de referência da imagem digitalizada acrescentado, correspondeu, obrigatoriamente ao código de referência do documento no DigitArq. As imagens resultantes da digitalização foram guardadas no formato TIFF e JPEG.

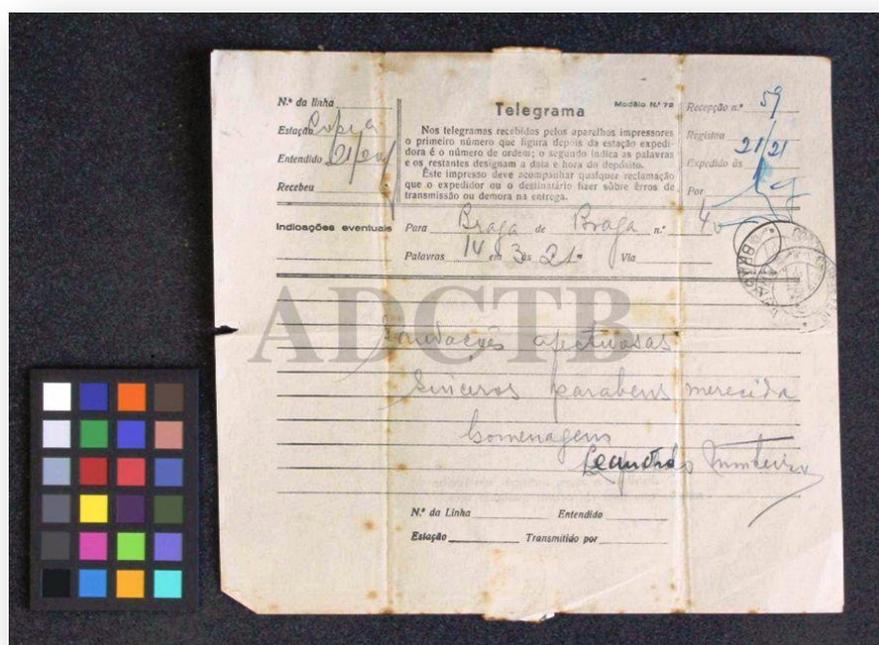


Figura 24 - Escala de cores para assegurar as cores do documento.

Fonte: Recuperado de: <<http://digitalq.adctb.dgarq.gov.pt/viewer?id=1057001>.>

Consultado em 1 de Junho de 2011.

No acto da captura da imagem escolhe-se o tipo de fundo que se pretende (branco ou preto) consoante o tipo de papel. No caso do fundo tratado, por exemplo, nos documentos em papel vegetal utilizámos a folha branca (FIGURA 26) para obter

melhores resultados a nível de contraste e ocupar menos espaço; nos restantes documentos foi utilizado o papel preto (FIGURA 25).

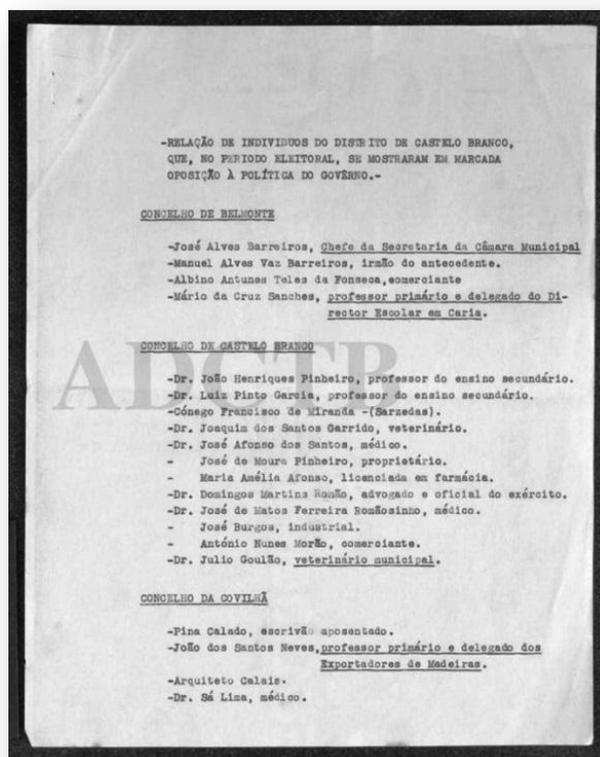


Figura 25 - Fundo preto na captação da imagem.

Fonte: Recuperado de:<<http://digitalq.adctb.dgarq.gov.pt/viewer?id=1057300>>.

Consultado em 1 de Junho de 2011.

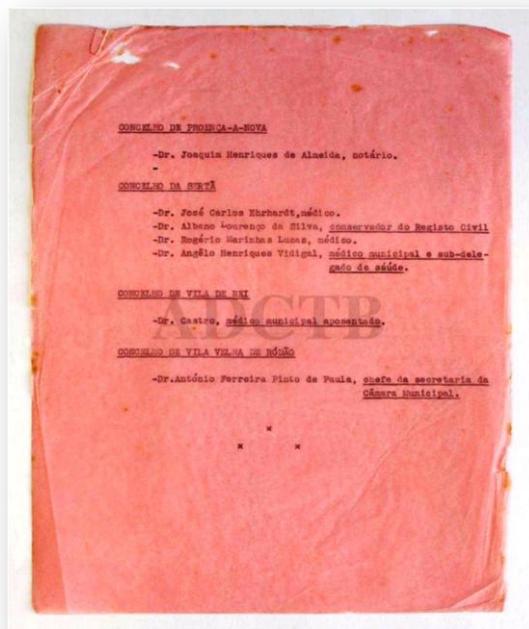


Figura 26 - Fundo branco na captação da imagem.

Fonte: Recuperado de: <<http://digitalq.adctb.dgarq.gov.pt/viewer?id=1057300>>
Consultado em 1 de Junho de 2011.

Também deixámos uma margem de no máximo 3mm (FIGURA 27), para garantir a integridade do documento, e não superior a esse tamanho, para não ocupar espaço desnecessariamente.

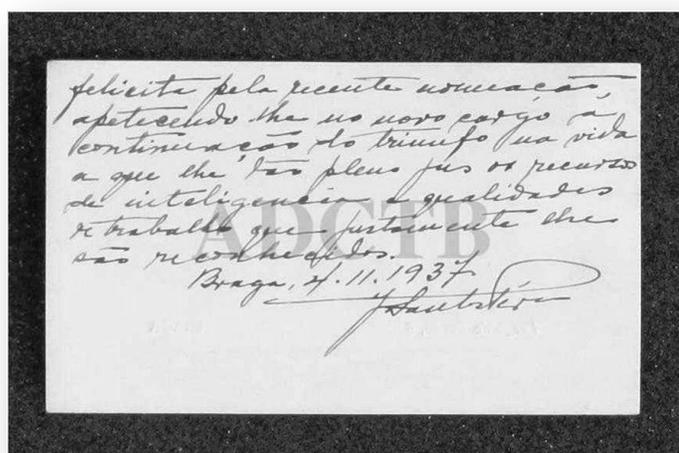


Figura 27 - Margem deixada à volta do documento para garantir a integridade do documento.

Fonte: Recuperado de: <<http://digitalq.adctb.dgarq.gov.pt/viewer?id=1057005>>
Consultado em 1 de Junho de 2011.

A digitalização do fundo resultou num total de 804 imagens, pertencentes a 156 documentos e a 38 fotografias da época (TABELA 2).

TABELA 2- Totalidade de imagens digitalizadas.

Nível	N.º de Registos
Documentos	766
Fotografias	38
Total	804

Fonte – Elaboração própria.

A digitalização desta documentação, fez com que se tornasse mais fácil o acesso a esta, tanto pela informação como pelas imagens digitais, tendo sempre em vista, a preservação da documentação original.

3.4.2 Comunicação e acessibilidade

Finalmente, a quarta e última fase é a divulgação ao público. A documentação depois de passar por todos os processos atrás referidos, foi disponibilizada integralmente na plataforma *online* do DigitArq e divulgada no site do ADCTB.

Actualmente, o utilizador quando procura informação, espera que esta se encontre cada vez mais ao seu alcance, e com o apoio das novas tecnologias da informação, esta se torna rápida e eficiente de alcançar. Desta forma, e respondendo às necessidades dos utilizadores há uma maior preocupação, no que concerne, à recuperação da informação. Oliveira (2009, p. 16) afirma que:

“Parto do princípio de que um sistema de recuperação da informação, seja em ambientes informatizados ou não, um sistema que busca estabelecer uma forma de comunicação entre aquele que procura pela informação – o usuário – e o responsável por disponibilizá-la – no caso, o arquivista.”

A norma NP 4041 (2005, p. 19) define o conceito de acessibilidade como a “Disponibilidade dos documentos para consulta, em consequência da sua comunicabilidade e do necessário tratamento arquivístico (descrição arquivística, estado de conservação, etc.).”

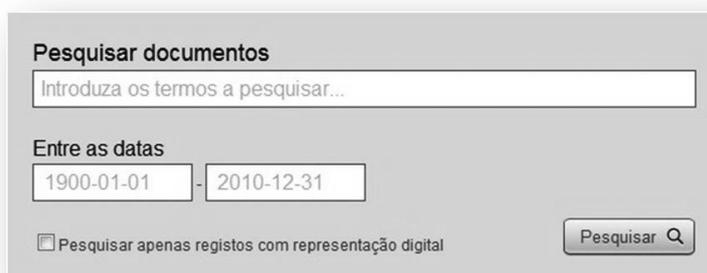
Segundo Portugal (2010, p. 21), para que a instituição e os utilizadores possam aceder aos objectos digitais estes têm que se encontrar disponíveis na intranet/internet, para se proceder à pesquisa, busca e recuperação, acesso, visualização, e *download*. Desta forma, o CONARQ, recomenda que os formatos digitais sejam, preferencialmente, em formato digital *open source*.

O controlo do acesso à documentação deve limitar ou autorizar esse mesmo acesso garantindo: a restrição de acesso aos documentos; a exibição dos documentos e dos metadados somente aos utilizadores autorizados, e o uso e intervenção nos documentos somente pelos utilizadores autorizados (CONARQ, 2006, p. 35).

No sítio Web do DigitArq (<http://digitarq.adctb.dgarq.gov.pt/>), este contempla um motor de pesquisa onde é possível a localização dos documentos, bem como, a sua representação digital, sempre que esta exista. A base de dados do DigitArq contém toda a informação descrita, os fundos e os diversos níveis de descrição, desde a sua estrutura orgânico-funcional até ao nível do documento ou item.

Existem dois tipos de pesquisa:

- Pesquisa Simples: fornece ao utilizador com menos conhecimento na área da arquivística acesso aos documentos de arquivo (FIGURA 28). Neste tipo de pesquisa o utilizador coloca o termo que pretende pesquisar podendo filtrar a pesquisa com o preenchimento das datas. O utilizador pode ainda fazer a sua pesquisa só com registos que tenham a representação digital.



The image shows a search interface titled "Pesquisar documentos". It features a text input field with the placeholder "Introduza os termos a pesquisar...". Below this, there is a section for date filtering labeled "Entre as datas", with two date input fields containing "1900-01-01" and "2010-12-31" separated by a hyphen. At the bottom left, there is a checkbox labeled "Pesquisar apenas registos com representação digital". At the bottom right, there is a button labeled "Pesquisar" with a magnifying glass icon.

Figura 28 - Pesquisa Simples.

Fonte: Recuperado de <<http://digitarq.adctb.dgarq.gov.pt/>>.
Consultado em 1 de Junho de 2011.

• Pesquisa Avançada: foi concebida para um tipo de utilizador que está mais familiarizado com a descrição arquivística (FIGURA 29). Neste motor de pesquisa o utilizador tem a possibilidade de pesquisar de várias formas, sendo um tipo de pesquisa mais refinado mas para um utilizador com objectivos de pesquisa mais concretos. Aqui o utilizador pode fazer a sua pesquisa por código de referência, título, filtrar datas, e ainda, pesquisar noutros campos, permitindo que a pesquisa possa ser efectuada em diversos campos (dimensão e suporte, entidade detentora, produtora, entre outros). Pode ainda, escolher o nível de descrição (coleção, fundo, secção, entre outros) e se a pesquisa tenha ou não representação digital.

Código de referência
CÓDIGO DE REFERÊNCIA A PESQUISAR...

Título
Título a pesquisar...
Contém todas as palavras

Entre as datas
1900-01-01 - 2010-12-31

+ Pesquisar noutros campos

Níveis de descrição

- Coleção
- Fundo
- Secção
- Série
- Unidade de instalação
- Documento composto
- Documento

Representação digital

- Com representação
- Sem representação

Pesquisar

Figura 29 - Pesquisa Avançada.

Fonte: Recuperado de:<<http://digitarq.adctb.dgarq.gov.pt/asearch>>. Consultado em 1 de Junho de 2011.

Quando o utilizador faz a pesquisa e se esta resultar numa descrição com uma imagem associada, o ecrã encontrar-se-á bipartido (FIGURA 30), ou seja, na parte superior esquerda encontrar-se-ão as imagens pertencentes ao respectivo documento e do lado direito apresentar-se-á a imagem, podendo fazer o *download* da imagem, imprimir, fazer zoom e rodar a imagem.

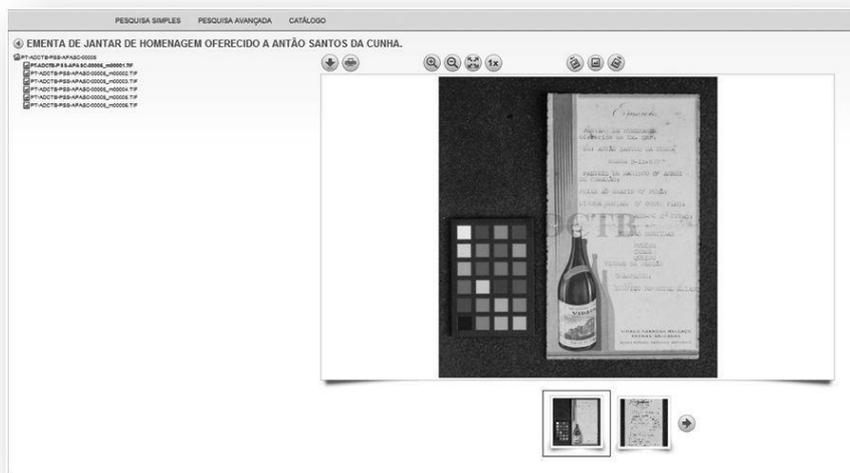


Figura 30 - Visualizador de imagens.

Fonte: Recuperado de: <<http://digitarq.adctb.dgarq.gov.pt/viewer?id=1057000>>. Consultado em 1 de Junho de 2011.

No que diz respeito à legislação aplicável ao assunto do acesso à documentação praticada no arquivo, existem 2 leis cruciais:

- Decreto-Lei n.º 16/93 de 23 de Janeiro, Art.º 17, n.ºs 1, 2 e 3, Diário da República, I Série A. 19 – Regime geral de arquivos e do património arquivístico: onde decreta o modo de gestão de documentos; a conservação do património arquivístico, bem como, os princípios do domínio dos dados pessoais. Este decreto-lei restringe o acesso à documentação, quando esta contém informação de carácter pessoal, judicial, policial ou clínico, dados pessoais que não sejam públicos ou que possa afectar a segurança das pessoas, a sua honra ou a intimidade privada e familiar. Pode haver comunicação se: existir consenso dos titulares da documentação para que esta seja acedida; se decorridos 50 anos da data da morte da pessoa, ou não sendo essa data conhecida, decorridos 75 anos dobre a data dos documentos. Estas datas visam a preservação da intimidade da vida do produtor da documentação mencionada nos documentos.
- Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro Art.º 73, Diário da República, I Série A. 209 – Lei de bases do património cultural: estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural;

promove o acesso à documentação, com os limites do acesso ao documento, caso este se encontre em mau estado.

Neste caso em concreto, a documentação é possível ser consultada na Sala de Leitura, no Arquivo Distrital de Castelo Branco, onde consta o inventário analítico, ou via Internet através do site <http://digitarq.adctb.dgarq.gov.pt/>. Não se verifica a restrição ao acesso da documentação.

CONCLUSÃO

O capítulo da conclusão trata de resumir e de recapitular todos os assuntos tratados neste estudo, indicar o cumprimento ou não dos objectivos traçados no início desta dissertação, indicar o cumprimento ou não dos objectivos gerais e específicos, identificar as dificuldades no estudo deste trabalho, indicar de que modo este estudo se tornou gratificante e enriquecedor, e indicar possíveis recomendações.

Para o estudo desta dissertação foi necessário efectuarmos uma breve contextualização da evolução da arquivística, princípios e métodos, e do interesse pelos arquivos privados/arquivos pessoais, para podermos, desta forma, lidar com o nosso objecto de estudo, que, como ficou evidente, ao longo de todo este estudo, diz respeito à reconstituição, organização e disponibilização de uma fracção da documentação pessoal de uma personalidade relevante no cenário português que ocupou diversos cargos político-administrativos, nomeadamente, nas cidades da Covilhã e de Castelo Branco (1937-1946), Antão Santos da Cunha.

No decorrer do século XX, conforme constatámos, verificou-se um aumento explosivo dos arquivos pessoais, contribuindo para este factor, a necessidade, o desejo e a vontade que o indivíduo tem em dar a conhecer-se, deixar uma marca, um contributo na sociedade; pelo interesse que se verifica por parte dos utilizadores em relação a este tipo de arquivos; e porque, nomeadamente, um dos factores que mais contribuiu para a divulgação desta nova classe de arquivos pessoais foi a evolução e o desenvolvimento das tecnologias da informação (os blogues, actualmente, são um exemplo vivo disto).

Com o decorrer do nosso estudo deparámo-nos com algumas lacunas no momento da recolha de dados, e, por isso, o nosso objectivo geral e específicos foram formulados passando a fazer parte das nossas pretensões a reconstrução do percurso da documentação que tratámos, desde que esta saiu da posse do herdeiro legítimo e passou para as mãos, não apenas do Arquivo Distrital de Castelo Branco mas também de outras instituições portuguesas, conforme viemos a descobrir ao longo deste estudo.

Nesta fase, para compreendermos melhor o percurso do Arquivo Antão Santos da Cunha, elaborámos um quadro que recompõe as diversas fracções deste fundo documental, dando primazia à integridade do conjunto. Tal quadro, dada a política de

descrição praticada pelo Arquivo Distrital de Castelo Branco para este tipo de documentação, não foi utilizado para o tratamento do acervo. No entanto, achámos que o mesmo poderá servir de base para que, no futuro, as diversas instituições detentoras desta documentação possam fornecer mais informação e assim melhor atender às necessidades de informação de eventuais utilizadores. De igual modo, nada impede que o mesmo instrumento seja utilizado na hipótese de que venha a ser necessária, a reformulação da qual organização dada pelo Arquivo Distrital de Castelo Branco.

No que diz respeito ao estado de conservação da referida documentação, podemos considerar que este se encontra em bom estado, não necessitando de intervenções de restauro. Relativamente à descrição da documentação, esta foi realizada partindo de uma descrição do mais geral (parcela do fundo) até se chegar ao mais específico (documento simples), permitindo assim a criação de registos manuais e informáticos.

Na prática do tratamento arquivístico tivemos como dificuldades: a leitura dos documentos e a elaboração das descrições. A descrição automatizada esteve relacionada com o objectivo de promover o acesso *online*, através da automatização dos dados do inventário do acervo, efectuada recorrendo à aplicação informática DigitArq. A digitalização desta documentação fez com que se tornasse mais fácil o acesso, tanto pelas informações disponibilizadas como pelas imagens digitais a elas associadas, tendo sempre em vista a preservação da documentação original.

No que diz respeito à legislação aplicável ao assunto do acesso à documentação praticada no arquivo, existem 2 leis cruciais: Decreto-Lei n.º 16/93 de 23 de Janeiro, Art.º 17, n.ºs 1, 2 e 3, Diário da República, I Série A. 19 – Regime geral de arquivos e do património arquivístico e a Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro Art.º 73, Diário da República, I Série A. 209 – Lei de bases do património cultural.

Neste caso em concreto, a documentação é possível ser consultada na Sala de Leitura, no Arquivo Distrital de Castelo Branco, onde consta o inventário analítico, ou via Internet através do site <http://digitarq.adctb.dgarq.gov.pt/>. Não se verifica a restrição ao acesso da documentação.

Este trabalho mostra que, mesmo verificando algumas lacunas referentes à fracção do Arquivo de Antão Santos da Cunha, com muito trabalho, dedicação e persuasão, é possível combater essas lacunas. A realização do quadro de classificação é a prova viva

do esforço para conseguirmos atingir o nosso objectivo, o de traçar o percurso da totalidade da documentação. Para tal, precisámos de ir ao encontro do doador e falar com ele pessoalmente e através dos diversos telefonemas e mails trocados com as instituições detentoras das referentes fracções da documentação.

A realização desta dissertação verificou-se uma mais-valia para o conhecimento e aprofundamento de técnicas e procedimentos relativos ao tratamento documental deste fundo, desde a sua organização à disponibilização *online*. Consideramos esta experiência prática como um complemento ao conhecimento adquirido ao longo do curso e mestrado, e para possíveis trabalhos na área.

Finalmente importa referir que o estudo desta fracção da documentação do arquivo pessoal de Antão Santos da Cunha foi extremamente enriquecedor, na medida em que pudemos efectuar uma reconstrução do percurso conjunto, distribuído em fracções por várias entidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS – APBAD (1999) – *Código de ética* [Em linha]. Coord. de Antonieta Vigário. Lisboa: BAD : INCITE : APDIS : 1999. [Consult 30 de Março de 2010]. Disponível em WWW:<URL:http://www.apbad.pt/Downloads/codigo_etica.pdf>.

BARBEDO, Francisco (2010) – *Recomendações para a produção de planos de preservação digital* [Em linha]. Lisboa: DGARQ. [Consult. 4 de Setembro de 2011]. Disponível na Internet:<http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/PlanoPreservacaoDigital_V2-02.pdf>.

BARUKI, Sandra; COURY, Nazareth (2004) – *Treinamento em conservação fotográfica: a orientação do Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte* [Em linha]. 3ª ed. Rio de Janeiro: Funarte. [Consult 21 de Setembro]. p. 17. Disponível em WWW:<URL:http://www.funarte.gov.br/preservacaofotografica/wp-content/uploads/2010/11/cad1_port.pdf>. ISBN 85-7507-053-3.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli (1998) – Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. *Revista Estudos Históricos* [Em linha]. Vol. 11, n.º 21 (1998), p. 201-207. [Consult. 16 de Fevereiro de 2011]. Disponível em WWW:<URL:<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2063/1202>>. ISSN 0103-2186.

BORGES, Renata Silva (2008) – *A correspondência nos arquivos pessoais de cientistas: políticas de preservação* [Em linha]. In CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 15, Goiânia, 2008. Goiânia: AAB ; AAG, 2008. [Consult 21 de Setembro de 2010]. p. 1-15. Disponível em WWW:<URL:http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/comunicacoes_livres/renata_comunicacoeslivres.pdf>

BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional – *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2004) [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. [Consult 15 de Outubro de 2011]. p. 167. Disponível em WWW:<URL:http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf>.

BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ (2006) – *Modelos de requisitos para sistemas informatizados de gestão de documentos: e-ARQ Brasil* [Em linha]. Rio de Janeiro: CONARQ. [Consult em 20 Dezembro de 2011]. p. 132. Disponível em WWW:<URL:<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/earqbrasilv1.pdf>>. ISBN 978-85-60207-90-5.

BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ (2010) – *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes* [Em linha]. Rio de Janeiro: CONARQ. [Consult 20 de Dezembro de 2011]. p. 28. Disponível em WWW:<URL:http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes_para_digitalizao.pdf>.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Secção de Associações Profissionais (1996) – *Código de ética* [Em linha]. Trad. de Lia Temporal Malcher. Beijing: Comité Executivo do Conselho Internacional de Arquivos. [Consult. 20 de Julho de 2011]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.ica.org/download.php?id=583>>.

COOK, Terry (1998) – Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista Estudos Históricas* [Em linha]. Vol. 11, n.º 21 (1998), p. 129-149. [Consult 20 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet:<URL:<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>>. ISSN 0103-2186.

COSTA, Célia Leite (1998) – Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. *Revista Estudos Históricas* [Em linha]. Vol. 11, n.º 21 (1998), p. 189-199. [Consult 13 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet:<URL:<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2066/1205>>. ISSN 0103-2186.

CRUZ, Gleise Andrade (2008) – *De olho na eternidade: a construção do arquivo privado de Antonio Carlos Jobim* [Em linha]. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. Dissertação de Mestrado. [Consult 18 de Novembro de 2011]. p. 13-15.

Disponível na Internet:URL:http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2153/CPDO_C2008GleiseAndradeCruz.pdf?sequence=1>.

DECRETO-LEI n.º 16/93 de 23 de Janeiro, ART.º 17, n.º 2 e 3. *Diário da República, I Série A*, 19 (1993-01-23). Regime geral de arquivos e do património público [Em linha]. [Consult 15 de Maio de 2011]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fct.pt/arquivo/docs/DecretoLei16_93.pdf>.

DUARTE, Zeny (2006-2007) – Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. *Revista da Faculdade de Letras* [Em linha]. Porto. I Série, Vol. V-VI, (2006-2007), p. 141-152. [Consult 10 de Outubro de 2011]. Disponível na Internet:<URL:<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6624.pdf>>.

DUCROT, Ariane (1998) – A Classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Revista Estudos Históricas* [Em linha]. Vol.11, n.º 21 (1998), p. 151-168. [Consult 13 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet:<Url:<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2059/1198>>.

DUCHEIN, Michel (1986) – O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração* [Em linha]. Vol. 10-14, n.º1 (1986), p. 14-33. [Consult. 13 de Abril de 2011]. Disponível em WWW:<URL:http://www.aab.org.br/digitalizacao/revistas/V10_14N11982_86.pdf>. ISSN 0100-2244.

DURANTI, Luciana (1994) – Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Revista Estudos Históricas* [Em linha]. Vol. 7, n.º 13 (1994), p. 50-64. [Consult 18 de Novembro de 2011]. Disponível na Internet:<URL:<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976/2164>>.

FERREIRA, Miguel (2010) – *DigitArq 3 – Software de gestão de arquivos definitivos: características e requisitos técnicos* [Em linha]. 1ª v. Universidade do Minho: Keep Solutions. [Consult 7 de Julho de 2011]. p. 1-14. Disponível em WWW<URL:http://www.keep.pt/sites/default/files/digitaraq3_whitepaper.pdf>.

FREITAS, Maria Cristina Vieira de (2009) – *A arquivística sob o signo da mudança: cenários arquivísticos (re)desenhados pelo documento eletrônico* [Em linha].

Salamanca: Universidade de Salamanca, 2009. Tese de Doutoramento. [Consult 20 de Setembro de 2011]. p. 743. Disponível em WWW:<URL:[http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=a%20arquiv%C3%ADstica%20sob%20o%20signo%20da%20mudan%C3%A7a%3A%20cen%C3%A1rios%20arquiv%C3%ADsticos%20\(re\)%20desenhados%20pelo%20documento%20eletr%C3%B4nico&source=web&cd=1&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fgredos.usal.es%2Fjspui%2Fbitstream%2F10366%2F76594%2F1%2FDBD_FreitasMC_ArchivisticaDocumentoElectronico.pdf&ei=uTgLT_vUEMLqOZS2_PUJ&usg=AFQjCNHSQxRLLL645VrZ9oGj29u_u6sOLA&sig2=PH37ozkKqxDKyZzIHqFQA](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=a%20arquiv%C3%ADstica%20sob%20o%20signo%20da%20mudan%C3%A7a%3A%20cen%C3%A1rios%20arquiv%C3%ADsticos%20(re)%20desenhados%20pelo%20documento%20eletr%C3%B4nico&source=web&cd=1&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fgredos.usal.es%2Fjspui%2Fbitstream%2F10366%2F76594%2F1%2FDBD_FreitasMC_ArchivisticaDocumentoElectronico.pdf&ei=uTgLT_vUEMLqOZS2_PUJ&usg=AFQjCNHSQxRLLL645VrZ9oGj29u_u6sOLA&sig2=PH37ozkKqxDKyZzIHqFQA)>.

GONÇALVES, Martina Spohr (2007) – *De procedimentos a metodologia: políticas de arranjo e descrição em arquivos privados pessoais do CPDOC* [Em linha]. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Organização, Panejamento e Direção de Arquivos). [Consult 15 de Outubro de 2011]. p. 57. Disponível na Internet:<URL:<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6962/GON%20%20C3%87ALVES%20Martina%20Spohr%20-%20De%20procedimentos%20a%20metodologia%20-%20pol%C3%ADticas%20de%20arranjo%20e%20descri%C3%A7%C3%A3o%20nos%20arquivos%20privados%20pessoais%20do%20CPDOC.pdf?sequence=1>>.

LACERDA, Silvestre (2007) – *Workshop: descrição arquivística e arquivos de fotografia* [Em linha]. Porto: DGARQ. [Consult 1 de Outubro de 2011]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.cpf.pt/PDFs/DescArqFotografia.pdf>>.

LEI n.º 107/2001 de 8 de Setembro Art.º 73, *Diário da República, I Série A*, 209 – Lei de bases do património cultural [Em linha]. [Consult. 15 de Maio de 2011]. Disponível em WWW:<URL:http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/107_2001.pdf>.

LIMA, Maria João Pires de (2004) – *DigitArq: gestão e serviços ao utilizador* [Em linha]. In CONGRESSO NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2, Lisboa, 2004 - *Projectos de Mudanças*. Oeiras : Instituto Nacional da Administração. [Consult 22 de Julho de 2010]. Disponível em WWW:<URL:http://www.adporto.pt/ficheiros_a_descarregar/com_adp_congresso_ina.pdf>.

MOURA, Maria Madalena Arruda de; GARCIA, Machado (1998) – Os documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos* [Em linha]. Vol. 11, n.º 21 (1998), p. 175-187. [Consult. 1 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet<Url:<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2070/1209>>.

MUSTARDO, Peter (2004) – *Preservação de fotografia na era eletrônica* [Em linha]. 3 ed. Rio de Janeiro: Funarte. [Consult 21 de Setembro]. p. 9-12. Disponível em WWW:<URL:http://www.funarte.gov.br/preservacaofotografica/wp-content/uploads/2010/11/cad2_port.pdf>. ISBN 85-7507-054-1.

NP 4041. 2005, Informação e documentação – *Terminologia arquivística: conceitos básicos*. Lisboa: Instituto Português de Qualidade.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de (2009) – *Arquivos pessoais, arquivos de memória e o processo de indexação* [Em linha]. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Tese de Mestrado. [Consult. 20 de Maio de 2011]. p. 161. Disponível na Internet:<URL:<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2708/CPDOC2009IsabelCristinaBorgesdeOliveira.pdf?sequence=1>>.

PAVÃO, Luis (2004) – *Conservação de fotografia – o essencial* [Em linha]. 3ª ed. Rio de Janeiro: Funarte. [Consult 21 de Setembro]. p. 6-12. Disponível em WWW:<URL:http://www.funarte.gov.br/preservacaofotografica/wp-content/uploads/2010/11/cad3_port11.pdf>. ISBN 85-7507-055-X.

PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura. Direcção-Geral de Arquivos – DGARQ [200?] – *DIGITARQ: solução integrada para arquivos definitivos* [Em linha]. Lisboa: DGARQ. [Consult 7 de Julho de 2011]. Disponível em WWW:<URL:http://www.keep.pt/sites/default/files/digitarq2-flyer-0.4_1.pdf>.

PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura. Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo. Programa de normalização da descrição em arquivo. Grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo (2007) – *Orientações para a descrição arquivística* [Em linha]. 2ª v. Lisboa: DGARQ, 2007, p. 325. [Consult 18 de Novembro 2010]. Disponível na Internet<URL:<http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/oda1-2-3.pdf>>. ISBN 978-972-8107-91-8.

PROCHASSON, Christophe (1998) – “Atenção: verdade!” Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Revista Estudos Históricas* [Em linha]. Vol. 11, n.º 21 (1998), p. 105-119. [Consult 13 de Março de 2011]. Disponível na Internet:<URL:<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2064/1203>>.

RIBEIRO, Anabela; MAGALHÃES, José Miguel (2009) – *Manual de utilização do módulo de gestão de objectos digitais (GOD) e módulo de publicação de objectos digitais (POD): DigitArq v3.0.1*. Lisboa: DGARQ.

RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes (1998a) – *O acesso à informação nos arquivos*. [Em linha]. Porto: Oficina Gráfica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998. Tese de doutoramento. [Consult. 5 de Janeiro de 2011]. p. 791. Disponível em WWW:<URL:<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo1661.PDF>>.

RIBEIRO, Fernanda (2002) – Da arquivística técnica a arquivística científica: a mudança de paradigma. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património* [Em linha]. Vol. 1 (2002), p. 97-110. [Consult 9 de Março de 2011]. Disponível na Internet:<URL:<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8459/2/artigo3511.pdf>>.

RIBEIRO, Renato Janine (1998b) – Memórias de si, ou... *Revista Estudos Históricas* [Em linha]. Vol. 11, n.º 21 (1998), p. 35-42. [Consult 1 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet:<URL:<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2068/1207>>.

RODRIGUES, Catarina (2006) – *Blogs e a fragmentação do espaço público* [Em linha]. Covilhã: Universidade da Beira Interior. [Consult 20 de Dezembro de 2011]. p. 22. Disponível em WWW:<URL:http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110824-rodrigues_catarina_blogs_fragmentacao_espaco_publico.pdf>. ISBN: 972-8790-58-9.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol (1998) – *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. ISBN 972-20-1428-5.

SILVA, Armando Malheiro da Silva [et.al.] (1998) – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-360-483-3.

SOUSA, Ana Paula de Moura [et.al.] (2006a) – Princípios da descrição arquivística: do suporte convencional ao electrónico. *Arquivística.net* [Em linha]. Vol 2, n.º 2, (2006) p.

38-51. [Consult 20 de Dezembro de 2011]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=85>>.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa (2006b) – Classificação de documentos arquivísticos: trajectória de um conceito. *Arquivística.net* [Em linha]. Vol. 2, n.º 2 (2006), p. 120-142. [Consult 2 de Outubro de 2011]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=64>>.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Documento manuscrito.	30
Figura 2 - Documento dactilografado.	30
Figura 3 - Documento impresso.....	31
Figura 4 - Quadro-síntese das secções da documentação, conforme localização.	32
Figura 5 - Máquina de limpeza de documentos.	35
Figura 6 - Proposta de quadro de classificação do Fundo “Arquivo Pessoal Antão Santos da Cunha – APASC”.	42
Figura 7- Autenticação no Módulo de Descrição Arquivística.	56
Figura 8 - No menu Fundos temos a possibilidade de executar diversas tarefas.	57
Figura 9 - Criação do novo Fundo.	58
Figura 10 - Painel de edição.	58
Figura 11 - “Árvore de descrições” representativa do fundo.....	68
Figura 12 - Registo de descrição.....	69
Figura 13 - Registo online.	70
Figura 14 - Registo online.	71
Figura 15- Abrir o perfil para começar o processo de incorporação das imagens digitalizadas..	73
Figura 16 - Preenchimento da Meta informação.....	74
Figura 17 - Selecção do fundo a trabalhar.....	76
Figura 18 - Selecção automática.....	76
Figura 19 - Letra ilegível.....	79
Figura 20 - Assinatura ilegível.	80
Figura 21 - Data incompleta.	80
Figura 22 - Digitalização das páginas em branco.	81
Figura 23 - Digitalizador Solar, Copybook.	82
Figura 24 - Escala de cores para assegurar as cores do documento.	83
Figura 25 - Fundo preto na captação da imagem.	84
Figura 26 - Fundo branco na captação da imagem.	85
Figura 27 - Margem deixada à volta do documento para garantir a integridade do documento..	85
Figura 28 - Pesquisa Simples.....	87
Figura 29 - Pesquisa Avançada.....	88
Figura 30 - Visualizador de imagens.	89

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1- Quadro-síntese da metodologia adoptada no estudo, conforma o cronograma cumprido no decorrer do projecto de dissertação.	22
QUADRO 2 - Síntese biográfica de Antão Santos da Cunha.....	24
QUADRO 3 - Relação dos documentos em que existe mais do que um exemplar.	28
QUADRO 4 - Documentos rotulados como cópias e como rascunhos.	29
QUADRO 5 - Tentativas de contacto junto às entidades detentoras das demais secções.	38
QUADRO 6 - Totalidade de documentos referente a cada tipologia documental.	43
QUADRO 7 - Nível de descrição: fundo.	46
QUADRO 8 - Descrição das fotografias.	50

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - Totalidade de registros criados.	51
TABELA 2- Totalidade de imagens digitalizadas.	86

ANEXOS

ANEXO I – Biografia de Antão Santos da Cunha.

BIOGRAFIA

Antão Santos da Cunha, nascido em Braga em 1 de Junho de 1914 e falecido no Porto em 25 de Fevereiro de 1971.

Estudos liceais em Braga no Liceu Nacional de Sá de Miranda, após o que ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra onde concluiu o curso em Julho de 1936 com a média final de 16 valores.

Estágio profissional em Braga em Escritório de Advogado, após o que vai para Lisboa estagiar no Instituto Nacional de Trabalho e Previdência onde ingressa como Sub-Delegado (1937), sendo colocado na cidade do Porto. Após 3 meses é convidado para assumir a Delegação do Instituto na Covilhã onde se manterá como Delegado do INT durante 7 anos.

Em 1944 é nomeado Juiz do Tribunal de Trabalho na cidade de Vila Real(1944), onde exerce o cargo por um período curto (6 meses), dado que entretanto é convidado para ocupar o cargo de Governador Civil de Castelo Branco. Assume também o cargo de Delegado do Comissariado de Desemprego de Castelo Branco.

* Daqui transita para o Porto onde passa a exercer o cargo de Subdirector da Polícia Judiciária do Porto (Junho de 1946), sendo em seguida nomeado Governador Civil do Porto (Novembro de 1947). Após as eleições Presidenciais de 1949 (Marechal Carmona versus General Norton de Matos) deixa o Governo Civil (Fevereiro de 1950) e ingressa na carreira profissional como Advogado.

Em Julho de 1950 volta à Função Pública para ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração dos Portos do Douro e de Leixões (onde permaneceu 17 anos) e ao mesmo tempo dedica-se à sua profissão de Advogado, especializando-se em Direito Comercial e das Empresas.

Deputado à Assembleia Nacional pelo Distrito de Braga desde 1949, depois pelo Distrito do Porto e novamente por Braga desde 1969.

No princípio de 1968 deixa os Serviços do Estado e é nomeado para o Conselho de Administração do Banco Borges & Irmão, S.A., funções que desempenha, a par do exercício da Advocacia, até ao seu falecimento.

Outros dados

Director do Centro Académico de Coimbra
Alferes Miliciano de Infantaria
Comandante de Terço da Legião Portuguesa
Oficial da Ordem Militar de Cristo
Cruz de Mérito Naval de Espanha

Maio/2007

Fonte – Documento entregue pelo Dr. Pedro Santos da Cunha aquando o acto de doação da documentação.

ANEXO II – Documento Biográfico de Antão Santos da Cunha.

ANTÃO SANTOS DA CUNHA Legislaturas: V, VI, VII, VIII, IX, X.

Data de nascimento
• 1914-06-01.

Localidade
• Braga.

Data da morte
• 1971-02-25.

Habilitações literárias
• Licenciatura em Ciências Jurídicas pela Universidade de Coimbra.

Profissão
• Advogado;
• Funcionário público;
• Gestor.

Carreira profissional
• Presidente do Conselho de Administração dos Portos do Douro e Leixões (1950-1968);
• Membro do Conselho de Administração do Banco Borges & Irmão.

Carreira político-administrativa
• Vice-presidente da Comissão Distrital do Porto da União Nacional;
• Delegado o INTP na Covilhã (1937-1944);
• Governador Civil de Castelo Branco (1944-1946);
• Juiz do Tribunal do Trabalho de Vila Real (1944);
• Subdirector da Polícia Judiciária do Porto (1946-1947);
• Governador Civil do Porto (1947-1950).

Carreira parlamentar

Legislaturas	Círculo	Comissões
V	Braga	Trabalho, Previdência e Assistência Social.
VI	Braga	Verificação de Poderes; Trabalho, Previdência e Assistência Social.
VII	Porto	Trabalho, Previdência e Assistência Social; Obras Públicas e Comunicações.
VIII	Porto	Trabalho, Previdência e Assistência Social.
IX	Porto	Trabalho, Previdência e Assistência Social.
X	Braga	Política e Administração Geral e Local. *

* Morreu durante a 2.ª sessão legislativa, em 1971-02-25.

Intervenções parlamentares

V Legislatura (1949-1953)

1.ª Sessão Legislativa (1949-1950)

- Refere-se à actuação dos organismos de coordenação económica e às suas relações com os organismos corporativos.
- Requer, pelo Ministério da Educação Nacional, alguns elementos sobre o ensino primário.
- Faz algumas considerações acerca da política seguida quanto ao ensino primário.
- Requer que sejam publicados no *Diário das Sessões* os elementos solicitados ao Ministério da Educação Nacional.

2.ª Sessão Legislativa (1950-1951)

- Não regista intervenções.

3.ª Sessão Legislativa (1951-1952)

- Não regista intervenções.

4.ª Sessão Legislativa (1952-1953)

- Não regista intervenções.



VI Legislatura (1953-1957)

1.ª Sessão Legislativa (1953-1954)

- Ocupa-se do problema desportivo português, em especial do chamado caso de Braga
- Refere-se às mutilações que, nos jornais diários do País, sofreu um seu discurso acerca do desporto português.
- Discute na especialidade a proposta de lei de colonização das zonas beneficiadas pelas obras de fomento hidroagrícola, concluídas ou em curso.
- Agradece o voto de pesar pelo falecimento de sua mãe.
- Fala acerca do problema das expropriações da Caniçada.
- Requer informações acerca da melhoria da barra e porto de pesca de Esposende e elementos sobre as cooperativas de construção e habitações económicas.
- Discute na especialidade a proposta de lei acerca do regime da indústria hoteleira.

2.ª Sessão Legislativa (1954-1955)

- Faz considerações acerca da marcha da organização corporativa, pela falta de regulamentação dos grémios facultativos.
- Faz considerações sobre política portuária.

3.ª Sessão Legislativa (1955-1956)

- Refere-se à base da concessão do estabelecimento da televisão em Portugal que permite à concessionária a venda e aluguer de aparelhos de radiodifusão, em prejuízo das entidades que exercem o comércio de artigos de rádio.
- Esclarece pontos da intervenção do Sr. Botelho Moniz sobre a televisão e refere-se a uma intervenção do Sr. Mário de Albuquerque acerca da capacidade do porto de Leixões e da localização da indústria siderúrgica.
- Discute na generalidade a proposta de lei de autorização das receitas e despesas para o ano de 1956.
- Comenta a resposta do Sr. Mário de Albuquerque à sua intervenção acerca da localização da indústria siderúrgica e da capacidade do porto de Leixões.
- Requer informações acerca da publicação de uma palestra do Sr. Director do Porto de Setúbal sobre a localização da siderurgia nacional.
- Discute na generalidade a proposta de lei sobre a instituição das corporações.

4.ª Sessão Legislativa (1956-1957)

- Faz considerações sobre problemas essenciais da vida social e económica da cidade de Braga.
- Faz considerações sobre aspectos da organização corporativa respeitantes às actividades comerciais.

VII Legislatura (1957-1961)

1.ª Sessão Legislativa (1957-1958)

- Discute na especialidade a proposta de lei relativa à reforma dos tribunais do trabalho.
- Discute na generalidade a proposta de lei relativa à cooperação das instituições de previdência e das Casas do Povo na construção de habitações económicas.
- Requer informações sobre a aplicação da sobretaxa de apoio térmico às tarifas normais de venda de energia eléctrica determinada pelos serviços municipalizados do Porto.
- Insiste pela remessa urgente dos elementos pedidos neste requerimento.
- Agradece a manifestação de pesar da Assembleia pela morte de seu pai.

2.ª Sessão Legislativa (1958-1959)

- Interroga a Mesa sobre a forma de votação do artigo 4.º da proposta de lei de autorização de receitas e despesas para 1959.
- Refere-se à visita do Sr. Ministro do Interior ao Porto.
- Discute o artigo 1.º do projecto de lei do Sr. Carlos Moreira de alteração à Constituição Política.

3.ª Sessão Legislativa (1959-1960)

- Ocupa-se das carreiras dos Transportes Aéreos Portugueses.

4.ª Sessão Legislativa (1960-1961)

- Refere-se à convenção colectiva de trabalho para a indústria têxtil.
- Faz considerações acerca da nota do Sr. Ministro da Economia relativa ao aumento das tarifas de energia eléctrica no Porto.
- Usa da palavra para explicações sobre o problema das tarifas de energia eléctrica na cidade do Porto, versado pelo Sr. Deputado Pinto de Mesquita.

VIII Legislatura (1961-1965)

1.ª Sessão Legislativa (1961-1962)

- Pede a revisão do problema do imposto de consumo.

2.ª Sessão Legislativa (1962-1963)

- Requer vários elementos, a fornecer pelos Ministérios das Finanças e da Economia, sobre sociedades cooperativas de consumo.
- Examina a situação dos municípios quanto aos encargos com a assistência.

3.ª Sessão Legislativa (1963-1964)

- Requer que lhe sejam fornecidos vários elementos sobre as determinantes do novo regime de condicionamento do comércio de sal marinho.
- Faz considerações sobre os encargos de assistência a suportar pelas câmaras municipais, em aparte a uma intervenção do Sr. Proença Duarte sobre o assunto.
- Participa no debate do aviso prévio sobre a reforma, do Código Administrativo.
- Subscrive, com outros Srs. Deputados, uma moção acerca do mesmo aviso prévio.
- Faz considerações relativas ao novo regime de comercialização do sal.
- Apresenta uma nota de aviso prévio acerca das estruturas políticas, sociais e económicas do Regime.

4.ª Sessão Legislativa (1964-1965)

- Subscrive, com outros Deputados, propostas de alteração a algumas bases da proposta de lei acerca do Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967 e discute a moção apresentada por alguns Deputados sobre a mesma proposta de lei.
- Faz considerações acerca da acção da União Nacional em aparte à intervenção do Sr. Gamboa de Vasconcelos sobre o assunto.
- Refere-se ao seu aviso prévio sobre as estruturas políticas, sociais e, económicas do Regime.

IX Legislatura (1965-1969)

1.ª Sessão Legislativa (1965-1966)

- Discute na especialidade alguns artigos da proposta da Lei de Meios para 1966.
- Tece considerações acerca de diversos aspectos do presente momento político nacional.
- Apresenta uma nota de perguntas acerca do imposto sobre transacções e o imposto de consumo.

2.ª Sessão Legislativa (1966-1967)

- Discute na generalidade a proposta de lei de autorização das receitas e despesas para 1967.
- Requer informações sobre abastecimento e importação de bacalhau.
- Refere-se ao seguro automóvel e às disposições tomadas pelo Sr. Ministro das Finanças sobre o assunto.
- Insiste na remessa dos elementos pedidos através do requerimento de 12 de Janeiro último, com vista a tratar do problema do abastecimento e comércio de bacalhau.
- Apresenta uma nota de perguntas ao Ministério da Economia sobre comércio de bacalhau.
- Fala sobre o problema do abastecimento de bacalhau ao País.

3.ª Sessão Legislativa (1967-1968)

- Faz considerações sobre os poderes de disciplina da organização corporativa no campo económico, em aparte a uma intervenção do Sr. Veiga de Macedo.
- Discute na especialidade vários artigos da proposta de lei do serviço militar.
- Requer vários elementos relativos à reorganização da indústria de moagem de ramos de cereais.

4.ª Sessão Legislativa (1968-1969)

- Discute na especialidade alguns artigos da proposta de lei de autorização de receitas e despesas para 1969.
- Subscrive, com outros Deputados, requerimentos pedindo a apreciação pela Assembleia dos Decretos-Leis n.ºs 48.757 e 48.760.
- Em aparte à intervenção do Sr. Deputado Furtado dos Santos na discussão na generalidade da ratificação dos Decretos-Leis n.º 48.757, 48.760 e 48.836, presta alguns esclarecimentos.
- Faz considerações acerca da recente nota oficiosa da Secretaria de Estado do Comércio sobre fiscalização de preços.
- Discute na especialidade a proposta de lei sobre a reorganização das Casas do Povo e a previdência rural.
- Subscrive, com outros Deputados, uma proposta de alteração à proposta de lei sobre produtos da indústria siderúrgica.

X Legislatura (1969-1973)

1.ª Sessão Legislativa (1969-1970)

- Requer informação sobre quem subscrive as listas submetidas a sufrágio para a eleição da Comissão do Ultramar.
- Subscrive, com outros Deputados, o aviso prévio sobre aspectos culturais, económicos e sociais do distrito de Braga.

- Faz um aparte à intervenção do Sr. José da Silva, em que este faz considerações de natureza política a propósito da recente realização do V Congresso da União Nacional, focando de maneira especial o aspecto da promoção dos direitos cívicos.
- Pronuncia-se sobre a forma de votar a proposta do Sr. Sá Carneiro no sentido de ser retirada da discussão a proposta de lei sobre a criação de tribunais de família.

Fonte: Recuperado

de:<http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/cunha_antao_santos_da.pdf>. Consultado em 1 de Junho de 2011.

ANEXO III – Auto de Doação.

MC
MINISTÉRIO DA CULTURA

Entrada n.º 1136 / Proc. 250-05-02
Data. 19.10.2009
Coloca no
PROCESSO
19-10-2009
Clara

DGARQ
DIRECÇÃO-GERAL
DE ARQUIVOS

ARQUIVO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

AUTO DE DOAÇÃO

Aos seis dias do mês de Outubro do ano de dois mil e nove, estando presentes os Dr. Pedro Santos da Cunha, residente na Av. General Norton de Matos, 389, ed. 2, 2.ºB, 4450-208 Matosinhos, e a Dr.ª Maria Clara Baptista Beato Fervereiro, Directora em regime de substituição do Arquivo Distrital de Castelo Branco, procedeu aquele à doação a este Arquivo de um conjunto de documentação de arquivo de Seu pai, Dr. Antão Santos da Cunha, de que é legítimo proprietário.

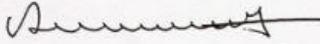
O acervo é constituído por documentos de várias tipologias e referentes essencialmente ao desempenho das funções de Governador Civil de Castelo Branco, destacando-se fotografias, recortes de imprensa, correspondência e discursos.

O identificado conjunto documental, ficará sob a custódia do Arquivo Distrital de Castelo Branco e a sua utilização sujeita aos regulamentos internos, podendo ser objecto de todo o necessário tratamento técnico arquivístico no que respeita à conservação, acessibilidade e sua comunicação.

Da entrega lavra-se o presente auto, feito em duplicado, e assinado pelas partes.

Porto, 6 de Outubro de 2009

O Doador



A directora em regime de substituição do Arquivo Distrital de Castelo Branco

Maria Clara Baptista Beato Fervereiro

Fonte – Digitalização do auto de doação.

ANEXO IV – Mail a confirmar a não existência de documentação no APDL.

16/01/12

Mensagem de Impressão do Hotmail

[Imprimir](#)

[Fechar](#)

Fundo Antão Santos da Cunha

De: **Manuela Miranda** (manuela.miranda@apdl.pt)
Enviada: quinta-feira, 12 de Janeiro de 2012 09:51:36
Para: marleny_ferreira@live.com.pt

Exma. Senhora,

No seguimento da sua solicitação, lamento informar mas na APDL não existem dados relativos ao Sr. Antão Santos da Cunha.

Com os melhores cumprimentos,

Manuela Miranda

Marketing e Relações Públicas

APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA

Av. da Liberdade | 4450-718 LEÇA DA PALMEIRA |
tel. +351 22 999 07 00 | fax. +351 22 999 07 01
manuela.miranda@apdl.pt | www.portodeleixoes.pt

sn144w.snt144.mail.live.com/mail/PrintMessages.aspx?cpids=61fa06ed-...

1/1

Fonte – Mail electrónico.

APÊNDICE

APÊNDICE I - Guião da Entrevista.

- 1) Recolha e armazenamento da documentação: se fora efectuada pelo Dr. Antão Santos da Cunha (o produtor), ou a *posteriori* (por outra pessoa);
Caso, tenham sido guardados em vida pelo próprio, quais os motivos que o levaram a reunir a documentação? E se tinha o propósito de um dia doar essa documentação e torná-la pública?
- 2) Como se encontrava a documentação acondicionada?
- 3) A documentação apresentava alguma ordenação?
- 4) Que tipos de documentos existiam?
- 5) Qual a totalidade dessa documentação?
- 6) A documentação foi doada na sua totalidade ao Arquivo Distrital de Castelo Branco, ou foi doada a outros arquivos?
- 7) O Doador ainda possui alguma documentação? Ou todo o acervo já foi doado?
- 8) Existe alguma biografia, publicada ou não, sobre Antão Santos da Cunha?

APÊNDICE II – Descrição do Fundo Pessoal de Antão Santos da Cunha.

CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC
Nível de descrição	Fundo
Título	Arquivo Pessoal Antão Santos da Cunha
Datas	1937-__-__/1946-__-__
Caixas	1
Outros	156
Dimensão e suporte	157 u.i. (156 doc., 1 cx.)
Entidade detentora	Arquivo Distrital de Castelo Branco
Tipologia e suporte	Manuscrito; dactilografado; impresso; na sua maioria em papel, de diferentes texturas, e ainda em papel vegetal, cartolina e fotográficos.
Produtor	Antão Santos da Cunha
História administrativa/biográfica	<p>História Biográfica: Antão Santos da Cunha nasceu em Braga a 1 de Junho de 1914 e faleceu no Porto a 25 de Fevereiro de 1971. Estudou no Liceu Nacional de Sá de Miranda em Braga, após o que ingressou na Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra onde concluiu o curso em Julho de 1936 com a média final de 16 valores. Fez o estágio profissional em Braga no Escritório de Advogado, após o que vai para Lisboa estagiar no Instituto Nacional de Trabalho e Previdência onde ingressa como Subdelegado (1937), sendo colocado na cidade do Porto. Após 3 meses é convidado para assumir a Delegação do Instituto da Covilhã onde se manterá como Delegado do INT durante 7 anos. Em 1944 é nomeado Juiz do Tribunal de Trabalho na cidade de Vila Real (1944), onde exerce o cargo por um período curto (6mesme), dado que entretanto é convidado para ocupar o cargo de Governador Civil de Castelo Branco. Assume também o cargo de Delegado do Comissariado de Desemprego de Castelo Branco. Daqui transita para o Porto onde passa a exercer o cargo de Subdirector da Polícia Judiciária do Porto (Novembro de 1947). Após as eleições Presidenciais de 1949 (Marechal Carmona versus General Norton de Matos) deixa o Governo Civil (Fevereiro de 1950) e ingressa na carreira profissional como Advogado. Em Julho de 1950 volta à Função Pública para ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração Borges & Irmão, S. A., funções que desempenha, a par do exercício da Advocacia, até ao seu falecimento. Foi ainda: Director do Centro Académico de Coimbra, Alferes Miliciano de Infantaria, Comandante de Terço da Legião Portuguesa, Oficial da Ordem Militar de Cristo e Cruz de Mérito Naval de Espanha.</p>
História custodial e	Documentação pertencente ao arquivo de

arquivística	Antão Santos da Cunha na posse de Seu filho, Dr. Pedro Santos da Cunha.
Fonte imediata de aquisição ou transferência	Doação efectuada em 6 de Outubro de 2009 pelo Dr. Pedro Santos da Cunha, filho de Antão Santos da Cunha.
Âmbito e conteúdo	Correspondência recebida e expedida no decurso da sua actividade privada e/ou pessoal; periódicos da época; diplomas. Uma caixa de fotografias da época (38) não tratadas.
Ingressos Adicionais	Fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.
Sistema de organização	Ordenação cronológica
Condições de acesso	Comunicáveis mediante o definido no Decreto-Lei n.º 16/93 de 23 de Janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 1, 2 e 3, Diário da República, I Série A. 19 - Regime geral de arquivos e do património arquivístico e na Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, Art.º 73, Diário da República, I Série A. 209 - Lei de bases do património cultural.
Condições de reprodução	Condicionada ao estado de conservação dos documentos e determinações legais. Sujeita à Tabela de Emolumentos.
Idioma e escrita	Português
Instrumentos de pesquisa	Inventário e catálogo.
Unidade de descrição relacionadas	Fundo do Governo Civil de Castelo Branco - PT/ADCTB/ACD/GCCTB.
Notas	Notas às datas: existem lapsos na datação.
Nota do arquivista	Marleny Ferreira Data de descrição: 2001-05-03
Arquivista	Pgomes
Data de descrição	2011-05-03
Regras ou convenções	DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS: PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO – Orientações para a descrição arquivística. 2.ªv. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/0001
Nível de descrição	Unidade de instalação.
Título	Fotografias
Datas de produção	1937-__-__ / 1946-__-__
Dimensão e suporte	1 cx.
Caixas	1.
Âmbito e conteúdo	Contém 38 fotografias.
Cota actual	cx. 2.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00001
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta de Antão Santos da Cunha para o Sub-secretário de Estado.
Datas de produção	1937-09-23.
Datas descritivas	Porto, 1937-09-23.
Dimensão e suporte	1 doc. (6 f. num., 212 x 135 mm); papel.
Produtor	Antão Santos da Cunha.
Morada	Porto.
Destinatário	Sub-secretário de Estado.
Âmbito e conteúdo	Antão Santos da Cunha comenta o momento de crise que se vivia na época. Contém a assinatura do autor. Folhas

	parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 71, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00002
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Telegrama de Leandro Monteiro para Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1937-11-03.
Datas descritivas	Braga, 1937-11-03.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 192 x 212 mm); papel.
Produtor	Leandro Monteiro.
Morada	Hotel Aliança, Braga.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Morada	Braga.
Âmbito e conteúdo	Telegrama número 59. "Saudações afectuosas sinceros parabéns merecida homenagem". Contém selo de abertura.
Cota actual	doc. 93, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00003
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Telegrama do Barão para Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1937-11-03.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 192 x 213 mm); papel.
Produtor	Barão.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Âmbito e conteúdo	Telegrama número 61. "Pessoal nova Brasileira cumprimenta V. Ex. ^ª ". Contém selo de abertura.
Cota actual	doc. 94, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00004
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Telegrama de José Cerqueira Gomes para Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1937-11-03.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 192 x 213 mm); papel.
Produtor	José Cerqueira Gomes.
Morada	Hotel Aliança, Braga.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Morada	Braga.
Âmbito e conteúdo	Telegrama número 62. "Cumprimento associando-me homenagem". Contém selo de abertura.
Cota actual	doc. 95, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00005
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Ementa de jantar de homenagem oferecido a Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1937-11-03.
Datas descritivas	Braga, 1937-11-03.
Dimensão e suporte	1 doc. (3 f., 188 x 105 mm); papel.
Produtor	Hotel Aliança.
Morada	Braga.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Âmbito e conteúdo	Contém no verso da ementa diversas assinaturas.
Cota actual	doc. 99, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00006
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Bilhete de José dos Santos Pêra para Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1937-11-04.
Datas descritivas	Braga, 1937-11-04.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 59 x 99 mm); papel.
Produtor	José dos Santos Pêra.
Morada	Braga.

Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Âmbito e conteúdo	Felicitações pelo novo cargo. Tem a assinatura do autor.
Cota actual	doc. 97, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00007
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Diploma de Funções Públicas do Sub-secretário de Estado das Corporações e Previdência Social para Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1937-11-08.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 419 x 292 mm); papel.
Produtor	Sub-secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Âmbito e conteúdo	Antão Santos da Cunha foi contratado para o lugar de Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. Está carimbado e tem a assinatura do autor, de Antão Santos da Cunha e do Secretário.
Cota actual	doc. 153, pt. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00008
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta de R. E. Gruber para Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1938-07-16.
Datas descritivas	Belmonte (Gaia), 1938-07-16.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 275 x 215 mm); papel.
Produtor	R. E. Gruber.
Morada	Belmonte.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Morada	Covilhã.
Âmbito e conteúdo	Esclarecimento de mau entendido. Contém resposta à carta com data de 1938-07-25, Covilhã. Antão Santos da Cunha afirma que considerava o assunto encerrado depois da conversa com o Sr. Sampaio, que logo lhe deu todas as explicações. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 124, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00009
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta da Delegação de Castelo Branco, Gabinete do Delegado na Covilhã.
Datas de produção	1938-07-24.
Datas descritivas	Covilhã, 1938-07-24.
Dimensão e suporte	1 doc. (3 f. num. 275 x 217 mm); papel.
Produtor	Gabinete do Delegado.
Morada	Covilhã.
Âmbito e conteúdo	Inauguração da Colónia Infantil da Montanha. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 91, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00010
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Ofício do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, o Secretário Interino para Antão Santos da Cunha, Delegado do I. N. T. P. Em Castelo Branco.
Datas de produção	1942-05-13.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 216 x 183 mm); papel.
Produtor	Secretário Interino.
Destinatário	Delegado do I. N. T. P.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Ofício número 5890-S. Relativamente ao relatório da inspecção efectuada à Delegação, classificando o serviço prestado por Antão Santos da Cunha de "Bom". Tem a

	assinatura do autor. Folha parcialmente escrita.
Cota actual	doc. 100, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00011
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Jornal “Correio do Minho” – artigo “Dr. Antão Santos da Cunha Novo Governador Civil de Castelo Branco.
Datas de produção	1944-10-10.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 581 x 417 mm); papel.
Produtor	Jornal “Correio do Minho”.
Morada	Braga.
Âmbito e conteúdo	Número 5593 do jornal “Correio do Minho”, artigo encontra-se a folhas 1.
Cota actual	doc. 142, pt. 2.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00012
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	“Relatório da actividade da Delegação do I. N. T. P. Do distrito de Castelo Branco (Covilhã), referente ao ano de 1943”
Datas de produção	1943.
Dimensão e suporte	1 doc. (28 f., 278 x 217 mm); papel.
Produtor	Delegação do Distrito de Castelo Branco.
Morada	Covilhã.
Âmbito e conteúdo	Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 86, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00013
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Cópia da Sentença proferida nos Autos de Acção Ordinária em que são autores Lívio Lopes Ferreira e José da Silveira Beja e Sousa e réu Albertino Vaz Álvares de Carvalho, por Manuel Ribeiro.
Datas de produção	1943-05-15.
Datas descritivas	Castelo Branco, 1943-05-15.
Dimensão e suporte	1 doc. (10 f., 274 x 215 mm); papel.
Produtor	Manuel Ribeiro.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Réu afirmava-se dono de uns registos pertencentes a uma sociedade irregular. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 24, cx.1.
Unidade de descrição relacionadas	Ver também PT/ADCTB/PSS/APASC/00018
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00014
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Diploma de Funções Públicas do Presidente do Instituto Nacional do Trabalho e Providência para Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1944-03-29.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 422 x 291 mm); papel.
Produtor	Presidente do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Âmbito e conteúdo	Antão Santos da Cunha foi contratado para o lugar de Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. Está carimbado. E tem a assinatura do autor, de Antão Santos da Cunha e do Director Geral.
Cota actual	doc. 151, pt.1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00015
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Ofício do Director Geral do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência para Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1944-04-03.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 273 x 214 mm); papel.

Produtor	Director Geral do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.
Destinatário	Delegado do I. N. T. P.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Ofício número 4964-S. Trata da publicação da nomeação de Antão Santos da Cunha para o lugar de Juiz do Tribunal de Trabalho de Vila Real. Folha parcialmente escrita.
Cota actual	doc. 155, cx.1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00016
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Diploma de Sócio Honorário da Associação de Socorros Mutualista Covilhanense para Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1944-04-20.
Datas descritivas	Covilhã, 1944-04-20.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 321 x 367 mm); papel.
Produtor	O Secretário e o Presidente da Associação de Socorros Mutualista Covilhanense.
Morada	Covilhã.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Âmbito e conteúdo	Diploma conferido pelos valiosos serviços prestados a esta colectividade. Tem a assinatura dos autores.
Cota actual	doc. 156, pt.1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00017
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Jornal “Notícias da Covilhã” – artigo: “Dr. Antão Santos da Cunha”.
Datas de produção	1944-04-23.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 177 x 67 mm); papel.
Produtor	Jornal “Notícias da Covilhã”.
Âmbito e conteúdo	Recorte do jornal “Notícias da Covilhã”. Trata da transferência de Antão Santos da Cunha da Covilhã para Vila Real. Para substituir o seu cargo de Delegado do Instituto Nacional de Trabalho foi nomeado o Sr. Dr. Nuno Pinheiro Torres.
Cota actual	doc. 50, cx.1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00018
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	“Cópia da Sentença proferida nos Autos de Processo Correccional de que são autores o Ministério Público e Albertino Vaz Alvares de Carvalho e réus Albertino Vaz Alvares de Carvalho e Dr. José Ascenso, Reitor do Liceu de Castelo Branco”.
Datas de produção	1944-05-25.
Datas descritivas	Castelo branco, 1944-05-25.
Dimensão e suporte	1 doc. (13 f. num., 269 x 206 mm); papel.
Produtor	Manuel Ribeiro.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Os réus são acusados de diversos crimes. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 18, cx.1.
Unidade de descrição relacionadas	Ver também PT/ADCTB/PSS/APASC/00013.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00019
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Jornal “Diário do Minho” – artigo: “Foi nomeado governador Civil de Castelo Branco o Dr. Antão Santos da Cunha”.
Datas de produção	1944-10-08.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 581 x 416 mm); papel.
Produtor	Jornal “Diario do Minho”.

Morada	Braga.
Âmbito e conteúdo	Número 7604 do jornal “Diario do Minho”, artigo encontra-se a folhas 1.
Cota actual	doc. 143, pt. 2.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00020
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Diploma de Funções Públicas do Ministro do Interior para Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1944-10-11.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 424 x 290 mm); papel.
Produtor	Ministério do Interior.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Âmbito e conteúdo	Antão Santos da Cunha foi nomeado para exercer o cargo de Governador Civil do distrito de Castelo Branco. Contém anotações. Está carimbado e tem a assinatura do autor, de Antão Santos da Cunha e do Secretário Geral.
Cota actual	doc. 152, pt. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00021
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Jornal “Correio do Minho” – artigo: “Dr. Antão Santos da Cunha”.
Datas de produção	1944-10-12.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. num., 580 x 421 mm); papel.
Produtor	Jornal “Correio do Minho”.
Morada	Braga.
Âmbito e conteúdo	Número 5595 do jornal “Correio do Minho”, o artigo encontra-se a folhas 1. Antão toma posse do cargo de Governador Civil de Castelo Branco.
Cota actual	doc. 147, pt. 2.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00022
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Jornal “Beira Baixa” – artigo: “Saudação viva e sincera”.
Datas de produção	1944-10-14.
Dimensão e suporte	1 doc. (4 f. num., 420 x 291 mm); papel.
Produtor	Jornal “Beira Baixa”.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Número 381 do jornal “Beira Baixa”, o artigo encontra-se a folhas 1. Saudações ao novo Governador Civil de Castelo Branco, Antão Santos da Cunha.
Cota actual	doc. 136, pt. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00023
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Jornal “Correio do Minho” – artigo “Realiza-se hoje em Castelo Branco a posse do novo Governador Civil”.
Datas de produção	1944-10-18.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. num., 582 x 420mm); papel.
Produtor	Jornal “Correio do Minho”.
Morada	Braga.
Âmbito e conteúdo	Número 5600 do jornal “Correio do Minho”, o artigo encontra-se a folhas 1.
Cota actual	doc. 144, pt. 2.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00024
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Jornal “Correio do Minho” – artigo “Decorreu com o maior brilhantismo a posse do novo Governador Civil do Distrito de Castelo Branco”.
Datas de produção	1944-10-19.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. num., 582 x 414mm); papel.
Produtor	Jornal “Correio do Minho”.

Morada	Braga.
Âmbito e conteúdo	Número 5601 do jornal “Correio do Minho”, o artigo encontra-se a folhas 1.
Cota actual	doc. 145, pt. 2.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00025
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Ofício do Director Geral do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência para Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1944-10-19.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 216 x 181mm); papel.
Produtor	Director Geral do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Ofício número 14304-S. Nomeação de Antão Santos da Cunha para o lugar de Juiz do Tribunal do Trabalho de Vila de Real. Folha parcialmente escrita.
Cota actual	doc. 154, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00026
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Jornal “Beira Baixa” – artigo “O Novo Governador Civil de Castelo Branco: o distrito de Castelo Branco representado pelos melhores valores, apresenta cumprimentos ao Ex.º Sr. Dr. Antão Santos da Cunha, como representante do Governo Nacional: Grande Parada Nacionalista”.
Datas de produção	1944-10-21.
Dimensão e suporte	1 doc. (4 f. num., 418 x 295 mm); papel.
Produtor	Jornal “Beira Baixa”.
Destinatário	Governador Civil de Castelo Branco.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Número 382 do jornal “Beira Baixa”, encontra-se a folhas 4, 5 e 8.
Cota actual	doc. 134, pt. 1.
Unidade de descrição relacionadas	Existe outro exemplar - PT/ADCTB/PSS/APASC/00027.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00027
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Jornal “Beira Baixa” – artigo “O Novo Governador Civil de Castelo Branco: o distrito de Castelo Branco representado pelos melhores valores, apresenta cumprimentos ao Ex.º Sr. Dr. Antão Santos da Cunha, como representante do Governo Nacional: Grande Parada Nacionalista”.
Datas de produção	1944-10-21.
Dimensão e suporte	1 doc. (4 f. num., 418 x 295 mm); papel.
Produtor	Jornal “Beira Baixa”.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Número 382 do jornal “Beira Baixa”, encontra-se a folhas 4, 5 e 8.
Cota actual	doc. 137, pt. 1.
Unidade de descrição relacionadas	Existe outro exemplar - PT/ADCTB/PSS/APASC/00026.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00028
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Jornal “Diário do Minho” – artigo: “Governador Civil de Castelo Branco”.
Datas de produção	1944-10-28.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 581 x 414 mm); papel.
Produtor	Jornal “Diário do Minho”.
Morada	Braga.
Âmbito e conteúdo	Número 7621 do jornal “Diário do Minho”, o artigo encontra-se a folhas 1. Antão Santos da Cunha dirigiu-se a

	Braga agradecendo as palavras proferidas pelo jornal, "Diário do Minho", aquando foi nomeado para exercer o cargo.
Cota actual	doc. 146, pt. 2.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00029
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta de António Baltazar da Ressurreição, Pároco de Penamacor, para Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1944-11-27.
Datas descritivas	Penamacor, 1944-11-27.
Dimensão e suporte	1 doc. (4 f. ms., 175 x 129 mm); papel.
Produtor	António Baltazar da Ressurreição.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Agradecimento por ter sido incumbido de conseguir a colaboração nas obras de assistência de Penamacor, informa que, irá enviar um relatório com os acontecimentos passados em Penamacor.
Cota actual	doc. 119, cx. 1.
Unidade de descrição relacionadas	Ver também PT/ADCTB/PSS/APASC/00030 e PT/ADCTB/PSS/APASC/00053.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00030
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	"O Caso de Penamacor".
Datas de produção	1944-11-30.
Datas descritivas	Penamacor, 1944-11-30.
Dimensão e suporte	1 doc. (6 f. ms., 271 x 211 mm); papel.
Produtor	António Baltazar da Ressurreição.
Morada	Penamacor.
Destinatário	Governador Civil.
Âmbito e conteúdo	Relatório enviado ao Governador Civil [de Castelo Branco]. Tem a assinatura do autor. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 120, cx. 1.
Unidade de descrição relacionadas	Ver também PT/ADCTB/PSS/APASC/00029 e PT/ADCTB/PSS/APASC/00053.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00031
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Borrão de Calheiros Velloso para Antão Santos da Cunha e José Baltazar.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 177 x 130 mm); papel.
Produtor	Calheiros Velloso.
Destinatário	Antão Santos da Cunha e José Baltazar.
Âmbito e conteúdo	Tem a assinatura do autor.
Cota actual	doc. 116, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00032
Unidade de descrição	Documento simples.
Datas de produção	1944-10-19.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 634 x 448 mm); papel.
Produtor	J. Ribeiro Cardoso.
Destinatário	Eleitores.
Âmbito e conteúdo	Apelo ao voto para as eleições paroquiais. Folha parcialmente escrita.
Cota actual	doc. 148, pt. 2.
Unidade de descrição relacionadas	Ver também PT/ADCTB/PSS/APASC/00072.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00033
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Correspondência do Flávio dos Reis e Moura para Antão Santos da Cunha, Governador Civil de Castelo Branco.

Datas de produção	1945-02-15.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. ms., 192 x 157 mm); papel.
Produtor	Flávio dos Reis e Moura.
Morada	Sertã.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Flávio dos Reis e Moura apresenta uma lista de pessoas para a Presidência da Câmara Municipal do Conselho da Sertã. Tem a assinatura do autor.
Cota actual	doc. 40, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00034
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta de Carlos Martins para o Governador Civil de Castelo Branco, Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1945-03-04.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. ms., 176 x 133 mm); papel.
Produtor	Carlos Martins.
Morada	Sertã.
Destinatário	Governador Civil.
Âmbito e conteúdo	Tem a assinatura do autor e contém envelope.
Cota actual	doc. 38, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00035
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta de António Victorino da Silva Coelho para Antão Santos da Cunha, Governador Civil de Castelo Branco.
Datas de produção	1945-03-29.
Datas descritivas	Cernache do Bonjardim, 1945-03-29.
Dimensão e suporte	1 doc. (4 f. ms., 167 x 155 mm); papel.
Produtor	Antonio Victorino da Silva Coelho.
Morada	Cernache de Bonjardim.
Destinatário	Governador Civil.
Âmbito e conteúdo	Folhas parcialmente escritas. Tem a assinatura do autor e envelope com selo.
Cota actual	doc. 46, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00036
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta de Antonio Victorino da Silva Coelho para Antão Santos da Cunha, Governador Civil de Castelo Branco.
Datas de produção	1945-04-16.
Datas descritivas	Cernache do Bonjardim, 1945-04-16.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. ms., 167 x 154 mm); papel.
Produtor	Antonio Victorino da Silva Coelho.
Morada	Cernache de Bonjardim.
Destinatário	Governador Civil.
Âmbito e conteúdo	Folhas parcialmente escritas. Tem a assinatura do autor e envelope com selo.
Cota actual	doc. 43, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00037
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Ofício das Juntas de Freguesia de Castelo Branco para o Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha].
Datas de produção	1945-04-25.
Datas descritivas	Castelo Branco, 1945-04-25
Dimensão e suporte	1 doc. (3 f., 299 x 200 mm); papel.
Produtor	Juntas de Freguesia do Concelho.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.

Âmbito e conteúdo	As Juntas de Freguesia demonstram insatisfação por um grupo de cidadãos ter pedido a substituição do Presidente da Câmara. Contém assinaturas, carimbos e selos.
Cota actual	doc. 19, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00038
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Correspondência de J. Ribeiro Cardoso para o Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha].
Datas de produção	1945-04-30.
Datas descritivas	Castelo Branco, 1945-04-30.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. ms., 167 x 154 mm); papel.
Produtor	J. Ribeiro Cardoso.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	J. Ribeiro Cardoso expõe a remodelação dos quadros dirigentes. Contém anotação de Antão Santos da Cunha. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 20, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00039
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	“Alocação proferida pelo Governador Civil de Castelo Branco, às Forças Legionárias concentradas na capital do distrito, em 27 de Maio de 1945”.
Datas de produção	1945-05-27.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 207 x 139 mm); papel.
Produtor	Governador Civil.
Destinatário	Forças Legionárias.
Âmbito e conteúdo	Felicitações pelo serviço prestado. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 88, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00040
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta de Antonio Vitorino da Silva Coelho para o Governador Civil de Castelo Branco, Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1945-06-11.
Datas descritivas	Cernache do Bonjardim, 1945-06-11.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. ms., 168 x 155 mm); papel.
Produtor	Antonio Victorino da Silva Coelho
Morada	Cernache de Bonjardim.
Destinatário	Governador Civil.
Âmbito e conteúdo	Folhas parcialmente escritas. Tem a assinatura do autor e envelope com selo.
Cota actual	doc. 45, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00041
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Jornal “Beira Baixa – artigos: “Palavras do Senhor Governador Civil”; “A continuidade administrativa”; e “A vida é luta”.
Datas de produção	1945-06-23.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. ms., 209 x 133 mm); papel.
Produtor	Jornal “Beira Baixa”.
Âmbito e conteúdo	“Palavras proferidas no jantar de homenagem ao presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco”, Augusto Duarte Beirão, na data de 1945-06-16. Contém anotação. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 87, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00042

Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta de Antonio Vitorino da Silva Coelho para o Governador Civil de Castelo Branco, Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1945-06-27.
Datas descritivas	Coimbra, 1945-06-27.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. ms., 195 x 153 mm); papel.
Produtor	Antonio Victorino da Silva Coelho.
Morada	Coimbra.
Destinatário	Governador Civil.
Âmbito e conteúdo	Folhas parcialmente escritas. Tem a assinatura do autor e envelope com selo.
Cota actual	doc. 44, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00043
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Cartas de António Vieira da Fonseca para Antão Santos da Cunha, Governador Civil de Castelo Branco.
Datas de produção	1945-06-29.
Datas descritivas	Penamacor, 1945-06-29.
Dimensão e suporte	1 doc. (6 f. ms., 196 x 155 mm); papel.
Produtor	António Vieira da Fonseca.
Morada	Penamacor.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Âmbito e conteúdo	Na primeira carta, António Vieira da Fonseca alerta que se está a organizar uma revolução contra o Governador Civil [Antão Santos da Cunha], por causa da crise, tendo como agitadores Adelino e o capitão Minheiro; na segunda carta datada de Penamacor, 1945-08-05, António Vieira da Fonseca informa que a opinião pública relativamente à Comissão do Hospital é positiva. As cartas têm a assinatura do autor e envelope com selo. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 76, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00044
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Cópia da carta do Presidente da Câmara Municipal do concelho de Penamacor, Albano Pereira da Cunha Pina para o Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha].
Datas de produção	1945-07-25.
Datas descritivas	Penamacor, 1945-07-25.
Dimensão e suporte	1 doc. (4 f. num., 269 x 209 mm); papel.
Produtor	Presidente da Câmara Municipal do concelho de Penamacor.
Morada	Penamacor.
Destinatário	Governador Civil de Castelo Branco.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Resposta ao ofício número 142 do Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha]. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 78, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00045
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta de Ruy Martins Ferreira para Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1945-07-26.
Datas descritivas	Nazaré, 1945-07-26.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. ms., 195 x 159mm); papel.
Produtor	Ruy Martins Ferreira.
Morada	Nazaré.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Âmbito e conteúdo	Ruy Martins Ferreira comunica que solicitou o seu pedido de

	demissão de Presidente da Assembleia-geral da Casa do Povo de Penamacor. Contém borrão, de Antão. Tem a assinatura do autor. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 75, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00046
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Ofício do Governador Civil de Castelo Branco, Antão Santos da Cunha, para o Presidente da Câmara Municipal de Penamacor, Albano Pereira da Cunha Pina.
Datas de produção	1945-07-27.
Datas descritivas	Castelo Branco, 1945-07-27,
Dimensão e suporte	1 doc. (5 f., 270 x 209 mm); papel.
Produtor	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Presidente da Câmara Municipal.
Morada	Penamacor.
Âmbito e conteúdo	Ofício número 142/45, relativo à criação da Comarca de Penamacor. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 77, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00047
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Ofício – confidencial do Governador Civil de Castelo Branco, Antão Santos da Cunha para o Senhor Ministro do Interior.
Datas de produção	1945-07-31.
Datas descritivas	Castelo Branco, 1945-07-31.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 280 x 220mm); papel vegetal.
Produtor	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Ministro do Interior.
Morada	Lisboa.
Âmbito e conteúdo	Ofício – confidencial número 149/45, acerca do pedido da criação da Comarca de Penamacor. Antão Santos da Cunha propõe que despeçam Albano Pereira da Cunha Pina, do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Penamacor. Folha parcialmente escrita.
Cota actual	doc. 118, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00048
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Ofício do Vice-presidente da Câmara Municipal de Penamacor, António Augusto da Cunha para o Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha].
Datas de produção	1945-08-04.
Datas descritivas	Penamacor, 1945-08-04.
Dimensão e suporte	1 doc. (4 f., 220 x 166 mm); papel.
Produtor	Vice-presidente da Câmara Municipal.
Morada	Penamacor.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Ofício número 845/945 com a assinatura do autor. Contém o ofício número 840/945 de 1945-08-03 assinado por António Augusto da Cunha com a cópia do ofício dirigido à Câmara Municipal do Concelho de Penamacor pelo Presidente da mesma, Albano Pereira da Cunha Pina. Contém um ofício de 1945-08-01 assinado por António Augusto da Cunha com a cópia do ofício dirigido à câmara pelo vogal da mesma, Sr. José Esteves Robalo Cordeiro. Contém um ofício de 1945-08-01 assinado por António Augusto da Cunha com a cópia do ofício dirigido à Câmara pelo vogal da mesma, Sr. José Antunes Gerales. Contém um ofício de 1945-08-01

	assinado por António Augusto da Cunha com a cópia do ofício dirigido à Câmara pela Comissão do Hospital de Santo António. Todos ofícios contêm pedidos de demissão. Contém um borrão com a "Nova Comissão Administrativa do Hospital de Santo António de Penamacor" e um borrão de ofício em resposta a António Augusto da Cunha. Contém anotações. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 72, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00049
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta do Comandante do Núcleo de Cernache do Bonjardim para o Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha].
Datas de produção	1945-08-14.
Datas descritivas	Cernache do Bonjardim, 1945-08-14.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 222 x 145 mm); papel.
Produtor	Comandante do Núcleo.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Preenchimento da vaga de notário na sede da Legião Portuguesa, em Cernache do Bonjardim. Tem a assinatura do autor e envelope com selo.
Cota actual	doc. 10, cx. 1.
Unidade de descrição relacionada	Ver também PT/ADCTB/PSS/APASC/00051 e PT/ADCTB/PSS/APASC/00052.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00050
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta da direcção do Colégio Vaz Serra de Cernache de Bonjardim, António David Pitra Moreira, para o Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha].
Datas de produção	1945-08-14.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. ms., 174 x 13 mm); papel.
Produtor	Direcção do Colégio Vaz Serra.
Morada	Cernache de Bonjardim.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Tem a assinatura do autor e envelope com selo.
Cota actual	doc. 11, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00051
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Ofício do Presidente da Casa do Povo de Cernache do Bonjardim para Governador Civil de Castelo Branco, Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1945-08-14.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 232 x 167 mm); papel.
Produtor	Presidente da Casa do Povo.
Morada	Cernache de Bonjardim.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Ofício número 20. O Presidente da Casa do Povo de Cernache do Bonjardim pede que o lugar que ficou sem notário na Sede de Cernache do Bonjardim fosse ocupado o mais rápido possível. Folha parcialmente escrita. Tem a assinatura do autor e envelope com selo.
Cota actual	doc. 12, cx. 1.
Unidade de descrição relacionada	Ver também PT/ADCTB/PSS/APASC/00049 e PT/ADCTB/PSS/APASC/00052.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00052
Unidade de descrição	Documento simples.

Título	Carta do Presidente da Comissão da União Nacional, António Victorino da Silva Coelho para o Governador Civil de Castelo Branco, Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1945-08-15.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 276 x 214 mm); papel.
Produtor	Presidente da Comissão da União Nacional.
Morada	Sertã.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Indicação de que foi transferido para a Lousada o notário de Cernache do Bonjardim, Luiz Pinto Assalino. Tem a assinatura do autor e envelope com selo.
Cota actual	doc. 13, cx. 1.
Unidade de descrição relacionada	Ver também PT/ADCTB/PSS/APASC/00049 e PT/ADCTB/PSS/APASC/00051.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00053
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta de António Vieira da Fonseca para Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1945-08-27.
Datas descritivas	Penamacor, 1945-08-27.
Dimensão e suporte	1 doc. (4 f. ms., 196 x 154 mm); papel.
Produtor	António Vieira da Fonseca.
Morada	Penamacor.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Âmbito e conteúdo	O Bispo da Guarda ordena que a Paróquia da Póvoa do Vale do Lobo entregue ao Hospital [de Penamacor] 56.000 escudos dos 3 saldos depositados na caixa económica. Tem a assinatura do autor e envelope com selos. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 84, cx. 1.
Unidade de descrição relacionada	Ver também PT/ADCTB/PSS/APASC/00029 e PT/ADCTB/PSS/APASC/00030.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00054
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta de J. Ribeiro Cardoso para Alexandre Vellozo.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Datas descritivas	Castelo Branco, [19--?]-09-19.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 178 x 130 mm); papel
Produtor	J. Ribeiro Cardoso.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Alexandre Vellozo.
Âmbito e conteúdo	Trata de assuntos relacionados com a União Nacional. Tem a assinatura do autor.
Cota actual	doc. 117, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00055
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Bilhete de Mendes do Amaral.
Datas de produção	1945-09-19.
Datas descritivas	Lisboa, 1945-09-19.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 101 x 137 mm); papel.
Produtor	Mendes do Amaral.
Morada	Lisboa.
Âmbito e conteúdo	Tem a assinatura do autor.
Cota actual	doc. 115, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00056
Unidade de descrição	Documento simples.

Título	Ofício da Comissão Executiva da União Nacional Ulisses Côrtes, para o Presidente da Comissão Distrital de Castelo Branco.
Datas de produção	1945-09-29.
Datas descritivas	Lisboa, 1945-09-29.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 273 x 216 mm); papel.
Produtor	Comissão Executiva da União Nacional.
Morada	Lisboa.
Destinatário	Presidente da Comissão Distrital.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Ofício número 3097. Relativamente à campanha eleitoral, será realizada uma reunião dos dirigentes da União Nacional e de outros organismos nacionalistas. Ulisses Cortês convida o Sr. Presidente da Comissão Distrital de Castelo Branco a assistir a esta reunião em Lisboa. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 113, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00057
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Correspondência da Comissão Central da União Nacional para Antão Santos da Cunha, Governador Civil de Castelo Branco.
Datas de produção	1945-10-01.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 210 x 135 mm); papel.
Produtor	Comissão Central da União Nacional.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Tem assinatura e envelope com selo.
Cota actual	doc. 5, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00058
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta de J. Ribeiro Cardoso para o Governador Civil de Castelo Branco, Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1945-10-01.
Datas descritivas	Castelo Branco, 1945-10-01.
Dimensão e suporte	1 doc. (4 f. ms., 191 x 154 mm); papel.
Produtor	J. Ribeiro Cardoso.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Governador Civil.
Âmbito e conteúdo	Contém uma carta com a data de 1945-09-28 e 1945-09-29. As cartas têm a assinatura dos autores e envelope. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 16, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00059
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Ofício do Presidente da Comissão Executiva da União Nacional para Alexandre de Quental Calheiros Veloso.
Datas de produção	1945-10-02.
Datas descritivas	Lisboa, 1945-10-02.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 273 x 215 mm); papel.
Produtor	Ofício número 3067, processo 85. A Comissão Executiva solicita a Alexandre da Quental Calheiros Veloso para assumir a presidência da Comissão Distrital da União Nacional, sendo convidado para a vice-presidência da Comissão Distrital, Bartolomeu Capelo Franco Frazão. Tem a assinatura do autor. Folha parcialmente escrita.
Morada	Lisboa.
Destinatário	Alexandre de Quental Calheiros Veloso.
Morada	Covilhã.

Âmbito e conteúdo	Ofício número 3097. Relativamente à campanha eleitoral, será realizada uma reunião dos dirigentes da União Nacional e de outros organismos nacionalistas. Ulisses Cortês convida o Sr. Presidente da Comissão Distrital de Castelo Branco a assistir a esta reunião em Lisboa. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 114, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00060
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta de Alexandre Calheiros Vellozo.
Datas de produção	1945-10-03.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 275 x 215 mm); papel.
Produtor	Alexandre Calheiros Vellozo.
Destinatário	Presidente da Comissão Distrital.
Âmbito e conteúdo	Alexandre Calheiros Vellozo lamenta a sua ausência, na Covilhã, aquando a passagem dos dois dirigentes da União Nacional e comunica que recebeu uma carta do Major Mendes do Amaral comunicando-lhe estar indicado pela Comissão Executiva da União Nacional para a Comissão Distrital [de Castelo Branco]. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 112, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00061
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Telegrama de Ribeiro Cardoso para Calheiros Veloso.
Datas de produção	1945-10-04.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 175 x 228 mm); papel.
Produtor	Ribeiro Cardoso.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Calheiros Veloso.
Morada	Covilhã.
Âmbito e conteúdo	Telegrama número 51. Contém selo de abertura.
Cota actual	doc. 111, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00062
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta para o Presidente da Comissão Executiva da União Nacional de Lisboa, Major Joaquim Mendes do Amaral.
Datas de produção	1945-10-09.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 273 x 214 mm); papel vegetal.
Destinatário	Presidente da Comissão Executiva da União Nacional.
Morada	Lisboa.
Âmbito e conteúdo	Ao passar por Castelo Branco, encontrou-se com Bartolomeu Franco e José Ribeiro Cardoso, que traziam uma mensagem da Comissão Executiva para que se estabelecesse o sentido mais correcto na Comissão Distrital, constituído pelo Presidente e por Ranito Baltazar, como também, por outros elementos. Contém uma carta de Alexandre Calheiros Vellozo, para José Ribeiro Cardoso com a data de 1945-10-09, Covilhã. Telegrama número 77 de Mendes do Amaral para Calheiros Vellozo, contém selo de abertura. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 106, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00063
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Telegrama de Ulisses Vaz Pardal para a Comissão Executiva da União Nacional.
Datas de produção	1945-10-10.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 172 x 228 mm); papel.
Produtor	Ulisses Vaz Pardal.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Comissão Executiva da União Nacional.

Morada	Lisboa.
Âmbito e conteúdo	Telegrama número 1645. Contém selo de abertura.
Cota actual	doc. 4, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00064
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta de J. Ribeiro para Calheiros Vellozo.
Datas de produção	1945-10-10.
Datas descritivas	Castelo Branco, 1945-10-10.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 191 x 153 mm); papel.
Produtor	J. Ribeiro.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Calheiros Vellozo.
Âmbito e conteúdo	Tem a assinatura do autor.
Cota actual	doc. 105, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00065
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Correspondência do Presidente da Comissão Executiva.
Datas de produção	1945-10-11.
Datas descritivas	Lisboa, 1945-10-11.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 272 x 211 mm); papel.
Produtor	Presidente da Comissão Executiva.
Morada	Lisboa.
Âmbito e conteúdo	O Presidente da Comissão Executiva pede que se apresse a tomar providências necessárias para que as listas de candidatos a deputados sejam entregues ao Governador Civil. Contém um modelo para a organização do processo da apresentação de candidaturas. E ainda uma carta de J. Ribeiro Cardoso para Calheiros Vellozo, com data de 1945-10-13, Castelo Branco. Tem a assinatura dos autores. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 102, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00066
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta para José Ribeiro Cardoso.
Datas de produção	1945-10-11.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 276 x 217 mm); papel.
Produtor	Comissão Executiva da União Nacional.
Destinatário	José Ribeiro Cardoso.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Contém Memorial com apresentação da lista de candidatos a deputados em oposição à lista do Governo de Castelo Branco. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 104, cx. 1.
Unidade de descrição relacionadas	Ver também PT/ADCTB/PSS/APASC/00067.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00067
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta para o Presidente da Comissão Executiva da União Nacional de Lisboa, Major Joaquim Mendes do Amaral.
Datas de produção	1945-10-12.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 273 x 215 mm); papel vegetal.
Destinatário	Presidente da Comissão Executiva da União Nacional.
Morada	Lisboa.
Âmbito e conteúdo	Relativo à apresentação de candidaturas para deputados. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 103, cx. 1.
Unidade de descrição relacionadas	Ver também PT/ADCTB/PSS/APASC/00066.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00068
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Telegrama de Mendes do Amaral para o Governador Civil de

	Castelo Branco [Antão Santos da Cunha].
Datas de produção	1945-10-17.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 169 x 226 mm); papel
Produtor	Mendes do Amaral.
Destinatário	Governador Civil.
Âmbito e conteúdo	Telegrama número 21. Mendes do Amaral comunica ao Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha], a Lista da União Nacional do Distrito de Castelo Branco. Contém selo de abertura.
Cota actual	doc. 2, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00069
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta de Albertino Vaz de Carvalho para o Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha].
Datas de produção	1945-10-17.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 266 x 207mm); papel
Produtor	Albertino Vaz de Carvalho.
Destinatário	Governador Civil.
Âmbito e conteúdo	Tem a assinatura do autor e envelope.
Cota actual	doc. 8, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00070
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Felicitações dos Sindicatos Nacionais, Funcionários da Delegação do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência, da Inspeção do Trabalho e do Tribunal do Trabalho a Antão Santos da Cunha, Governador Civil de Castelo Branco.
Datas de produção	1945-10-18.
Datas descritivas	Covilhã, 1945-10-18.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. ms., 396 x 377 mm); papel
Produtor	Sindicatos Nacionais; Delegação do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, Inspeção do Trabalho; Tribunal do Trabalho.
Morada	Covilhã.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Âmbito e conteúdo	Felicitando o primeiro aniversário de Antão Santos da Cunha como Governador Civil de Castelo Branco. Tem diversas assinaturas. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 150, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00071
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Telegrama oficial do Chefe do Gabinete para o Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha].
Datas de produção	1945-10-19.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. 176 x 220 mm); papel.
Produtor	Chefe do Gabinete.
Destinatário	Governador Civil.
Âmbito e conteúdo	Telegrama número 40. O Chefe do Gabinete comunica ao Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha], que foi autorizado o professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa a apresentar a sua candidatura para deputado pelo Círculo de Castelo Branco. Tem selo de abertura.
Cota actual	doc. 3, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00072
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Texto de apelo ao voto na Lista encabeçada por Julio Ribeiro Grilo.
Datas de produção	1945-10-19.
Datas descritivas	Castelo Branco, 1945-10-19.

Dimensão e suporte	1 doc. (4 f., 269 x 208 mm); papel.
Produtor	J. Ribeiro Cardoso.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Eleitores.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Apelo ao voto para as eleições paroquiais. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 25, cx. 1.
Unidade de descrição relacionada	Ver também PT/ADCTB/PSS/APASC/00032.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00073
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta de Vergílio Godinho para o Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha].
Datas de produção	1945-10-20.
Datas descritivas	Castelo Branco, 1945-10-20.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 267 x 209 mm); papel.
Produtor	Vergílio Godinho
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Virgílio Godinho esclarece um mau entendido, ao Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha], do acto Camarário relacionado com o contrato da luz eléctrica. Tem a assinatura do autor. Contém borrões de cartas de Antão Santos da Cunha para Vergílio Godinho. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 90, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00074
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Memorial [de A. Calheiros Vellozo] para Antão Santos da Cunha, Governador Civil de Castelo Branco.
Datas de produção	1945-10-22.
Dimensão e suporte	1 doc. (3 f., 275 x 215 mm); papel
Produtor	[A. Calheiros Vellozo].
Destinatário	Governador Civil.
Âmbito e conteúdo	Apresentação da lista de candidatos a deputados em oposição à lista do Governo do distrito de Castelo Branco e apresentação de candidatos a deputados para na Assembleia Nacional representarem o distrito de Castelo Branco. Folhas parcialmente escritas. Contém envelope com selo.
Cota actual	doc. 31, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00075
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Correspondência para o Sr. Presidente da Comissão Executiva da União Nacional de Lisboa.
Datas de produção	1945-10-23.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 273 x 214 mm); papel vegetal.
Produtor	Presidente da Comissão Executiva da União Nacional.
Morada	Lisboa.
Âmbito e conteúdo	Apresentação dos cargos de presidência do Concelho Distrital, o Presidente, Bartolomeu Capelo Franco Frazão, e vice-presidente, José Ranito Baltazar. Folha parcialmente escrita.
Cota actual	doc. 101, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00076
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta pessoal de Alexandre Calheiros Vellozo para Antão Santos da Cunha, Governador Civil de Castelo Branco.
Datas de produção	1945-10-24.

Datas descritivas	Covilhã, 1945-10-24.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 88 x 137 mm); papel.
Produtor	Alexandre Calheiros Veloso.
Morada	Covilhã.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Âmbito e conteúdo	Alexandre Calheiros Vellozo envia juntamente com a carta uma cópia de uma carta que enviou para o Presidente da Comissão Executiva Nacional de Lisboa, com a data de 1945-10-23. Folhas parcialmente escritas. Tem a assinatura do autor e envelope com selo.
Cota actual	doc. 32, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00077
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Cartão pessoal de Luiz Morais Alçada, para Antão Santos da Cunha, Governador Civil de Castelo Branco.
Datas de produção	1945-10-26.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 12 x 149 mm); papel.
Produtor	Luiz Morais Alçada.
Morada	Covilhã.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Âmbito e conteúdo	Contém uma carta de Luiz Morais Alçada para Antão Santos da Cunha, com a mesma data. As cartas têm a assinatura do autor e envelope com selo.
Cota actual	doc. 34, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00078
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Ofício da Comissão Executiva da União Nacional para A. Calheiros Veloso.
Datas de produção	1945-10-26.
Datas descritivas	Lisboa, 1945-10-26.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 273 x 215 mm); papel.
Produtor	Comissão Executiva da União Nacional.
Morada	Lisboa.
Destinatário	A. Calheiros Veloso.
Morada	Covilhã.
Âmbito e conteúdo	Ofício número 3525. Agradecimento por se ter alcançado a constituição da Comissão Distrital da União Nacional. Tem a assinatura do autor. Folha parcialmente escrita.
Cota actual	doc. 107, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00079
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, Augusto Duarte Beirão, para o Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha].
Datas de produção	1945-11-03.
Datas descritivas	Castelo Branco, 1945-11-03.
Dimensão e suporte	1 doc. (37 f., 263 x 198 mm); papel.
Produtor	Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Governador Civil de Castelo Branco.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Ofício número 2.144, processo número BB-21-3, para o Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha]. Contém o relatório “Resposta ao manifesto que J. Ribeiro Cardoso quis editar e distribuir em Castelo Branco na véspera das eleições da Junta de Freguesia”, com data de 1945-11-02, Castelo Branco. Tem a assinatura do autor. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 1, cx. 1.

CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00080
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Telegrama de Albertino Vaz de Carvalho para o Ministro do Interior.
Datas de produção	1945-11-08.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 110 x 240 mm); papel.
Produtor	Albertino Vaz de Carvalho.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Ministro do Interior.
Morada	Lisboa.
Âmbito e conteúdo	Virgílio Godinho esclarece um mau entendido, ao Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha], do acto Camarário relacionado com o contrato da luz eléctrica. Tem a assinatura do autor. Contém borrões de cartas de Antão Santos da Cunha para Vergílio Godinho. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 30, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00081
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Jornal "Diário de Lisboa".
Datas de produção	1945-11-14.
Dimensão e suporte	1 doc. (6 f. Num., 413 x 29 mm); papel.
Produtor	Jornal "Diário de Lisboa".
Morada	Lisboa.
Âmbito e conteúdo	Número 8252 do Jornal "Diário de Lisboa".
Cota actual	doc. 135, pt. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00082
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta pessoal do Padre António Baltazar da Ressurreição para Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1945-11-26.
Datas descritivas	Penamacor, 1945-11-26.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. ms., 176 x 13); papel.
Produtor	Padre António Baltazar da Ressurreição.
Morada	Penamacor.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Âmbito e conteúdo	Tem a assinatura do autor e envelope com selo.
Cota actual	doc. 74, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00083
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta de António Victorino da Silva Coelho para o Governador Civil de Castelo Branco, Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1945-12-30.
Datas descritivas	Cernache do Bonjardim, 1945-12-30.
Dimensão e suporte	1 doc. (4 f. ms., 176 x 133 mm); papel.
Produtor	António Victorino da Silva Coelho.
Morada	Cernache do Bonjardim.
Destinatário	Governador Civil.
Âmbito e conteúdo	Contém um documento a informar quantas listas existiram para a lista de deputados para o Concelho da Sertã em 1945. Folhas parcialmente escritas. Tem a assinatura do autor e envelope com selo.
Cota actual	doc. 37, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00084
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Cópia da carta do Presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Castelo Branco, Bartholomeu Capello Franco Frazão, para o Presidente da Comissão Concelhia da União

	Nacional da Covilhã.
Datas de produção	1946-01-17.
Datas descritivas	Castelo Branco, 1946-01-17.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 275 x 216 mm); papel.
Produtor	Presidente da Comissão Distrital da União Nacional.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional.
Morada	Covilhã.
Âmbito e conteúdo	Bartolomeu Capello Franco Frazão informa que possivelmente irá pedir à Comissão Executiva da União Nacional a demissão do cargo de Presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Castelo Branco e expõe os motivos. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 67, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00085
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	“Cópia da acta da reunião da Comissão Concelhia da União Nacional de 18 de Janeiro de 1946”.
Datas de produção	1946-01-19.
Datas descritivas	Idanha-a-Nova, 1946-01-19.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 277 x 217 mm); papel.
Produtor	Vogal-secretário.
Morada	Idanha-a-Nova.
Âmbito e conteúdo	Nas reuniões da Comissão Concelhia da União Nacional de Idanha-a-Nova expressou-se o desejo de não levar adiante o possível pedido da demissão do Presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Castelo Branco. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 49, cx. 1.
Unidade de descrição relacionadas	Ver também PT/ADCTB/PSS/APASC/00099.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00086
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta para Antão Santos da Cunha, Governador Civil de Castelo Branco.
Datas de produção	1946-01-23.
Datas descritivas	Lisboa, 1946-01-23.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 213 x 133 mm); papel.
Morada	Lisboa.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Tem a assinatura do autor e envelope com selo.
Cota actual	doc. 35, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00087
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Relatório de Antão Santos da Cunha, Governador Civil de Castelo Branco.
Datas de produção	1946-01-25.
Datas descritivas	Castelo Branco, 1946-01-25.
Dimensão e suporte	1 doc. (8 f., 275 x 216 mm); papel.
Produtor	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	O relatório explicita o decorrer das eleições de Deputados à Assembleia Nacional, realizadas em 18 de Novembro de 1945. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 22, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00088
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta para Antão Santos da Cunha, Governador Civil de Castelo Branco.

Datas de produção	1946-01-25.
Datas descritivas	Lisboa, 1946-01-25.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. Ms., 175 x 130 mm); papel.
Morada	Lisboa.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Tem a assinatura do autor e envelope.
Cota actual	doc. 36, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00089
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta de António Correia para Antão Santos da Cunha, Governador Civil de Castelo Branco.
Datas de produção	1946-01-27.
Datas descritivas	Castelo Branco, 1946-01-27.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. ms., 175 x 131 mm); papel.
Produtor	António Correia.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Tem a assinatura do autor e envelope com selo. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 33, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00090
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Ofício do Governador Civil, Antão Santos da Cunha para o Presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Castelo Branco.
Datas de produção	1946-01-28.
Datas descritivas	Castelo Branco, 1946-01-28.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 275 x 216 mm); papel.
Produtor	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Presidente da Comissão Distrital da União Nacional.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Ofício número 12/46. Problemática da União Nacional do Distrito. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 131, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00091
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Ofício do Presidente da Comissão Distrital de Castelo Branco, Bartholomeu Capello Franco Frazão para o Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha].
Datas de produção	1946-01-31.
Datas descritivas	Castelo Branco, 1946-01-31.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 277 x 218 mm); papel.
Produtor	Presidente da Comissão Distrital de Castelo Branco.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Ofício número C/F. Problemática da União Nacional do Distrito. Tem a assinatura do autor. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 129, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00092
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Cópia de carta para o Presidente da Comissão Executiva da União Nacional de Lisboa.
Datas de produção	1946-02-__.

Datas descritivas	Castelo Branco, 1946-02-[--?].
Dimensão e suporte	1 doc. (3 f., 274 x 215 mm); papel.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Presidente da Comissão Executiva da União Nacional.
Morada	Covilhã.
Âmbito e conteúdo	É pedido que a organização da União Nacional em Castelo Branco seja revista e que se assegure os bons meios de bem desempenhar a sua alta missão na vida do Distrito. Contém anotação. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 68, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00093
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Recorte do jornal “Vitória” – artigo “Balanço de um debate político”.
Datas de produção	1946-02-01.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 441 x 115 mm); papel.
Produtor	Jornal “Vitória”.
Cota actual	doc. 108, pt. 1.
Unidade de descrição relacionadas	Existe outro recorte de jornal - PT/ADCTB/PSS/APASC/00094.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00094
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Recorte do jornal “Vitória” – artigo “Balanço de um debate político”.
Datas de produção	1946-02-01.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 441 x 115 mm); papel.
Produtor	Jornal “Vitória”.
Cota actual	doc. 133, cx. 1.
Unidade de descrição relacionadas	Existe outro recorte de jornal - PT/ADCTB/PSS/APASC/00093.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00095
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Telegrama do Governador Civil de Castelo Branco, Antão Santos da Cunha, para a União Nacional de Lisboa, Ulisses Cortez.
Datas de produção	1946-02-08.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 223 x 221 mm); papel.
Produtor	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	União Nacional.
Morada	Lisboa.
Âmbito e conteúdo	Contém borrão de carta enviada para Ulisses Cortez. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 65, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00096
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Ofício do Hospital de Santo António de Penamacor, Francisco Ferraz de Carvalho Mégre, Padre António Baltazar da Ressurreição, António Joaquim Galhardo, Luís José de Figueiredo e José Rodrigues Soares para o Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha].
Datas de produção	1946-02-11.
Datas descritivas	Penamacor, 1946-02-11.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 270 x 209 mm); papel.
Produtor	Hospital de Santo António.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Cópia do ofício número 21. Saudações. Folha parcialmente

	escrita.
Cota actual	doc. 64, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00097
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Telegrama do Padre José da Costa Passos e Baltazar da Ressurreição, para Antão Santos da Cunha, Governador Civil de Castelo Branco.
Datas de produção	1946-02-12.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. ms., 176 x 225 mm); papel.
Produtor	Padre José da Costa Passos; Baltazar da Ressurreição
Morada	Penamacor.
Destinatário	Governador Civil de Castelo Branco.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Telegrama número 18. Prestam Homenagem a Antão Santos da Cunha.
Cota actual	doc. 62, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00098
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta da Câmara Municipal do Concelho de Penamacor, Julio Rodrigues da Silva, António Augusto da Cunha, Júlio da Gama Moutinho e António Figueiredo para Antão Santos da Cunha, Governador Civil de Castelo Branco.
Datas de produção	1946-02-12.
Datas descritivas	Castelo Branco, 1946-01-17.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 270 x 209 mm); papel.
Produtor	Câmara Municipal do Concelho de Penamacor.
Morada	Penamacor.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Cópia de carta. Apresentação das melhores homenagens a Antão Santos da Cunha. Folha parcialmente escrita.
Cota actual	doc. 63, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00099
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	“Cópia da acta da reunião da Comissão Concelhia da União Nacional de 14 de Fevereiro de 1946”.
Datas de produção	1946-02-14.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 270 x 209 mm); papel.
Produtor	Comissão Concelhia da União Nacional.
Morada	Idanha-a-Nova.
Âmbito e conteúdo	Demissão da União Nacional da Comissão Concelhia de Idanha-a-Nova: Marquês da Graciosa, Presidente; Adrião Torres Preto, Vogal; Frederico Capelo Manzarra Franco, Vogal; Inácio Pinto da Rocha, Vogal; José Esteves Pires, Vogal; José de Gouveia Serejo, Vogal; Amândio Proença, Vogal secretário. Folha parcialmente escrita.
Cota actual	doc. 48, cx. 1.
Unidade de descrição relacionadas	Ver também PT/ADCTB/PSS/APASC/00085.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00100
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	“Cópia do ofício da União Nacional, n.º 543, de 15 de Fevereiro de 1946”, pela Comissão Executiva, F. De Mello Machado, para o Governador Civil de Castelo Branco.
Datas de produção	1946-02-15.
Datas descritivas	Lisboa, 1946-02-15.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 275 x 216 mm); papel.
Produtor	Comissão Executiva.
Morada	Lisboa.
Destinatário	Governador Civil.

Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Explica de que modo a Comissão Executiva da União Nacional tenta apaziguar e desvanecer os atributos que se têm verificado entre Antão Santos da Cunha e os órgãos da União Nacional desse distrito. Folha parcialmente escrita.
Cota actual	doc. 122, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00101
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Jornal “Beira Baixa” – artigo: “Na capital da Beira Baixa confraternizam as cidades: Castelo Branco e Covilhã”.
Datas de produção	1946-02-16.
Dimensão e suporte	1 doc. (4 f. num., 415 x 294 mm); papel.
Produtor	Jornal “Beira Baixa”.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Número 451 do jornal “Beira Baixa”, o artigo encontra-se a folhas 4, 5 e 8.
Cota actual	doc. 141, pt. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00102
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta Pessoal de Júlio Rodrigues da Silva para o Governador [Civil de Castelo Branco, Antão Santos da Cunha].
Datas de produção	1946-02-18.
Datas descritivas	Penamacor, 1946-02-18.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 249 x 179 mm); papel.
Produtor	Câmara Municipal de Penamacor.
Morada	Penamacor.
Destinatário	Governador [Civil de Castelo Branco].
Âmbito e conteúdo	Tem a assinatura do autor. Folha parcialmente escrita.
Cota actual	doc. 123, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00103
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	“Cópia do ofício da União Nacional, n.º 753, de 2 de Março de 1946”, pela Comissão Executiva, J. Mendes Amaral para o Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha].
Datas de produção	1946-03-02.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 275 x 217 mm); papel.
Produtor	Comissão Executiva da União Nacional.
Morada	Lisboa.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Agradecimento do ofício – confidencial número 37/46, do Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha], datado de 1946-02-21. Folha parcialmente escrita.
Cota actual	doc. 125, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00104
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta do Ministro da Economia, Luís Supico Pinto para o Governador [Civil de Castelo Branco], Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1946-03-11.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. ms., 203 x 165 mm); papel.
Produtor	Ministro da Economia.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Contém borrão de carta de Antão Santos da Cunha em resposta à carta de Luís Supico Pinto. Tem a assinatura do autor e envelope.
Cota actual	doc. 9, cx. 1.

CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00105
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	“Cópia do ofício deste Governo Civil nº 53/46, de 11 de Março de 1946.” Pelo Governador Civil, Antão Santos da Cunha, para o Presidente da Comissão Executiva da União Nacional.
Datas de produção	1946-03-11.
Datas descritivas	Castelo Branco, 1946-03-11.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 275 x 216 mm); papel.
Produtor	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Presidente da Comissão Executiva da União Nacional.
Morada	Lisboa.
Âmbito e conteúdo	Cópia do ofício número 53/46. Antão Santos da Cunha afirma que, continua sem solução para o problema da União Nacional do Distrito de Castelo Branco. Folha parcialmente escrita.
Cota actual	doc. 121, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00106
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Cópia do ofício nº 64/46, deste Governo Civil, de 20 de Março de 1946.” Do Governador Civil, Antão Santos da Cunha, para o Presidente da Comissão Executiva da União Nacional de Lisboa.
Datas de produção	1946-03-20.
Datas descritivas	Castelo Branco, 1946-03-20.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 275 x 216 mm); papel.
Produtor	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Presidente da Comissão Executiva da União Nacional.
Morada	Lisboa.
Âmbito e conteúdo	Pelos trabalhos de recenseamento eleitoral, pela comemoração do Ano XX da Revolução Nacional e pelos actos da vida política do Distrito, tornam inadiável a reorganização séria e profunda dos quadros directivos da União nacional. Contém “Cópia do ofício da União Nacional, nº 969, de 23 de Março de 1946” da Comissão Executiva da União Nacional, de J. Mendes Amaral para o Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha]. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 127, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00107
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta pessoal de Domingos Megre para Antão Santos da Cunha, Governador Civil de Castelo Branco.
Datas de produção	1946-03-24.
Datas descritivas	Lisboa, 1946-03-24.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 261 x 160 mm); papel.
Produtor	Domingos Megre.
Morada	Lisboa.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Folha parcialmente escrita. A carta tem a assinatura do autor e envelope com selo.
Cota actual	doc. 14, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00108
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Telegrama de Domingos Megre para Antão Santos da Cunha.

Datas de produção	1946-03-25.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 166 x 224 mm); papel.
Produtor	Domingos Megre.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Âmbito e conteúdo	Telegrama número 8. Tem selo de abertura.
Cota actual	doc. 7, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00109
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta pessoal de Domingos Megre para Antão Santos da Cunha, Governador Civil de Castelo Branco.
Datas de produção	1946-03-30.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 269 x 208 mm); papel.
Produtor	Domingos Megre.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Folha parcialmente escrita. A carta tem a assinatura do autor e envelope com selo.
Cota actual	doc. 15, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00110
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Telegrama de Domingos Megre para Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	1946-04-03.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 171 x 25 mm); papel.
Produtor	Domingos Megre.
Morada	Penamacor.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Telegrama número 6. Tem selo de abertura.
Cota actual	doc. 6, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00111
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	“Cópia do ofício da União Nacional, nº 1245, de 10 de Abril de 1946.” Pela Comissão Executiva da União Nacional, F. De Mello Machado para o Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha].
Datas de produção	1946-04-10.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 275 x 216 mm); papel.
Produtor	Comissão Executiva da União Nacional.
Morada	Lisboa.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Agradecimento das considerações dadas no ofício – confidencial número 53/46. Folha parcialmente escrita.
Cota actual	doc. 128, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00112
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta do Ministério da Economia, Gabinete do Ministro para Antão Santos da Cunha, Governador Civil de Castelo Branco.
Datas de produção	1946-04-17.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. ms. 190 x 163 mm); papel.
Produtor	Ministério da Economia.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Folhas parcialmente escritas. Tem a assinatura do autor e envelope com selo.
Cota actual	doc. 47, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00113

Unidade de descrição	Documento simples.
Título	“Cópia doo ofício do Governo Civil, nº 84/46, de 26 de Abril de 1946.” Pelo Governador Civil de Castelo Branco, Antão Santos da Cunha para o Presidente da Comissão Executiva da União Nacional.
Datas de produção	1946-04-26.
Datas descritivas	Castelo Branco, 1946-04-26.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 275 x 216 mm); papel.
Produtor	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Presidente da Comissão Executiva da União Nacional.
Morada	Lisboa.
Âmbito e conteúdo	Antão Santos da Cunha propôs alguns nomes que poderão conduzir à solução do problema da União Nacional no Distrito de Castelo Branco. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 126, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00114
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Jornal “Vitória” – artigo “No Ministério do Interior tomou posse o Governador Civil de Castelo Branco Dr. José de Carvalho”.
Datas de produção	1946-05-23.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 319 x 112 mm); papel.
Produtor	Jornal “Vitória”.
Cota actual	doc. 54, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00115
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Recorte do jornal “Diário de Lisboa” – artigo “O novo governador civil de Castelo Branco foi hoje empossado pelo ministro do Interior”.
Datas de produção	1946-05-23.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 240 x 128 mm); papel.
Produtor	Jornal “Diário de Lisboa”.
Cota actual	doc. 55 cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00116
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Recorte do jornal “Diário Popular” – artigo “Tomou posse o novo Governador Civil de Castelo Branco presidindo ao acto o Ministro do Interior que pronunciou um discurso”.
Datas de produção	1946-05-23.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 434 x 157 mm); papel.
Produtor	Jornal “Diário Popular”.
Âmbito e conteúdo	Recorte do jornal “Diário Popular”.
Cota actual	doc. 56, pt. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00117
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Diploma. O Presidente da República, Grão Mestre das Ordens Portuguesas, confere a Antão Santos da Cunha, Governador Civil de Castelo Branco, o grau de Comendador da Ordem Militar de Cristo pelo Chanceler da Ordem.
Datas de produção	1946-05-23.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 370 x 233 mm); papel.
Produtor	Presidente da Comissão Distrital da União Nacional.
Morada	Lisboa.
Destinatário	Governador Civil.
Âmbito e conteúdo	Contém borrão de carta de Antão Santos da Cunha em resposta à carta de Luís Supico Pinto. Tem a assinatura do autor e envelope.
Cota actual	doc. 9, cx. 1.

CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00118
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Recorte do jornal "Diário de Notícias" – artigo "O acto de posse do novo Governador Civil de Castelo Branco".
Datas de produção	1946-05-23.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 319 x 112 mm); papel.
Produtor	Chanceler da Ordem Militar de Cristo.
Destinatário	Antão Santos da Cunha.
Âmbito e conteúdo	Tem a assinatura do autor. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 149, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00119
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Recorte do jornal "O Século" – artigo "Foi muito concorrido o acto de posse do novo governador civil de Castelo Branco".
Datas de produção	1946-05-24.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 328 x 113 mm); papel.
Produtor	Jornal "O Século".
Âmbito e conteúdo	Recorte do jornal "O Século". Dada a saída de Antão Santos da Cunha como Governador Civil de Castelo Branco, o Ministro do Interior dá posse ao novo Governador Civil, José de Carvalho.
Cota actual	doc. 58, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00120
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Ofício da Junta de Freguesia da Aldeia do Carvalho, Covilhã, João Martinho da Cruz, José da Cunha Mendes e Guilherme Espinho, para o Governador Civil de Castelo Branco [Antão Santos da Cunha].
Datas de produção	1946-05-24.
Datas descritivas	Aldeia do Carvalho – Covilhã, 1946-05-24.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 217 x 277 mm); papel.
Produtor	Junta de Freguesia.
Morada	Aldeia do Carvalho – Covilhã.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Ofício número 19/46. Contém assinatura dos autores, envelope e um borrão de Antão Santos da Cunha. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 59, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00121
Unidade de descrição	Documento simples.
Morada	"Banquete de Homenagem da Covilhã ao Ex.º Senhor Dr. Antão Santos da Cunha, Governador Civil cessante do distrito de Castelo Branco, em 25 de Maio de 1946."
Datas de produção	1946-05-25.
Dimensão e suporte	1 doc. (5 f., 175 x 125 mm); papel.
Morada	Covilhã.
Destinatário	Governador Civil.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Contém ementa do banquete e diversas assinaturas. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 83, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00122
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Jornal "Beira Baixa" – artigo "Homenagem sincera".
Datas de produção	1946-05-25.
Dimensão e suporte	1 doc. (4 f. Num., 289 x 415 mm); papel.
Produtor	Jornal "Beira Baixa"

Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Número 495 do Jornal “Beira Baixa”, artigo a folhas 4.
Cota actual	doc. 140, pt. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00123
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Recorte do jornal “Reconquista” – artigo “Dr. Antão Santos da Cunha”.
Datas de produção	1946-05-26.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 127 x 66 mm); papel.
Produtor	Jornal “Reconquista”.
Âmbito e conteúdo	Antão Santos da Cunha deixa a chefia do Distrito de Castelo Branco e ocupa as funções de Director da Polícia Judicial do Porto.
Cota actual	doc. 51, cx. 1.
Unidade de descrição relacionadas	Existe outro recorte de jornal - PT/ADCTB/PSS/APASC/00124.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00124
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Recorte do jornal “Reconquista” – artigo “Dr. Antão Santos da Cunha”.
Datas de produção	1946-05-26.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 91 x 63 mm); papel.
Produtor	Jornal “Reconquista”.
Âmbito e conteúdo	Antão Santos da Cunha deixa a chefia do Distrito de Castelo Branco e ocupa as funções de Director da Polícia Judicial do Porto.
Cota actual	doc. 53, cx. 1.
Unidade de descrição relacionadas	Existe outro recorte de jornal - PT/ADCTB/PSS/APASC/00123.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00125
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Recorte do “Jornal do Fundão” – artigo “Doutor Antão Santos da Cunha”.
Datas de produção	1946-05-26.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 95 x 116 mm); papel.
Produtor	“Jornal do Fundão”
Âmbito e conteúdo	Antão Santos da Cunha vai exercer o cargo de Subdirector da Polícia Judiciária do Porto.
Cota actual	doc. 52, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00126
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Jornal “Beira Baixa” – artigo “Homenagem sincera”.
Datas de produção	1946-06-01.
Dimensão e suporte	1 doc. (4 f. Num., 420 x 289 mm); papel.
Produtor	Jornal “Beira Baixa”.
Morada	Castelo Branco.
Âmbito e conteúdo	Número 466 do Jornal “Beira Baixa”, artigo a folhas 1 e 8. Comentário acerca de um almoço em homenagem e despedida de Antão Santos da Cunha, Governador Civil de Castelo Branco.
Cota actual	doc. 139, pt. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00127
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta do Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã, A. Calheiros Vellozo, para Antão Santos da Cunha, Sub-director da Policia Judiciaria do Porto.
Datas de produção	1946-07-22.
Datas descritivas	Covilhã, 1946-07-22.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 275 x 217 mm); papel.

Produtor	Provedor da Santa Casa da Misericórdia.
Morada	Covilhã.
Destinatário	Sub-director da Policia Judiciaria.
Morada	Porto.
Âmbito e conteúdo	Constitui um relatório que é reconhecido pelos benefícios de Antão Santos da Cunha que dispensou à Santa Casa da Misericórdia da Covilhã durante o período que desempenhou o cargo de Governador Civil do Distrito de Castelo Branco. Contém “Extracto da Acta da Sessão Ordinária da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do dia 10 de Junho de 1946”, com data de 1946-07-20, Covilhã. E o “Extracto da Acta da Sessão Ordinária da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do dia 20 de Agosto de 1946”, com a data de 1946-07-20, Covilhã; ambos extractos carimbados pelo Secretário da Misericórdia, José Capelo Franco Duarte. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 92, cx. 1.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00128
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Borrão de uma carta de Antão Santos da Cunha para Domingos Megre.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (12 f. ms., 160 x 100 mm); papel.
Produtor	Antão Santos da Cunha.
Destinatário	Domingos Megre.
Âmbito e conteúdo	Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 17, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00129
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	“Relação de individuos do distrito de castelo Branco que, no período eleitoral, se mostraram em marcada oposição à política do governo”.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (2f., 275 x 216 mm); papel e papel vegetal.
Âmbito e conteúdo	Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 21, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00130
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Borrão de uma carta escrita por Antão Santos da Cunha para Ulisses Cortez.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (5 f. ms., 218 x 163 mm); papel.
Produtor	Antão Santos da Cunha.
Destinatário	Ulisses Cortez.
Âmbito e conteúdo	Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 23, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00131
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Documento que identifica a Comissão Municipal ou Concelhia da União Nacional, Presidente, Vice-presidente e Vogais.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 275 x 215 mm); papel.

Âmbito e conteúdo	Contém anotação. Folha parcialmente escrita.
Cota actual	doc. 26, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00132
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Documento que identifica a Comissão Municipal ou Concelhia da União Nacional de Belmonte (Presidente, Vice-presidente e Vogais).
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 269 x 206 mm); papel
Âmbito e conteúdo	Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 27, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00133
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Documento para a Comissão Distrital da União Nacional que apresenta a Presidência, Vice-presidência, Concelhia e Secretariado de Castelo Branco, Covilhã, Belmonte, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila Velha de Rei, Vila Velha de Ródão.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 273 x 215 mm); papel.
Destinatário	Comissão Distrital da União Nacional.
Âmbito e conteúdo	Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 28, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00134
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Recorte de jornal – artigo “O que fiz justifica a minha prisão durante 999 anos...”.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 74 x 62 mm); papel.
Cota actual	doc. 39, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00135
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Borrão de carta escrita por Antão Santos da Cunha para Antonio Correia de Sampayo.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (3 f. ms., 200 x 161 mm); papel.
Produtor	Antão Santos da Cunha.
Destinatário	Antonio Correia de Sampayo.
Âmbito e conteúdo	Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 41, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00136
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Borrão de carta escrita por Antão Santos da Cunha para Ulisses Cortez.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (3 f. ms., 217 x 163 mm); papel.
Produtor	Antão Santos da Cunha.
Destinatário	Ulisses Cortez.
Âmbito e conteúdo	Folhas parcialmente escritas.

Cota actual	doc. 42, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00137
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Recorte de jornal – artigo “O novo chefe do distrito de Castelo Branco”.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 104 x 55 mm); papel.
Cota actual	doc. 60, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00138
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta do Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional de Castelo Branco, João Lobato Carriço Goulão para o Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional da Covilhã, José Ranito Baltazar.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 275 x 216 mm); papel.
Produtor	Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional.
Morada	Covilhã.
Destinatário	Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional.
Morada	Covilhã.
Âmbito e conteúdo	João Lobato carriço Goulão informa que irá faltar à festa de confraternização das cidades de Castelo Branco e Covilhã, com o único propósito de não prestar homenagem ao Sr. Governador Civil. Contém resposta à carta, para o Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional de Castelo Branco, que explica o quão era importante a presença da Comissão Concelhia da União Distrital da Covilhã, para a aproximação dos povos da Beira Baixa e para não se fazerem especulações negativas relativamente à ausência da Comissão. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 61, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00139
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Cópia de carta para o Sub-secretário de Estado das Corporações de Lisboa, Castro Fernandes.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (6 f., 275 x 215 mm); papel.
Destinatário	Sub-secretário de Estado das Corporações.
Morada	Lisboa.
Âmbito e conteúdo	Esta carta trata da campanha mal intencionada contra a Direcção do Grémio. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 66, cx. 1.
Unidade de descrição relacionadas	Existe outra cópia - PT/ADCTB/PSS/APASC/00140.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00140
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Cópia de carta para o Sub-secretário de Estado das Corporações de Lisboa, Castro Fernandes.
Datas de produção	(1937? A 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (6 f., 275 x 215 mm); papel.
Destinatário	Sub-secretário de Estado das Corporações.
Morada	Lisboa.

Âmbito e conteúdo	Esta carta trata da campanha mal intencionada contra a Direcção do Grémio. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 69, cx. 1.
Unidade de descrição relacionadas	Existe outra cópia - PT/ADCTB/PSS/APASC/00139.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00141
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Lista de apoiantes.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (8 f., 275 x 216 mm), papel.
Âmbito e conteúdo	Contém as assinaturas de alguns apoiantes. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 70, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00142
Unidade de descrição	Documento simples.
Morada	Borrão de carta escrita por Antão Santos da Cunha para o Padre António Baltazar da Ressurreição.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (3 f. ms., 218 x 163 mm); papel.
Produtor	Antão Santos da Cunha.
Destinatário	António Baltazar da Ressurreição.
Âmbito e conteúdo	Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 73, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00143
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Recorte do jornal "O Sec..." – artigo "O Sr. Presidente do Conselho recebeu ontem os delegados distritais do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência".
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 265 x 180 mm); papel
Produtor	Jornal "O Sec..."
Cota actual	doc. 79, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00144
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Recorte de jornal – artigo "Politica Social: o Chefe do Governo recebeu esta manhã os delegados do Instituto Nacional do Trabalho".
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 179 x 166 mm); papel.
Cota actual	doc. 80, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00145
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Recorte de jornal – artigo "Os Delegados do I. N. T. P. foram recebidos pelo Chefe do Govêrno".
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 170 x 125 mm); papel.
Cota actual	doc. 81, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00146

Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Recorte de jornal – artigo “O Chefe do Governo recebeu no Palácio de S. Bento os delegados distritais do Instituto Nacional do Trabalho”.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 325 x 187 mm); papel.
Cota actual	doc. 82, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00147
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Bilhete de José Ferreira da Silva [para Antão Santos da Cunha].
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 107 x 150 mm); papel.
Produtor	José Ferreira da Silva.
Destinatário	[Antão Santos da Cunha].
Âmbito e conteúdo	José Ferreira da Silva felicita [Antão Santos da Cunha] pela medalha que lhe foi conferida.
Cota actual	doc. 85, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00148
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Borrão escrito por Antão Santos da Cunha.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. ms., 209 x 133 mm); papel.
Produtor	Antão Santos da Cunha.
Âmbito e conteúdo	Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 89, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00149
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Bilhete de António Villas-Boas e Alvim.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. ms., 46 x 74 mm); papel.
Produtor	António Villas-Boas e Alvim
Âmbito e conteúdo	Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 96, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00150
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Comunicado para o Sub-secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 168 x 145 mm); papel.
Destinatário	“Dos relatórios conclui-se que os serviços do Grémio em questão se encontram caoticamente amontoados”, desta forma, aconselha-se a nomeações de uma Comissão Administrativa temporária para normalizar a situação interna do Grémio.
Âmbito e conteúdo	Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 98, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00151
Unidade de descrição	Documento simples.

Título	Proposta dos candidatos para a Assembleia Nacional representantes do distrito de Castelo Branco.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 270x 211 mm); papel.
Âmbito e conteúdo	Proposta efectuada pela Comissão Distrital da União Nacional de Castelo Branco, tem as assinaturas dos proponentes. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 110, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00152
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Listagem da Comissão Distrital da União Nacional de Castelo Branco, restantes presidentes das comissões concelhias.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (4 f., 277 x 218 mm); papel.
Âmbito e conteúdo	Contém anotações e um borrão. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 130, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00153
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Informação sobre o que é a Comissão Distrital da União Nacional.
Datas de produção	(1937? a 1946?)
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f., 275 x 216 mm); papel.
Âmbito e conteúdo	Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 132, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00154
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Recorte do jornal "...da Manhã" – artigo "O Presidente do Conselho recebeu ontem os delegados do I. N. T. P."
Datas de produção	(1944?)
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f., 320 x 252 mm); papel
Produtor	Jornal "... da Manhã".
Âmbito e conteúdo	Recorte do número 4596 do jornal "... da Manhã".
Cota actual	doc. 138, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento apresenta a data "Ano XVIII da Revolução Nacional", a data atribuída foi calculada tendo em conta o ano de 1926 (Revolução Nacional).
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00155
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta de J. Ribeiro Cardoso para Alexandre Veloso.
Datas de produção	(1937? A 1946?)
Datas descritivas	Castelo Branco, [19--?]-10-08.
Dimensão e suporte	1 doc. (1 f. Ms., 191 x 154 mm); papel.
Produtor	J. Ribeiro Cardoso.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Alexandre Veloso.
Âmbito e conteúdo	Tem a assinatura do autor.
Cota actual	doc. 109, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.
CÓDIGO DE REFERÊNCIA	PT/ADCTB/PSS/APASC/00156
Unidade de descrição	Documento simples.
Título	Carta de J. Ribeiro Cardoso para Antão Santos da Cunha,

	Governador Civil de Castelo Branco.
Datas de produção	(1937? A 1946?)
Datas descritivas	Castelo Branco, [19--?]-10-17.
Dimensão e suporte	1 doc. (2 f. Ms., 192 x 152 mm); papel.
Produtor	J. Ribeiro Cardoso.
Morada	Castelo Branco.
Destinatário	Governador Civil.
Âmbito e conteúdo	Tem a assinatura do autor e envelope com selo. Folhas parcialmente escritas.
Cota actual	doc. 29, cx. 1.
Notas	Nota às datas: o documento não está datado. Foram-lhe atribuídas as datas extremas do Fundo.

FONTE – Elaboração própria.